



UFRR

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA

PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

**NÚCLEO DE ESTUDOS COMPARADOS DA AMAZÔNIA E DO CARIBE/
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL DA
AMAZÔNIA**

BRENDA MARIBEL PINEDO MACEDO

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E TURISMO:

**UM ESTUDO SOBRE AS POLÍTICAS DE TURISMO IMPLEMENTADAS PELO
GOVERNO DO ESTADO DE RORAIMA NO PERÍODO DE 1992 A 2017**

BOA VISTA, RR

2018

BRENDA MARIBEL PINEDO MACEDO

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E TURISMO:
UM ESTUDO SOBRE AS POLÍTICAS DE TURISMO IMPLEMENTADAS PELO
GOVERNO DO ESTADO DE RORAIMA NO PERÍODO DE 1992 A 2017

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Amazônia, da Universidade Federal de Roraima, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional da Amazônia. Área de Concentração: Desenvolvimento Regional e Urbano e Políticas Públicas.

Orientador: Prof. Dr Roberto Ramos Santos

BOA VISTA, RR

2018

Ficha catalográfica

BRENDA MARIBEL PINEDO MACEDO

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E TURISMO:
UM ESTUDO SOBRE AS POLÍTICAS DE TURISMO IMPLEMENTADAS PELO
GOVERNO DO ESTADO DE RORAIMA NO PERÍODO DE 1992 A 2017

Dissertação apresentada como pré-requisito para conclusão do Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Amazônia da Universidade Federal de Roraima. Área de Concentração: Desenvolvimento Regional e Urbano e Políticas Públicas. Defendida em 18 de abril de 2018 e avaliada pela seguinte banca examinadora:

Prof. Dr. Roberto Ramos Santos
Orientador/PPGDRA – UFRR

Profª. Dra. Geyza Alves Pimentel
Membro interno/PPGDRA – UFRR

Profª. Dra. Geórgia Patrícia da Silva Ferko
Membro externo/PRONAT – UFRR

Caetana e Amaranta. Vocês são os presentes mais preciosos que Deus me deu. Porque, quando meus dias se tornam cinzas, só preciso pensar: na doçura dos seus abraços, na inocência dos seus sorrisos e na alegria dos seus cantos e danças; essas lembranças, automaticamente, deixam meu coração colorido.

AGRADECIMENTOS

Esta dissertação só se realizou graças à contribuição de pessoas que merecem meu respeito e admiração por me ter apoiado e incentivado a concretizar este sonho.

Agradeço, em primeiro lugar, a Deus, todas as bênçãos que tem derramado na minha vida, porque, cada vez que tinha incerteza sobre qual era o caminho certo a seguir, Ele foi meu guia e me deu força e coragem para não desistir.

A Lita Macedo, minha rainha, minha fonte de sabedoria. Em meu mundo, não existe melhor exemplo de compaixão e serviço ao próximo como aquele que ela me mostrou. Ela exerce o mais nobre e belo trabalho de todos, ela é professora; trabalha as 24 horas nos sete dias da semana e é por isso que seus alunos a chamam de “mamã Lita”. Por ela, aprendi que não importam os prêmios ou reconhecimentos ao fim da jornada, o que realmente faz feliz o coração é sentir que as coisas foram feitas com a maior dedicação e amor do mundo.

A Mario Pinedo, meu cantor favorito e meu melhor amigo. Ele tem a facilidade de me fazer dar risadas até que meu estômago fique doendo. Meu “papi camu” me ensinou que estudar de forma contínua é vital para aproveitar tudo o que o mundo tem para nos oferecer. Em 2014, ele começou seus estudos de doutorado na UFRR e, desde esse momento, motivou-me a procurar uma bolsa de mestrado internacional por ter a certeza de que me afastar, durante algum tempo, do conforto do lar, para viver novas experiências e aprendizagens, contribuiria para meu crescimento, tanto profissional como pessoal. Ambos ficamos apaixonados pelo Brasil depois de morar em Boa Vista.

Ao meu irmão Claudio, porque ambos compartilhamos a paixão pela música e natureza. Ele é minha maior referência de que, se queremos um mundo melhor para nossos pais e filhos, nós, os jovens, temos de alçar nossa voz para protestar e lutar a fim de acabar com tanta injustiça.

Ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Amazônia, que faz parte da parceria entre a Organização dos Estados Americanos (OEA), o Grupo Coimbra de Universidades Brasileiras (GCUB) e à Universidade Federal de Roraima (UFRR), agradeço a concessão da bolsa de estudos que foi primordial para o desenvolvimento do presente estudo.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Roberto Ramos Santos, que, desde a primeira vez que nos falamos sobre a ideia do meu projeto, com muita boa vontade e gentileza, assumiu o compromisso de ser o guia de uma aluna estrangeira e sem experiência no mundo da pesquisa. Fico orgulhosa de dizer que esta dissertação é fruto de um trabalho em equipe, no qual prestamos particular atenção aos detalhes, à qualidade da informação e à redação. Fica minha

admiração total ao Professor Roberto, que, durante todo o processo da elaboração desta dissertação, foi exemplo de respeito, paciência, humildade, compreensão, ética e dedicação profissional. Sempre vou lembrar todos os conhecimentos, as recomendações e críticas construtivas repassadas por meu primeiro orientador.

À bibliotecária Maria Alves Albuquerque, que chegou no momento certo, dedicou um tempo especial para deixar a dissertação impecável de acordo com as normas da ABNT; sobretudo, revisou o trabalho para que esteja corretamente escrito no idioma português. Particularmente, fiquei maravilhada quando conferi o nível de qualidade do seu trabalho. Embora não tivesse o prazer de conhecê-la pessoalmente, nossa comunicação constante pelo e-mail permitiu-me perceber que ela é “fora de série”.

A Jorge Miranda, Nilson Valente, Ana Sibelônia e Bruno de Brito, que me ajudaram, sobremaneira e imensuravelmente, para os resultados da pesquisa, cooperando com informações e esclarecimentos em primeira mão.

Aos amigos das turmas de 2015, 2016 e 2017 da OEA, que, a cada conversa no restaurante universitário, comemoração de aniversário ou celebração de Natal, me permitiram conhecer um pouco dos costumes, da cultura e gastronomia de países como Guiana, Colômbia, Argentina, Equador, Honduras, Venezuela, Costa Rica, Espanha, Haiti, México. Especial agradecimento à amizade de Max, Julieta, Natalia, Neider, Carlos, Domingo, William.

A três brasileiras maravilhosas: Ellen de Souza, Georgia Ferko e Geo Bonfim, que, muitas vezes, cumpriram o rol de mamãe. Minha família agradece todos os cuidados que tiveram comigo. Espero que nosso próximo encontro seja no Peru.

Aos professores e colegas do mestrado, a amizade e troca de conhecimentos e de experiências.

O Turismo é uma Universidade em que o aluno nunca se gradua, é um Templo onde o suplicante cultua mas nunca vislumbra a imagem de sua veneração, é uma Viagem com destino sempre à frente mas jamais atingido. Haverá sempre discípulos, sempre contempladores, sempre errantes aventureiros.

(Lord Curzon, 1859-1925, Governador-Geral da Índia)

RESUMO

Mundialmente, o turismo é uma atividade econômica complexa e intersetorial, que está em plena ascensão, podendo ser um instrumento para o desenvolvimento local sustentável. Devido à complexidade social e ambiental que envolve o campo turístico, as políticas para sua organização são indispensáveis. Nesse contexto, este trabalho tem como objetivo mostrar as ações de turismo realizadas pelo Governo do Estado de Roraima entre 1992 e 2017. Constitui-se em um estudo teórico-analítico, com abordagem qualitativa e utilização de pesquisas bibliográfica e documental. Por meio das referências teóricas, o estudo analisa o desenvolvimento do turismo e seus impactos com a participação do Estado. Por meio da análise documental, relaciona as principais políticas públicas de turismo no Brasil e as ações, planos e programas, planejados e executados, pelo governo de Roraima para o desenvolvimento sustentável do turismo. Os resultados encontrados mostram as dificuldades do governo estadual em atingir seus objetivos e metas referentes ao desenvolvimento de uma política de turismo que atenda às necessidades locais, embora existam, nacionalmente, programas do governo federal direcionados ao desenvolvimento do turismo nas regiões do país. A razão disso está, principalmente, na falta de um corpo técnico mais qualificado para promover o turismo na burocracia do Estado.

Palavras-chave: Turismo. Políticas Públicas e Desenvolvimento. Roraima.

ABSTRACT

Globally, tourism is a complex and intersectoral economic activity that is on the rise and can be an instrument for sustainable local development. Due to the social and environmental complexity which surrounds the area of tourism, policies for its organization are indispensable. In this context, this work aims to show actions in tourism carried out by the Government of the State of Roraima between 1992 and 2017. It is a theoretical-analytical study, with a qualitative approach and utilizes bibliographic and documental research. Through theoretical references the study analyzes the development of tourism and its impacts with the participation of the State. Through document analysis, it links the main public policies of tourism in Brazil and the actions, plans and programs, planned and executed, by the government of Roraima for the sustainable development of tourism. The results show the difficulties faced by the state government in achieving its objectives and goals related to the development of a tourism policy that meets local needs, although there exist, nationally, federal government programs aimed at the development of tourism in the regions of the country. The principal reason for this is the lack of a more qualified technical staff to promote tourism in the State bureaucracy.

Keywords: Tourism. Public Policies and Development. Roraima.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Funções principais do Estado Nacional	26
Figura 2 – Pilares do desenvolvimento sustentável	33
Figura 3 – Sistema de Turismo (Sistur)	45
Figura 4 – Fluxo do gasto do turista na economia: efeito multiplicador	50
Figura 5 – Organograma do Ministério do Turismo 2015	70
Figura 6 – Órgãos que integram o Sistema Nacional de Turismo no Brasil	72
Figura 7 – Eixos de atuação do Programa de Regionalização do Turismo	73
Figura 8 – Ranking IDHM estadual do Brasil, 2010	82
Figura 9 – Monte Caburaí, município Uiramutã	88
Figura 10 – Monte Roraima, Brasil	89
Figura 11 – Cachoeira do Urucá, município Uiramutã	90
Figura 12 – Sítio Arqueológico da Pedra Pintada, município Pacaraima	91
Figura 13 – Biojoias de pedra-sabão produzidas no Tepequém	91
Figura 14 – Platô da Serra do Tepequém	92
Figura 15 – Lago Caracaranã, município Normandia	92
Figura 16 – Monumento da Linha do Equador, município Rorainópolis	93
Figura 17 – Rio Branco a partir da orla de Caracará	94
Figura 18 – Lago da usina hidrelétrica de Jatapu, município Caroebe	95
Figura 19 – Alguns dos principais pontos turísticos em Boa Vista	97
Figura 20 – Eco Park, município Alto Alegre	98
Figura 21 – Encenação da Paixão de Cristo em Mucajaí.....	98
Figura 22 – Serra Grande, município Cantá	99
Figura 23 – Entrada do Forte São Joaquim, com as placas informativas do IPHAN- RR, 2011	100
Figura 24 – Quadrilha Coração de Sertão no Arraial do Anauá, 2016	101
Figura 25 – Grupo Cobra Mariana e Gavião Caracará no Festival Folclórico de Caracará, 2013	102
Figura 26 – Damurida, principal prato indígena roraimense	103
Figura 27 – Informações turísticas sobre Roraima	104
Figura 28 – Lei que dispõe o PPA 1995-1999 de Roraima	106
Figura 29 – Organograma da Seplan	117
Figura 30 – Sede da Seplan, 2018	119

Figura 31 – Sede Casa de Turismo, 2018	120
Figura 32 – Conteúdo do documentário <i>Roraima: o ponto alto do Brasil</i>	121
Figura 33 – Capa do <i>Guia turístico Roraima: ecológico, histórico e cultural</i> , 2009	122
Figura 34 – Capa da cartilha contra o turismo sexual	124
Figura 35 – Ata da criação do Fórum Estadual de Turismo de Roraima, 2003	126
Figura 36 – Slogan “Roraima, o Brasil do Extremo Norte”	127
Figura 37 – Organograma atual do Fórum Estadual de Turismo de Roraima	129
Figura 38 – Proposta de organograma do Detur de Roraima, como transformar em Secretaria	135

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 –	Impactos econômicos do turismo	51
Quadro 2 –	Estágios dos impactos socioculturais negativos do turismo	53
Quadro 3 –	Impactos sociais do turismo: benefícios e prejuízos	54
Quadro 4 –	Impactos ambientais positivos e negativos do turismo	56
Quadro 5 –	Comparativo das características dos principais tipos de turismo sustentável	60
Quadro 6 –	Objetivos do desenvolvimento sustentável voltados para o turismo	62
Quadro 7 –	Antecedentes históricos da Política Nacional de Turismo no Brasil, 1940-1966	65
Quadro 8 –	Políticas públicas de turismo planejadas pelo governo federal 1991, 1994	68
Quadro 9 –	Programa Brasil + Turismo, 2017	76
Quadro 10 –	Distância em km entre Boa Vista e os demais municípios de Roraima.	81
Quadro 11 –	População total em cada município de em relação à área total e densidade demográfica	83
Quadro 12 –	Unidades de Conservação administradas pelo Ibama	85
Quadro 13 –	Plano Anual de Trabalho 1995, Roraima	107
Quadro 14 –	Metas de turismo previstas nos PAT 1996, 1998 e 1999, Roraima	108
Quadro 15 –	Metas de turismo previstas no PPA 2000-2003, Roraima	110
Quadro 16 –	Metas de turismo previstas no PPA 2004-2007, Roraima	112
Quadro 17 –	Metas de turismo previstas no PPA 2008-2011, Roraima	113
Quadro 18 –	Custo total por fontes de recursos, Prodetur	114
Quadro 19 –	Custo total por componente, Prodetur	114
Quadro 20 –	Metas de turismo previstas no PPA 2012-2015, Roraima	115
Quadro 21 –	Atribuições das divisões do Detur de Roraima, 2018	118

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 –	Número de turistas internacionais no Brasil, 1991-2002	69
Gráfico 2 –	Número de turistas internacionais no Brasil, 2003-2016	75
Gráfico 3 –	Taxa média de ocupação hoteleira 2004-2013 em Roraima	131
Gráfico 4 –	Movimento anual de hóspedes 2004-2013 em Roraima	132
Gráfico 5 –	Embarques e desembarques: transporte terrestre 2006-2009, 2011-2013 em Roraima	132
Gráfico 6 –	Embarques e desembarques: transporte aéreo 2006-2009, 2011-2013 em Roraima	133

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 –	Conjunto de mapas da localização geográfica do estado de Roraima	78
Mapa 2 –	Malha viária do estado de Roraima	80
Mapa 3 –	Áreas institucionais do estado de Roraima	84
Mapa 4 –	Categorização das regiões turísticas em Roraima, 2017	87

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABAV-RR	Associação Brasileira de Agências de Viagens em Roraima
ABEOC	Associação Brasileira de Eventos e Empresas Operadoras em Congressos e Convenções e Feiras
ABLA-RR	Associação Brasileira de Locadora de Automóveis em Roraima
AE	Aparelhos de Estado
ALC	Áreas de Livre Comércio
AIE	Aparelhos Ideológicos de Estado
ANTT	Agência Nacional de Transportes Terrestres
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIT	Bolsa Internacional de Turismo
BNB	Banco do Nordeste do Brasil
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BOH	Boletim de Ocupação Hoteleira
CAMATUR	Câmara Estadual de Turismo
CAT	Centro de Atendimento ao Turista
CEFET	Centro Federal de Educação Tecnológica
CIT	Centros de Informações Turísticas
CMMAD	Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento
CODETUR	Coordenadoria de Turismo
COMBRATUR	Comissão Brasileira de Turismo
CNTUR	Conselho Nacional de Turismo
DETUR	Departamento de Turismo do estado de Roraima
EMBRATUR	Instituto Brasileiro de Turismo (antiga Empresa Brasileira de Turismo)
EUA	Estados Unidos da América
FDEAM/RR	Fórum de Debates para o Desenvolvimento Estratégico da Amazônia Legal/Seção Roraima
FEMACT	Fundação Estadual do Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia
FEMUR	Festival de Música
FIAM	Feira Internacional da Amazônia
FINAM	Fundo de Investimentos da Amazônia
FINOR	Fundo de Investimentos do Nordeste

FIPE	Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas
FISET	Fundo de Investimentos Setoriais
FNRH	Ficha Nacional de Registro de Hóspedes
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
FUNGETUR	Fundo Geral de Turismo
IADH	Instituto de Assessoria para o Desenvolvimento Humano
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IFRR	Instituto Federal de Roraima
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INFRAERO	Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária
INMETRO	Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia
INTEIRAMA	Instituto de Terras e Colonização de Roraima
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
LGT	Lei Geral do Turismo
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MTUR	Ministério do Turismo
OCDE	Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
OECD	Organization for Economic Co-Operation and Development
OMT	Organização Mundial do Turismo
ONG	Organização não governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PAT	Plano Anual de Trabalho
PDTIS	Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo Integrado e Sustentável
PIB	Produto Interno Bruto
PLANTUR	Plano Nacional de Turismo
PNMT	Programa Nacional de Municipalização do Turismo
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PPA	Plano Plurianual
PRODETUR/NE	Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste
PROECOTUR	Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia Legal
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRT	Programa de Regionalização do Turismo
SEBRAE	Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SEPLAN	Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento
SETRABES	Secretaria de Estado do Trabalho e Bem-Estar Social
SISTUR	Sistema de Turismo
SPVEA	Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia
SUDAM	Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
SUFRAMA	Superintendência da Zona Franca de Manaus
UERR	Universidade Estadual de Roraima
UF	Unidade Federativa
UFRR	Universidade Federal de Roraima
UNRIC	United Nations Regional Information Centre (Centro Regional de Informação das Nações Unidas)
UNWTO	World Tourism Organization (Organização Mundial do Turismo)

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	19
2	O ESTADO E A QUESTÃO DO DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E AMBIENTAL	22
2.1	Estado: uma construção de múltiplas origens	22
2.2	Funções do Estado	25
2.3	O Estado e sua relação com o mercado: crescimento econômico <i>versus</i> desenvolvimento econômico	27
2.4	A importância do Estado para o desenvolvimento humano	29
2.5	O Estado e a preservação do meio ambiente com o desenvolvimento sustentável	33
2.6	Estado, desenvolvimento e políticas públicas	36
2.7	O papel do Estado no desenvolvimento endógeno e sustentável	38
3	TURISMO SUSTENTÁVEL: CONTEXTUALIZAÇÃO, IMPACTOS E TENDÊNCIAS	43
3.1	Turismo como referencial teórico	43
3.2	Impactos do turismo	47
3.2.1	Impacto econômico	47
3.2.2	Impactos socioculturais	52
3.2.3	Impacto ambiental	55
3.3	O futuro do turismo: tendências e desafios	56
3.4	Desenvolvimento sustentável do turismo	58
4	O DESENVOLVIMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE TURISMO NO BRASIL E EM RORAIMA	64
4.1	Primeira parte: institucionalização das políticas públicas de turismo no Brasil	64
4.1.1	Origem da Política Nacional de Turismo	64
4.1.2	O papel da Embratur em prol do desenvolvimento do turismo	67
4.1.3	A criação do Ministério do Turismo	69
4.1.4	Planos de Turismo com foco no Programa de Regionalização do Turismo (2003-2010)	71

4.2	Segunda parte: políticas públicas de turismo no estado de Roraima, 1992-2017	77
4.2.1	Caracterização geral do estado de Roraima	77
4.2.1.1	<i>Localização geográfica</i>	77
4.2.1.2	<i>Vias de acesso</i>	79
4.2.1.3	<i>Aspectos socioeconômicos do estado de Roraima</i>	81
4.2.1.4	<i>Ocupação de solo</i>	83
4.2.2	Regiões turísticas em Roraima	85
4.2.2.1	<i>Região turística Extremo Norte do Brasil</i>	88
4.2.2.2	<i>Região turística Águas e Florestas da Linha do Equador</i>	93
4.2.2.3	<i>Região turística Roraima, a Savana Amazônica</i>	95
4.2.3	Folclore do estado de Roraima	100
4.2.4	Rota 174 – da Amazônia ao Caribe	105
4.2.5	O desenvolvimento do setor de turismo em Roraima nos planos plurianuais (1992-2015)	105
4.2.6	Ações, planos e programas de turismo implementados pelo Departamento de Turismo de Roraima	116
4.2.7	O Detur e o Fórum Estadual de Turismo	125
4.2.8	Dados estatísticos do turismo em Roraima	130
4.2.9	Dificuldades observadas na implementação de políticas de turismo pelo Detur	133
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	136
	REFERÊNCIAS	138

1 INTRODUÇÃO

Desde a segunda metade do século XX, o Turismo é considerado uma atividade de grande potencialidade para gerar desenvolvimento socioeconômico. No início do século XXI, houve consenso entre os organismos internacionais de que, para o avanço sustentável dessa atividade na geração de renda, seria necessária a contínua preservação dos recursos naturais e da identidade dos povos envolvidos.

Para mostrar o impacto econômico do setor turístico, na atualidade, o informativo do Conselho Mundial de Viagens e Turismo,¹ revela que, em 2016, o turismo internacional representou 7% das exportações mundiais, ocupando o terceiro lugar, atrás dos setores de combustíveis e produtos químicos e à frente dos de alimentação e indústria de automação. Além disso, o turismo aporta 10% do Produto Interno Bruto (PIB) mundial (efeito direto, indireto e induzido); e também é responsável por um a cada onze empregos gerados no mundo. Não é utópico acreditar que o fenômeno turístico pode chegar a ser a atividade econômica mais importante, tanto para os países desenvolvidos quanto para os que estão em desenvolvimento.

Na análise do turismo como propulsor de desenvolvimento regional, a Organização Mundial do Turismo (OMT),² desde os anos 1950, vê nesse setor uma sequência de forte crescimento econômico. Para efeito de comparação, em 1950, o turismo internacional movimentou cerca de 25 milhões de pessoas (OLIVEIRA, 2000); e em 2015, o quantitativo foi de aproximadamente 1 bilhão e 200 mil pessoas (TURISMO mundial..., 2016). Segundo a previsão do Tourism Towards 2030, em 2030 o número de turistas viajando pelo mundo deve chegar a 1 bilhão e 800 mil, isso se for mantido o crescimento anual de 3,3% (WORLD TOURISM ORGANIZATION, 2011).

Nesse contexto, o papel do Estado como propulsor do desenvolvimento do turismo é decisivo por sua capacidade de articular atividades econômicas que tenham impacto social. É nessa linha que se valoriza a prática do turismo sustentável, como uma forma de as populações vulneráveis melhorarem sua condição de vida, podendo encontrar neste setor uma fonte adicional de recursos econômicos mediante o uso responsável dos recursos naturais e do compartilhamento de seus costumes, idiomas e artesanato.

O Estudo da Demanda Turística Internacional 2011-2015, realizado pelo Ministério do Turismo (MTur) e pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE), mostra que, em

¹ O informe analisa a contribuição do setor em 184 países e 25 regiões (WORLD TRAVEL & TOURISM COUNCIL, 2016).

² É a agência das Nações Unidas e a organização internacional líder na área de turismo.

2014, o percentual de estrangeiros que viajaram para o país, motivados pelos atrativos naturais, ecoturismo e turismo de aventura, foi de 12,8% e, em 2015, de 15,7% (BRASIL, 2017). Esses dados reforçam a posição do Brasil como um dos principais destinos do segmento de natureza no mundo – e não, por acaso, o país é considerado pelo Fórum Econômico Mundial o número 1 em recursos naturais.

Esta dissertação tem como objetivo mostrar as ações de turismo implementadas pelo Governo do Estado de Roraima entre 1992 e 2017. Roraima é um estado amazônico com forte potencialidade para desenvolver turismo de aventura, etnoturismo, agroturismo, ecoturismo e turismo rural comunitário. Além disso, localiza-se em uma tríplice fronteira entre Brasil, Venezuela e Guiana.

As questões da pesquisa que motivaram a realização deste estudo foram duas: 1) Como o Governo do Estado de Roraima, desde 1992, fomenta o desenvolvimento sustentável local por meio do turismo? 2) Quais são as principais políticas públicas de turismo implementadas? As hipóteses defendidas são que: “O governo de Roraima, desde sua primeira gestão estadual, não tem valorizado a atividade do turismo como parte sustentável do seu desenvolvimento econômico e social”, e “embora desde 2004, Roraima faça parte dos Programas de Turismo do governo federal, não há políticas públicas próprias de turismo implementadas pelo Estado; este é pouco eficiente na estruturação e na condução regional dos programas nacionais de turismo, devido, principalmente, à falta de pessoal qualificado em turismo em sua burocracia estatal.”

Este estudo tem a pretensão de contribuir para reduzir a escassez de pesquisas que relacionam o turismo e as políticas públicas em Roraima e servir de base para nortear ações futuras dos responsáveis pela gestão pública de turismo no estado, sendo também uma opção de conhecimento acadêmico para os demais envolvidos na atividade de turismo.

Além da revisão da literatura especializada sobre o tema, este trabalho utilizou-se de pesquisa documental do tipo qualitativa. Analisaram-se, entre outros, documentos do MTur, projetos do Departamento de Turismo (Detur), Planos Plurianuais do Governo do Estado, Atas do Fórum Estadual de Turismo e convênios assinados pela Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento (Seplan). O trabalho utilizou-se, ainda, da coleta de informações em jornais como *Folha de Boa Vista* e *Jornal Roraima Hoje*, documentários, sites de órgãos governamentais, a exemplo do MTur, Ministério do Meio Ambiente (MMA), Ministério da Cultura, Câmara dos Deputados, Seplan, Detur, Instituto Brasileiro de Turismo (Embratur), Fundação Nacional do Índio (Funai), Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e *merchandising*.

Do mesmo modo, consultamos os decretos, leis, ofícios, planos e programas relacionados com o trabalho. Para a consolidação desta pesquisa, aplicamos a técnica de entrevista semiestruturada a pesquisadores do setor de turismo, planejadores e funcionários do Governo do Estado de Roraima. A informação coletada nas entrevistas, ampliou o escopo deste trabalho. É importante salientar que, na coleta de dados, também houve dificuldades em adquirir relatórios oficiais de avaliação das metas alcançadas pelo Detur e informes estatísticos de turismo correspondentes ao período analisado.

Além desta seção introdutória, o trabalho divide-se em mais quatro seções. A seção 2 apresenta uma análise teórica sobre o Estado como propulsor do desenvolvimento e suas relações com o turismo. A seção 3 destaca os impactos do turismo nas dimensões econômica, sociocultural e ambiental e os princípios internacionais para o desenvolvimento do turismo sustentável. A seção 4 divide-se em duas subseções; na primeira, trata-se da implantação de políticas públicas de turismo no Brasil que ressalta a criação, em 2003, do Ministério do Turismo no Brasil e a consolidação do Plano Nacional de Turismo; a segunda, versa sobre a gestão de turismo em Roraima, destacando o potencial das regiões turísticas do estado, as ações de turismo planejadas nos Planos Plurianuais e a atuação do Departamento de Turismo estadual. Na seção 5, apresentamos as considerações finais.

2 O ESTADO E A QUESTÃO DO DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E AMBIENTAL

O objetivo desta seção é contextualizar no campo teórico as relações entre Estado e desenvolvimento. Discutiremos, com base na literatura especializada, as funções e responsabilidades do Estado em promover o crescimento econômico para o bem-estar da sociedade sem esgotar os recursos naturais.

2.1 Estado: uma construção de múltiplas origens

A definição de Estado tem suas origens na Filosofia, com a contribuição de autores importantes como Locke e Rousseau. Segundo Bendoricich e Gomes (2010), as abordagens filosóficas foram fundamentais para a construção do Estado moderno, principalmente o Estado capitalista, assentado sobre quatro elementos básicos: soberania, território, povo e finalidade. O Estado moderno, conforme Dallari (2003, p. 118), definiu-se como “a ordem jurídica soberana que tem por fim o bem comum de um povo situado em determinado território”.

Sobre o tratamento do conceito de Estado capitalista, duas vertentes de pensamento têm percorrido a história nos últimos dois séculos. São elas: o movimento keynesiano, em defesa do Estado de bem-estar social, e o liberalismo, defendendo o Estado mínimo. Bendoricich e Gomes (2010, v. 16, p. 158-159) assim definem o Estado Capitalista:

[...] aquele no qual a política macroeconômica dita as diretrizes das políticas públicas em seus mais diversos setores, tendo como parâmetro o acesso ao mercado, os índices de produção, taxas cambiais, metas inflacionais, e o desenvolvimento social como aporte ao desenvolvimento econômico.

Por meio da concepção capitalista do Estado, as relações entre Estado e sociedade passaram a ser complementares, em que os indivíduos se unem em esforços para realizar objetivos comuns; as organizações por eles formadas, tal qual o Estado, passam a ter o seu “sistema próprio de objetivos e seus próprios meios de ação” (HAYEK, 2010, p. 78). O princípio norteador das políticas públicas do Estado, segundo Bendoricich e Gomes (2010, p. 159), tem origem nos “anseios da sociedade”, por meio da vontade geral de uma nação. Na opinião de Bresser-Pereira (2008, p. 175) o Estado é:

[...] sempre a expressão da sociedade; é a instituição que a sociedade cria para que regule o comportamento de cada um, e assim assegure a consecução dos seus objetivos políticos. [...] Quanto menores forem diferenças de poder derivado do dinheiro e do

conhecimento, e quanto coesas forem tanto a nação quanto a sociedade civil, mais democrático e mais forte será o Estado, mais capaz, portanto, de desempenhar seu papel de instrumento de ação coletiva da sociedade.

Hofling (2001) caracteriza o Estado pelo conjunto de instituições permanentes, como órgãos legislativos, tribunais, exército e outras instituições que, necessariamente, não formam um bloco monolítico mas possibilitam ações de governo. No livro *Teoria geral do Estado*, Figueiredo (2014, p. 34) ressalta:

O Estado é a pessoa política e jurídica, fenômeno que pode ser estudado sociologicamente ou juridicamente; é o poder institucionalizado que deve sempre garantir a liberdade do homem, de acordo com seus desejos legítimos, mediante regras preestabelecidas pelo homem. É igualmente centro de decisões e de comportamentos ou impulsos, visando à realização das finalidades humanas, deve sobretudo ser controlado pelo homem e não o contrário; em sua dinâmica deve procurar o equilíbrio entre o desenvolvimento e a paz, a tecnologia e o humanismo, sem prevalência da burocracia.

Isuani (1984), na sua análise de autores clássicos como Weber, Hegel e Marx, afirma ser possível encontrar três concepções de Estado: a) uma associação ou comunidade, incluindo uma instituição governamental; b) uma dimensão da sociedade, abrangendo ou opondo outras dimensões sociais; c) um aparelho para governo, administração e coerção.

O Estado, assim, surge como resultado de um acordo feito por indivíduos (contrato social) ou por um grupo que se impõe sobre outros grupos sociais (Weber). O segundo conceito foi representado por Hegel, que propôs o Estado como uma dimensão abstrata abrangendo outras dimensões da sociedade. Aqui a díade Estado-sociedade civil adquire significado. Finalmente, o Estado tem também sido conceituado como um aparato separado da sociedade, operando através de suas instituições governamentais, administrativas e coercitivas. Esta é a abordagem dos pensadores marxistas clássicos. (ISUANI, 1984, p. 35).

Na análise de Weber (2009), cabe ao Estado o monopólio legítimo da força. O Estado, segundo Weber (2009, p. 61) consiste em uma “relação de dominação do homem pelo homem, com base no instrumento da violência legítima. Assim, o Estado pode existir somente sob condição de que os homens dominados se submetam à autoridade continuamente reivindicada pelos dominadores”.

Entre os autores marxistas, na práxis política, o Estado, como realidade complexa e instrumento de dominação de classe, também pode ser compreendido pelas diferenças entre Aparelhos de Estado (AE) divididos em Aparelhos (repressivos) de Estado e Aparelhos Ideológicos de Estado (AIE). Os AE compreendem governo, administração, exército, polícia, tribunais, prisões, entre outros, e os aparelhos ideológicos são instituições especializadas:

religioso, escolar, familiar, jurídico, sindical, da informação e cultural, etc. Todas elas reforçam a ideia de coesão social e têm um papel importante na relação de poder e dominação de classe.

Segundo Althusser (1970, p. 118):

O Aparelho repressivo de Estado funciona pela violência, enquanto os Aparelhos Ideológicos de Estado funcionam pela ideologia. [...] qualquer Aparelho de Estado, seja repressivo ou ideológico, funciona simultaneamente pela violência e pela ideologia [...]o Exército e a Polícia funcionam também pela ideologia, simultaneamente para assegurar a sua própria coesão e reprodução e pelos valores que projetam no exterior [...]Assim a escola e as Igrejas educam por métodos apropriados de sanções, de exclusões, de seleção, etc., não só os seus oficiais, mas as suas ovelhas.

Na visão antropológica de Krader, “o Estado é a autoridade central exercida sobre um povo dentro de um território estabelecido” (KRADER 1979 apud ISUANI, 1984, p. 46).

Segundo Krader (1979 apud ISUANI, 1984, p. 46-47):

[...] o Estado não é uma coisa independente, mas é uma instituição da sociedade em que o poder político está concentrado e monopolizado [...] é uma instituição política que definimos como uma instituição de governo [...] um órgão da lei central [...] é uma instituição que unifica, defende e controla a sociedade explicitamente.

Isuani (1984) considera que Krader (1979) confunde Estado com Governo, e é preciso distingui-los. Nesse sentido, Hofling (2001, p. 31) procura esclarecer a diferença entre ambos:

Estado como o conjunto de instituições permanentes – como órgãos legislativos, tribunais, exército [...] – que possibilitam a ação do governo; e Governo, como o conjunto de programas e projetos que parte da sociedade (políticos, técnicos, organismos da sociedade civil e outros) propõe para a sociedade como um todo, configurando-se a orientação política de um determinado governo que assume e desempenha as funções de Estado por um determinado período.

As definições de Estado são inúmeras, mas há um consenso de que o Estado representa a junção de pelos menos três elementos: território, população e poder. Por território, entende-se o espaço físico sobre o qual a população está de forma permanente. População é o conjunto de seres humanos que compõem o Estado (IDEA INTERNACIONAL, 2008); e o poder político, talvez, seja aquele que apresente mais dificuldade na definição, porque a palavra poder pode ser substituída pela capacidade de autogoverno, soberania ou independência.

No seu significado mais geral, poder define-se como “o ‘meio circulante’ político, análogo à moeda na economia, ancorado por uma parte na institucionalização e na legitimação da autoridade e por outra na possibilidade efetiva do recurso à ameaça e, como extrema medida,

ao uso da violência” (BOBBIO; MATTEUCCI, PASQUINO, 2009, p. 941). Em síntese, o Estado é considerado soberano visto que é capaz de se tornar um destinatário de direitos e obrigações legais diante de outros Estados (IDEA INTERNACIONAL, 2008).

2.2 Funções do Estado

O Estado é um conjunto de instituições públicas da sociedade que compõem regras e mecanismos de execução. Nas regras, classificam-se em formais (leis e procedimentos judiciais, econômicas e todos os regulados para a solução de controvérsias) e informais, cujas atitudes e normas de conduta não escrita, em que o desenvolvimento é determinado pela estrutura de valor da sociedade (GUERRA-GARCÍA, 1999).

Sobre o funcionamento do Estado, Sabel (1996) afirma que o Estado não deve funcionar como uma máquina; mas sim como um sistema aberto atento às nuances de seu ambiente, que é interativo e sensível às informações recebidas dos utilizadores dos bens e serviços. Sachs (2008) ressalta que o Estado tem um papel estratégico como agente de desenvolvimento econômico; ele deve fiscalizar as relações de mercado, evitando os abusos e dar condições para a ampliação do mercado, criando oportunidades e incentivando investimentos no setor produtivo.

Sachs (2008) considera que cada mecanismo de coordenação da sociedade – o Estado, o mercado e a comunidade – tem suas falhas, mas, também, vantagens que podem corrigir as próprias falhas. Para que isso possa ocorrer, é necessário um Estado enxuto, limpo, ativo, planejador e capaz de “descortinar” o futuro com um governo atuante. As funções do Estado são, segundo, esse autor, apresentadas na Figura 1.

A crescente complexidade do processo econômico fez o Estado cada vez mais participante das decisões econômicas. Após a crise de 1929,³ o Estado tornou-se agente fomentador da Economia. Os pressupostos clássicos do Estado foram abandonados com o desenvolvimento da concepção do Estado interventor,⁴ que passou a exercer papel regulador na Economia (CIBOTTI; SIERRA, 2005).

³ Também conhecida como a grande depressão americana, tem como símbolo máximo a Quebra da Bolsa de Valores de Nova Iorque em 1929.

⁴ “[...] as duas guerras mundiais abriram caminho para uma presença ativa do Estado como interventor. Esse Estado reorganizado foi responsável pelo maior e contínuo crescimento de longo prazo que as economias capitalistas já experimentaram.” (MADUREIRA, 2011, p. 73).

Figura 1 – Funções principais do Estado Nacional



Fonte: Elaboração própria com base em Sachs (2008).

Welfare State, ou Estado de bem-estar social, é o modelo baseado na livre empresa, mas com acentuada participação do Estado na promoção de benefícios sociais. Seu objetivo principal é o de proporcionar à sociedade padrões de vida mínimos; desenvolver a produção de bens e serviços sociais; controlar os ciclos econômicos; e ajustar o total da produção, considerando os custos e as rendas sociais. Esse modelo de Estado foi aplicado principalmente nos governos da Social-Democracia como Áustria, Bélgica, Dinamarca, Finlândia, França, Alemanha, Grã-Bretanha, Noruega e Suécia durante a segunda metade do século XX (GALBRAITH, 1989).

O Estado de bem-estar social passava para as empresas privadas a responsabilidade pelo aumento da produção, enquanto o governo ficava responsável em fazer “a aplicação de uma política fiscal progressiva, visando à execução de programas de moradia, saúde, educação, previdência social, seguro desemprego”, que fortalecesse os fatores de produção (MADUREIRA, 2011, p. 72). Segundo Silva (2005), o Estado de bem-estar social caracteriza-se pela afirmação dos direitos econômicos da sociedade e pela realização dos objetivos da justiça social com desenvolvimento.

Com o fim da 2.^a Guerra Mundial em 1945, o estabelecimento de uma posição de consenso internacional foi conferido ao Estado, em especial aos mais pobres, a função de executar programas e medidas de origem transnacional para salvaguardar a macroeconomia e assegurar o desenvolvimento capitalista (BENDRATH; GOMES, 2010). Assim, o neoliberalismo, que se fortaleceu principalmente na década de 1970, proclamava a solução para todos os problemas com a redução significativa do papel do Estado na economia, elegendo a propriedade privada dos meios de produção e as livres forças de mercado como as salvadoras da sociedade, e da mesma forma, rejeitando o protecionismo econômico e a ação do Estado na economia como empresário.

Apesar dessa vertente de pensamento ter-se fortalecido, na visão de Bresser-Pereira (1989), sempre existirá a intervenção estatal na economia, pois, ela é cíclica. Existem ciclos em que a intervenção é mais acentuada, bem como outros em que a intervenção é minimizada. Segundo Cardoso (1995), nos anos 1960, existia uma crença forte de que o Estado tinha a capacidade de moldar o progresso; já nos anos 1980, a visão desenvolvimentista se diluiu e passou a ser vista como um obstáculo. Cardoso (1995, p. 152) considera que o “Estado tem de resolver problemas concretos, com os meios concretos que dispõe [...] É um ator fundamental, mas os seus meios têm limitações”.

Com os novos paradigmas de desenvolvimento regional/local expostos pela Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), a partir de 1993, o papel do Estado baseia-se fortemente no resultado de processos e dinâmicas econômico-sociais determinadas pelo comportamento dos atores, dos agentes e das instituições locais. Segundo Amaral Filho (2001), há o consenso de que os processos e as instâncias locais levam enorme vantagem sobre as instâncias governamentais centrais haja vista que estão mais bem situadas em termos de proximidade com relação os usuários finais dos bens e serviços.

2.3 O Estado e sua relação com o mercado: crescimento econômico *versus* desenvolvimento econômico

Segundo Mendonça (2012), o desenvolvimento tem de ser considerado como um processo, e não como uma condição final. A autora diz que o conceito pode ser apresentado em cinco tipos: desenvolvimento como crescimento econômico, como modernização, como distribuição justa, como transformação socioeconômica e desenvolvimento como organização espacial.

O desenvolvimento como crescimento econômico prioriza o aumento da produção, desconsiderando o recurso humano. O desenvolvimento como modernização prioriza o comportamento orientado para a prosperidade e para os valores individuais. O desenvolvimento como distribuição justa enfatiza o crescimento, a mudança e a igualdade social, com redução do nível de pobreza. O desenvolvimento como transformação socioeconômica enfatiza que transformações básicas no modo de produção podem refletir ou gerar mudanças, as quais podem culminar em desenvolvimento. Por fim, o desenvolvimento como organização espacial, prioriza a reorganização social como um modo de desenvolvimento. A organização espacial (local) representa realizações físicas de modelos de relações sociais. (MENDONÇA, 2012, p. 95).

Segundo Galbraith (1989), foi o Estado de bem-estar social que iniciou a discussão sobre o desenvolvimento econômico, que até então era visto como sinônimo de crescimento econômico. O crescimento econômico passou a ser necessário, mas pela ótica do Estado de bem-estar social, não suficiente para o desenvolvimento econômico, que se caracterizaria como uma evolução plena. Antes de abordar o papel do Estado em prol do desenvolvimento econômico, é importante citar alguns autores que sustentam a diferença entre crescimento e desenvolvimento.

Delfim Netto e Ikeda (2009) ensinam que o desenvolvimento econômico é apenas o codinome da relação PIB-Força de Trabalho ou PIB-População, que mede a “produtividade do trabalho”. Desenvolvimento é mais produtividade com o maior nível de emprego possível. O mais trágico desperdício de uma sociedade é não prover emprego decente para sua força de trabalho. Haddad (2009) revela que o desempenho econômico de um país é determinado pela sua capacidade produtiva.

O que determina no médio e longo prazo o desempenho econômico de um país é sua capacidade produtiva, que em qualquer período do tempo gera uma oferta agregada de bens e serviços, denominado Produto Interno Bruto (PIB). Para haver crescimento continuado do PIB é preciso que haja uma expansão continuada daquela capacidade, que é determinada pelos fatores de produção disponíveis. (HADDAD, 2009, p. 144).

As decisões finais e fundamentais de como será repartido o PIB entre governo e setor privado, e entre consumo e investimento, não são técnicas, as decisões são de natureza política, mas têm consequências econômicas. Nas sociedades democráticas, cujos governos são estabelecidos pelo sufrágio universal, a própria sociedade decide, periodicamente, o seu futuro; por isso, é preciso conscientizá-los de que existe uma contradição entre o desejo de crescer – e rápido – (desenvolvimento econômico) e o de consumir mais depressa (melhoria social); esse dilema precisa resolver-se a cada novo mandato (RODRIGUES; TEIXEIRA, 2010).

Fendt (2009) afirma que o processo de desenvolvimento consiste no aumento contínuo da produtividade do trabalho; é pelo aumento do produto por trabalhador que se geram os recursos necessários para atingir as outras dimensões do desenvolvimento. O autor indica que, sem o crescimento, não há desenvolvimento, embora, às vezes, ele não propicie a redução contínua da pobreza, melhoria da saúde e educação da população para aumentar a expectativa de vida. Contudo, para garantir que se possa acelerar o crescimento e maximizar o nível de emprego, deve-se reconhecer o seguinte:

1. Cabe ao Estado prover cinco bens públicos essenciais a construção de uma sociedade razoável: a) igualdade de oportunidades para todos os cidadãos (educação e saúde); b) satisfatória estrutura de segurança e justiça; c) proteção à propriedade privada; d) garantir o funcionamento de um sistema eficiente de alocação dos recursos escassos, através do ‘mercado’ onde se estabelecem livremente os preços; e e) garantir a estabilidade interna do poder de compra da moeda nacional;
7. A existência de boas instituições é fundamental para garantir um funcionamento eficiente dos sistemas de preços (o mercado), como instrumento de alocação de recursos que são escassos e tem multiplexusos;
9. A ‘eficiência’ do mercado será percebida como totalmente injusta, se não tiver na sua retaguarda uma política que aumente, paulatinamente, a igualdade de oportunidade, para todos os cidadãos, não importando a sua origem, cor, nem religião, etc. É isso que garante que a ‘competição no mercado’ será uma corrida honesta, onde todos começarão no mesmo ponto de partida e terminarão de acordo com sua capacidade.
10. Em matéria de infraestrutura é melhor que o Estado faça apenas aquilo que o setor privado não queira ou não tenha condições de fazer, e que o controle com bons sistemas regulatórios, através de Agências de Estado, com mandatos fixos que as tornem imunes a pressão política do poder incumbente passageiro. (DELFIM NETTO; IKEDA, 2009, p. 43).

Segundo Haddad (2009), o crescimento econômico no século XX passou a ser considerado um fenômeno natural. A preocupação no início do século XXI torna-se oposta: a de reduzir o crescimento em prol da preservação do meio ambiente e da conservação da natureza. Khair (2009) observa que é preciso valorizar o patrimônio ecológico e cultural, as dimensões sociais, políticas e ambientais nas interações humanas para preservar as gerações atuais e futuras, com a certeza de que o crescimento econômico, isoladamente, não é capaz de gerar desenvolvimento.

2.4 A importância do Estado para o desenvolvimento humano

O papel do Estado no campo social é essencial, cabe a ele a tarefa maior de promover o desenvolvimento humano. Segundo Kliksberg (1998), o desenvolvimento social da população parece ser um processo vital para que possa existir desenvolvimento econômico sustentável. De

acordo com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD),⁵ o desenvolvimento humano trata-se de:

[...] um processo de ampliação das escolhas das pessoas para que elas tenham capacidades e oportunidades para serem aquilo que desejam ser [...] O conceito de desenvolvimento humano também parte do pressuposto de que para aferir o avanço na qualidade de vida de uma população é preciso ir além do viés puramente econômico e considerar outras características sociais, culturais e políticas que influenciam a qualidade da vida humana. Esse conceito é a base do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e do Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH), publicados anualmente pelo PNUD. (PNUD, [2017], n. p.).

Furtado (1980) afirma que o conceito de desenvolvimento na história contemporânea foi utilizado em dois sentidos; o primeiro relaciona-se com a evolução de um sistema social de produção baseado na acumulação e no progresso das técnicas para se tornar mais eficaz e em consequência elevar a produtividade do conjunto da sua força de trabalho.⁶ O segundo é de que o desenvolvimento relaciona-se com as expectativas humanas quanto ao grau de satisfação das necessidades humanas elementares como alimentação, vestimenta, habitação e com o aumento da expectativa de vida da população.

Mahbub ul Haq (1978 apud MARTINS, S., 2002) considera que o desenvolvimento deve ser uma ação de enfrentamento real às piores manifestações da pobreza, objetivando igualdade de opções, e não de renda. A oportunidade de escolha, o direito à liberdade e as pessoas poderem buscar melhores condições de vida formam, pois, o cerne do conceito de desenvolvimento humano.

O principal representante da ideologia de desenvolvimento humano na atualidade é Amartya Sen (2007), que acredita ser o homem a peça fundamental para alcançar o desenvolvimento. Segundo Sen (2007), a expansão da liberdade é o principal fim e o principal meio do desenvolvimento. Ele valoriza a ideia de que as pessoas devem ter a responsabilidade de desenvolver e mudar o mundo em que vivem; ressalta que o desenvolvimento tem de ser visto como um processo de expansão das liberdades substantivas dos indivíduos.

Ter mais liberdade para fazer as coisas que são justamente valorizadas é importante por si mesmo para a liberdade global da pessoa e importante porque favorece a oportunidade de a pessoa ter resultados valiosos [...] liberdade é não apenas a base da avaliação de êxito e fracasso, mas também um determinante principal da iniciativa individual e da eficácia social. Ter mais liberdade melhora o potencial das pessoas

⁵ O PNUD é a rede de desenvolvimento global da Organização das Nações Unidas (ONU). Sobre o PNUD, cf <<http://www.br.undp.org/>>.

⁶ Aqui poderíamos tomar como exemplo os países que têm como política prioritária o desenvolvimento da ciência e tecnologia, que, de acordo com esse progresso, é considerado desenvolvido.

para cuidar de si mesmas e para influenciar o mundo, questões centrais para o processo de desenvolvimento. (SEN, 2007, p. 33).

Na apreciação da liberdade das pessoas como peça fundamental para atingir o desenvolvimento humano, Veiga (2010, p. 34, 85) considera que:

O desenvolvimento requer que se removam as principais fontes de privação de liberdade: pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência de Estados repressivos [...] As pessoas têm que ser livres para que suas escolhas possam ser exercidas, para que garantam seus direitos e se envolvam nas decisões que afetarão suas vidas [...] As pessoas são as verdadeiras riquezas das nações.

Considerando as concepções de Mahbub ul Haq (1978 apud MARTINS, S., 2002), Sen (2007) e Veiga (2010), salientam que, além dos benefícios econômicos, o desenvolvimento está relacionado com a capacidade e liberdade das pessoas para ter uma vida longa e saudável, educação, acesso aos recursos necessários a uma vida digna e ser capaz de participar na vida da comunidade.

Para conhecer o nível de crescimento econômico de um país, é preciso saber a medida do PIB em câmbio, mas se o objetivo for saber o nível de desenvolvimento humano desse país, é preciso verificar o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH),⁷ que é construído por três pilares fundamentais: saúde, renda e educação. De acordo com o resultado do IDH, é possível separar os países em dois grupos: países desenvolvidos e países em desenvolvimento.⁸ O índice mostra uma fragmentação e desigualdade social, colocando os países desenvolvidos como ideal a ser seguido pelos demais.

Em vez de maximizar o crescimento do PIB, o objetivo maior do índice tem sido a promoção da igualdade para maximizar as oportunidades daqueles que vivem em piores condições, ou seja, reduzir a pobreza que não deveria ter espaço em um mundo de abundância de recursos naturais. Segundo Kliksberg (1998, p. 18): “A pobreza acentuada e as altas polarizações sociais configuram um cenário que prejudica seriamente as possibilidades de crescimento econômico sustentado e, ao mesmo tempo, afeta gravemente a governabilidade democrática nos países em desenvolvimento.”

⁷ O IDH) é uma metodologia criada pelos economistas Amartya Sen e Mahbub ul Haq que engloba três dimensões: riqueza, educação e expectativa de vida ao nascer. É fundamentada numa maneira padronizada de avaliação e medida de bem-estar de uma população. O índice foi criado a partir de um conceito de desenvolvimento alternativo, voltado as pessoas, e vem sendo usado desde 1993 pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

⁸ Os países desenvolvidos também são chamados como países industrializados, países avançados e centrais e os países subdesenvolvidos são países atrasados, pobres, periféricos e dependentes.

Klikberg (1998) ilustra o agir do Estado como se fosse um pêndulo que oscila lado a lado, dependendo do modelo político e econômico vigente. O autor exemplifica essa analogia referindo-se ao caso do declínio do Estado de bem-estar social; quando os resultados da tarefa do Estado não forem positivos faz com que “o pêndulo” oscile para o lado oposto, e foi assim que se postulou a ideia de que a intervenção do Estado deveria ser mínima com o “desenvolvimento entregue ao mercado e à ‘mão invisível’.” (KLIKBERG, 1998, p. 39).

Nesse sentido, muitas funções do Estado foram suprimidas. No mundo globalizado, qual seria então o papel do Estado em prol do desenvolvimento econômico e social? Conforme Klikberg (1998), a globalização produziu mudanças profundas na geopolítica, geoeconomia e tecnologia em curto espaço de tempo, o Estado deve desempenhar novos papéis. Crozier indica que é necessário:

[...] desregular, dar más poder de decisión a los verdaderos operadores y dejar que asuman responsabilidades, esto es, que cooperen en la solución de sus conflictos [...] construir una cultura de gestión pública cuya primera característica básica ha de ser la capacidad de todas las personas, en todos los niveles operativos, para cooperar. Una segunda característica tendrá que ir asociada a la anterior, capacidad de comunicarse abiertamente, con libertad y franqueza, a través de todas las barreras de la especialización. (CROZIER, 1997, p. 3).⁹

No entendimento de Iglesias (1993), o Estado é o principal responsável para assegurar a conciliação do econômico com o social, e Klikberg (1998) considera que, para atingir esse objetivo, é preciso reconstruir o Estado, tendo como horizonte desejável a conformação de um “Estado inteligente”:

Um Estado inteligente na área social não é um Estado mínimo, nem ausente, nem de ações pontuais de base assistencial, mas um Estado com uma ‘política de Estado’, não de partidos, e sim de educação, saúde, nutrição, cultura, orientado para superar as graves iniquidades, capaz de impulsionar a harmonia entre o econômico e o social, promotor da sociedade civil, com um papel sinergizante permanente. (KLIKBERG, 1998, p. 48).

Klikberg (1998) conclui o seu pensamento afirmando que nas próximas décadas do século XXI haverá preponderância do Estado inteligente, cujo papel será a promoção da integração ativa de todas as forças da sociedade, ele se converterá em um formador de alianças estratégicas entre essas forças.

⁹ [...] desregular, dar mais poder de decisão real aos operadores reais e deixá-los assumir responsabilidades, isto é, cooperar na solução de seus conflitos [...] construir uma cultura de gestão pública cuja primeira característica básica seja a capacidade de todas as pessoas, em todos os níveis operacionais, para cooperar [...] Uma segunda característica deve ser associada à anterior, capacidade de comunicação aberta, com liberdade e abertura, através de todas as barreiras de especialização. (Tradução nossa).

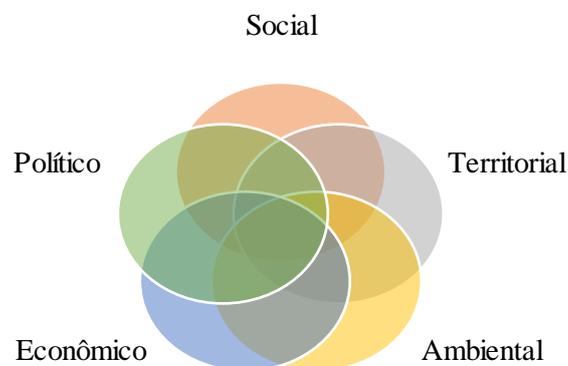
2.5 O Estado e a preservação do meio ambiente com o desenvolvimento sustentável

Nas últimas três décadas, a discussão em torno da relação Estado-sociedade-natureza tem sido intensificada, tanto em termos internacionais quanto nacionais, podendo ser identificadas diferentes tendências de análise e interpretação sobre o novo papel do Estado no contexto de desenvolvimento integral e sustentável no tempo (CHAVEZ; RODRIGUES, 2006). Nesse debate ganha destaque a noção de desenvolvimento sustentável, que procura vincular crescimento econômico e meio ambiente. Sobre o conceito de desenvolvimento sustentável, Veiga (2010, p. 189) afirma:

O desenvolvimento sustentável é um ‘conceito’ que está em ‘construção’. Seu ponto de partida teria sido o compromisso político internacional com um modelo de desenvolvimento em novas bases, que compatibilize as necessidades de crescimento com a redução da pobreza e a conservação ambiental. Isso quer dizer que os princípios e premissas que poderão orientar a sua implementação ainda são experimentais, e que dependem, antes de tudo, de um processo social, no qual os atores deverão pactuar, aos poucos, os novos consensos de uma agenda possível, rumo ao futuro que se deseja sustentável.

No primeiro Relatório de Desenvolvimento Humano de 1996, o PNUD considerou que se deveria prestar mais atenção à estrutura e à qualidade do crescimento, porque ele poderia ocorrer com desemprego, exclusão e sem a participação social, o que enfraqueceria culturas nacionais e poderia deteriorar o meio ambiente. O conceito de desenvolvimento sustentável acrescentou, além da dimensão econômica convencional, a dimensão social, territorial, ambiental e política conforme na Figura 2:

Figura 2 – Pilares do desenvolvimento sustentável



Fonte: Elaboração própria com base em Sachs (2008).

Para se avançar nesses pilares, segundo Sachs (2008), é preciso considerar que a transição para o desenvolvimento sustentável começa com o gerenciamento de crises, que requer uma mudança imediata de paradigma, em que deve primar pela mobilização de recursos internos, uma economia que nos incite a aprender a viver dentro de nossos meios. Numerosas declarações consagram, internacionalmente, o reconhecimento do direito do homem a seu meio ambiente ou a importância fundamental do meio ambiente para o homem.

A mais famosa conferência da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre o tema é a de Estocolmo,¹⁰ que, em seus resultados, se observa a aceitação pelos países dos princípios estabelecidos e, desde então, a situação não cessou de evoluir, mediante assinatura de acordos, protocolos, além de convenções para proteção internacional do meio ambiente.

A “desequilibrada” utilização dos recursos naturais do planeta, no processo de desenvolvimento da humanidade, tem sido responsável pela geração de efeitos danosos sobre o meio ambiente. A ideia de sustentabilidade está conectada com a palavra sobrevivência que pode ser considerada como a do planeta, a da espécie humana, a das sociedades humanas ou a dos empreendimentos econômicos. Nesse contexto, argumenta-se que o processo para alcançar a sustentabilidade é uma tarefa difícil, complexa e lenta, que ainda se encontra muito longe de ser concluída (BOZA; CALGARO; LUCCA; 2011).

Baroni (1992, p. 14) indica que “muitas vezes sustentabilidade ecológica, desenvolvimento sustentável e sustentabilidade são usados com os mesmos sentidos embora tenham significados distintos”.¹¹ Por sua vez, Pearce (1987), na sua definição sobre desenvolvimento sustentável, destaca que o critério de sustentabilidade requer que as condições necessárias, para igual acesso à base de recursos, sejam conseguidas pelas gerações.

Allen (1980) afirma que o desenvolvimento sustentável é aquele que alcança satisfação constante das necessidades humanas e ajuda a melhorar a qualidade de vida da população. A Assembleia Geral das Nações Unidas criou, em 1983, a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD) – presidida pela então primeira-ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland. A CMMAD, em uma perspectiva mais humanista, no relatório de 1987, conhecido como Relatório Brundtland, define que:

¹⁰ A Conferência das Nações Unidas para o meio ambiente, realizada em Estocolmo, em junho de 1972, lançou a Declaração sobre o Meio Ambiente, reunindo 26 princípios, que deu origem ao “Espírito de Estocolmo”. Ele foi o primeiro grande passo dado, em plano internacional, para a tutela jurídica do meio ambiente, tendo a mesma importância que a Declaração dos Direitos do Homem (LANFREDI, 2002).

¹¹ Cf. Baroni (1992).

A humanidade é capaz de tornar o desenvolvimento sustentável – de garantir que ele atenda às necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as gerações futuras atenderem também as suas. O conceito de desenvolvimento sustentável tem limites – não limites absolutos, mas limitações impostas pelo estágio atual da tecnologia e da organização social, no tocante aos recursos ambientais, e pela capacidade da biosfera de absorver os efeitos da atividade humana. Mas, tanto a tecnologia quanto a organização social podem ser geridas e aprimoradas a fim de proporcionar uma nova era de crescimento econômico. Para a Comissão, a pobreza generalizada já não é inevitável. (CMMAD, 1991, p. 9).

Na análise de Veiga (2010), para chegar ao desenvolvimento sustentável, é preciso senso de responsabilidade quanto ao futuro das espécies. O autor diz que, justamente pelo fato do ser humano ter-se tornado mais poderoso, é necessário que ele seja generoso e altruísta em relação aos outros e assim diminua as assimetrias. Nas palavras da norueguesa Gro Harlem Brundtland (1986, p. 4, tradução nossa):

Os problemas são planetários, mas não são insolúveis. Se cuidarmos da natureza, ela tomará conta de nós. A conservação chegou a um ponto do conhecimento que, se quisermos salvar parte do sistema, temos que salvar o sistema inteiro. Esta é a essência do que chamamos desenvolvimento sustentável. Existem várias dimensões para a sustentabilidade. Primeiramente, ela requer a eliminação da pobreza e da privação. Segundo, requer a conservação e a elevação da base de recursos, a qual sozinha pode garantir que a eliminação da pobreza seja permanente. Terceiro, ela requer um conceito mais abrangente de desenvolvimento, que englobe não somente o crescimento econômico, como também o desenvolvimento social e cultural. Quarto e mais importante, requer a unificação da economia e da ecologia nos níveis de tomada de decisão.

As noções de sustentabilidade ou mesmo de desenvolvimento dificultam a realização de uma interpretação prática dos objetivos políticos formulados em torno da proposta de “desenvolvimento sustentável”. Os princípios estabelecidos na Rio+20¹² sobre “meio ambiente e desenvolvimento” expressam, notadamente em seus artigos 4 e 8, que, para chegar a um desenvolvimento sustentável, a proteção do meio ambiente deve fazer parte do processo de desenvolvimento e não pode ser considerada isoladamente; além disso, é necessário também melhor qualidade de vida para todos os povos, os Estados deveriam reduzir e eliminar os modos de produção e de consumo não viáveis e promover políticas demográficas apropriadas.

¹² “Rio+20 foi o nome abreviado da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, realizada na cidade do Rio de Janeiro, Brasil, entre os dias 20 e 22 de junho de 2012. Para os diversos analistas presentes no evento, a conferência foi uma ótima oportunidade para que líderes mundiais e participantes do setor privado, ONGs e outros grupos políticos e sociais discutissem sobre a redução da pobreza e a promoção da equidade social, além da preservação do meio ambiente em um mundo cada vez mais povoado. As conversas oficiais focaram-se em duas questões principais: como construir uma economia verde para alcançar o desenvolvimento sustentável e tirar as pessoas da pobreza, e como melhorar a coordenação internacional para o desenvolvimento sustentável.” (NACIONES UNIDAS, [2017], n. p., tradução nossa).

Contudo, fica a noção de que, para o Estado atingir o desenvolvimento econômico e social, precisa de um planejamento que tenha como princípio básico beneficiar, equitativamente, seus cidadãos por meio do fornecimento de políticas econômicas que trabalhem associadas aos princípios de sustentabilidade.

2.6 Estado, desenvolvimento e políticas públicas

Nesta seção discutiremos sobre a noção de políticas públicas que reúnem elementos para compreender o papel do Estado como determinante no processo de desenvolvimento regional. Em termos gerais, políticas públicas são:

[...] diretrizes, princípios norteadores de ação do poder público; regras e procedimentos para as relações entre poder público e sociedade, mediações entre atores da sociedade e do Estado. São, nesse caso, políticas explicitadas, sistematizadas ou formuladas em documentos (leis, programas, linhas de financiamentos) que orientam ações que normalmente envolvem aplicações de recursos públicos. Nem sempre, porém, há compatibilidade entre as intervenções e declarações de vontade e as ações desenvolvidas. Devem ser consideradas também as ‘não-ações’ as omissões, como formas de manifestação de políticas, pois representam opções e orientações dos que ocupam cargos [...] Elaborar uma política pública significa definir *quem decide o quê, quando, com que conseqüências e para quem*. São definições relacionadas com a natureza do regime político em que se vive, com o grau de organização da sociedade civil e com a cultura política vigente. Nesse sentido, cabe distinguir ‘políticas públicas’ de ‘políticas governamentais’. Nem sempre ‘políticas governamentais’ são públicas, embora sejam estatais. Para serem ‘públicas’, é preciso considerar a quem se destinam os resultados ou benefícios, e se o seu processo de elaboração é submetido ao debate público. (TEIXEIRA, 2002, p. 2, grifos do autor).

Com a aplicação de políticas públicas adequadas, pode-se conseguir alcançar as dimensões que implica o desenvolvimento econômico, social e ambiental. Nesse conjunto é importante destacar que as instituições de governo têm um caráter decisivo em razão de que elas, na sociedade, têm o poder de mudar as regras e gerar incentivos para ações de natureza social, econômica e ambiental (NÓBREGA, 2009).

As instituições constituem o elemento central do processo de desenvolvimento de um país. Saraiva (2006) afirma que as instituições condicionam as principais decisões por meio de sua estrutura, seus quadros, sua cultura organizacional, impregnando as ações com seus estilos de atuação, ficando mais fácil o entendimento do processo pelo qual as políticas públicas são originadas, modeladas e implementadas.

Schymura (2009) destaca que o ingrediente primordial para atingir o desenvolvimento econômico e social é a fundamentação técnica das políticas públicas. O autor diz que não é admissível que seja aportado um volume excessivo de recursos em programas cujo foco não

está totalmente identificado. Segundo ele, em vez de propor uma estratégia de desenvolvimento econômico, é preferível focar no processo de desenho de políticas públicas, essenciais para o sucesso econômico e social de um país.

Dessa forma, os países que ultrapassaram a barreira do subdesenvolvimento e hoje fazem parte do seleto clube de países desenvolvidos, foram comandados por governos comprometidos na formulação, implementação e execução de políticas públicas voltadas para o cumprimento de metas em longo prazo.¹³ Foram governos líderes, com capacidade de mobilizar a sociedade em prol de um futuro que permitisse o desfrute de um padrão de vida mais elevado (SILVA, 2009). No reforço desse argumento – corroborando o economista argentino Aldo Ferrer –, Grzybowski et al. (2009, p. 155) dizem que “os países que tiveram algum êxito em combinar desenvolvimento com prosperidade social apresentaram algumas condições básicas: coesão social, qualidade das lideranças, pensamento crítico e estabilidade institucional”. Segundo Silva (2009), as políticas públicas de desenvolvimento devem ser:

Adaptadas a cada momento e de acordo com as situações e devem ser predominantemente horizontais, ou seja, com abrangência geral, envolvendo todos os setores econômicos, mas sem deixar de prescindir de políticas especificamente direcionadas a determinados segmentos, especialmente, os que podem ser considerados nascentes ou cuja competitividade encontra-se em formação. (SILVA, 2009, p. 48).

Segundo Veiga (2010, p. 47), “o processo de desenvolvimento depende essencialmente da qualidade das instituições”, e Pessoa (2009) afirma que o desenvolvimento é o resultado da qualidade das políticas internas que cada sociedade adota; se fossem adotadas políticas corretas qualquer sociedade teria acesso ao desenvolvimento, todavia o autor indica que, embora o desenvolvimento econômico seja o estado natural da sociedade, existe o risco de não ser atingido quando as instituições são frágeis.

De modo geral, pode-se afirmar, pelo menos em tese, que o Estado tem a responsabilidade de resolver os problemas da sociedade buscando soluções por meio da formulação, implementação e avaliação de políticas públicas, eficientes e justas, que, ao ser planejadas estrategicamente, podem assegurar o desenvolvimento sustentável dos indivíduos.

¹³ Japão, Coreia do Sul, Taiwan, Cingapura e Israel são países que, nas últimas seis décadas, superaram com políticas públicas adequadas o subdesenvolvimento.

2.7 O papel do Estado no desenvolvimento endógeno e sustentável

No fim do século XX, o modelo de desenvolvimento sustentável projetava-se como o modelo certo a ser seguido pelos governos estaduais. No entanto, Santos (2000) considera que, para alcançar o bem-estar social, precisa-se aplicar um modelo em escala, e é assim que o modelo de desenvolvimento endógeno ou local adquire protagonismo. Esse modelo permite “a construção de poder endógeno para que determinada comunidade possa autogerir-se, desenvolvendo seu potencial sócio-econômico, preservando o seu patrimônio ambiental e superando as limitações na busca contínua da qualidade de vida de seus indivíduos”, segundo Costa (2000, p. 27).

O conceito de desenvolvimento local relaciona-se com as premissas gerais do desenvolvimento sustentável, haja vista que os dois têm “em seu cerne o pressuposto de que o desenvolvimento tem de ser, antes de mais nada, humano e social” (CRUZ, 2009, p. 100). Essa ideia permite discutir novas práticas de produção econômica, para que assim seja estabelecido um desenvolvimento mais igualitário e responsável, no que concerne ao consumo dos recursos naturais e sociais pelo mercado em escala local.

Segundo Pérez Ramírez e Carrillo Benito (2000), o desenvolvimento local relaciona-se com os recursos endógenos que implica a valorização da cultura, da natureza e do modo de vida. É assim que nasce uma nova concepção de desenvolvimento em que se valoriza a experiência local como referência territorial.

A intenção da proposta é aproximar as pessoas, apoiando-as na solidariedade, instrumentalizando a comunidade para se envolver efetivamente na superação dos problemas e na promoção do desenvolvimento endógeno (GOBIERNO BASCO, 1994). Em referência ao papel do Estado nesse processo de desenvolvimento, Simone Uderman (2006) descreve dois conceitos:

O primeiro deles, denominado autonomia, refere-se à habilidade estatal de formular projetos coletivos, que se sobrepõem aos interesses individuais perseguidos pelos dirigentes públicos. Esse conceito associa-se a uma estrutura burocrática eficiente e a um corpo técnico qualificado, que compõem canais institucionalizados para a negociação contínua de objetivos e políticas públicas. Retrata, portanto, a organização interna do Estado. O segundo, designada parceria (*embeddedness*), trata das relações que se estabelecem entre Estado e sociedade. Parte-se, aqui, do suposto de que os Estados devem estar inseridos socialmente para serem eficientes, estabelecendo conexões sólidas com grupos sociais através do compartilhamento de projetos de transformação. (UDERMAN, 2006, p. 72, grifo da autora).

Essas duas dimensões associadas são imprescindíveis para o êxito da intervenção pública no processo de desenvolvimento. Uderman (2006) afirma que o Estado, tipo interventor e regulador, tem-se mudado para um tipo de Estado que está comprometido com a parte social e, sobretudo, valoriza os diferentes empreendimentos locais, sabendo que as comunidades locais são peças-chave para chegar ao desenvolvimento endógeno. Além disso, observa-se a preocupação do Estado pelo fornecimento da estrutura administrativa das instituições governamentais. Funk e Alves (2006) descrevem o agir dos diferentes atores envolvidos nesse processo:

Alcançar as mudanças necessárias para o sucesso do desenvolvimento endógeno e sustentável, em nível local [...], demanda a ação dos grupos e indivíduos: lares, organizações comunitárias, movimentos sociais, ONGs, produtores e empresas de pequeno a médio portes, governos e organizações governamentais locais e regionais, instituições de pesquisa e ensino. Cada membro, cada setor tem o seu papel. Para exemplificar, no plano governamental existe um papel específico para cada uma das esferas de governo na definição de políticas públicas. O plano federal define as políticas gerais e estruturantes do país elaborando diretrizes e princípios. Aos Estados e municípios cabe, em seu espaço territorial, exercício semelhante de formulação de políticas públicas, em atendimento ao princípio federativo. A sociedade civil tem papel fundamental no monitoramento do desenvolvimento sustentável, mantendo uma atuação ativa e crítica, mas isso só pode ocorrer se os governos exercerem as leis de forma transparente, requerendo que as informações estejam disponíveis para análise (FUNK; ALVES, 2006, p. 12).

Amaral Filho (2001) destaca que os novos modelos de desenvolvimento regional estão identificados com as ações descentralizadas das empresas e das instituições públicas, o que implica uma forte relação de concorrência e de cooperação entre as empresas; e com uma lógica de funcionamento extrovertida, embora com raízes mais profundas no território que acolhe tal aglomeração. O que se busca é uma participação ativa de agentes públicos e privados que compartilham o interesse de manter a dinâmica e a sustentabilidade do sistema produtivo local.

Na literatura evolucionista e institucionalista recente, há o debate sobre o fenômeno do desenvolvimento regional/local, endógeno, como o modelo que deve ser seguido pelo Estado (AMARAL FILHO, 2001). É assim que o modelo de desenvolvimento passa a ser estruturado por meio dos próprios atores locais, e não mais por planejamento centralizado ou mediante as forças puras do mercado.

Entre os modelos de desenvolvimento endógeno, os casos mais interessantes e paradigmáticos são aqueles constituídos pelos sistemas de pequenas empresas ou de pequenos empreendimentos circunscritos a um território (do tipo território-sistema ou distrito industrial).

Segundo Amaral Filho (2001, p. 268): “Tratam-se de sistemas que produzem verdadeiras ‘intensificações localizadas’ de economias externas que determinam intensas aglomerações de empresas, fabricando o mesmo produto ou gravitando em torno de uma produção ‘típica’.”

Nesse contexto, Silva (2009) avalia que os destinatários das políticas públicas – a população – deveriam ser os gestores do processo de desenvolvimento de seu país, tendo sempre presente que o fim deve ser o bem comum e para isso, o desenvolvimento deve incluir crescimento econômico com inclusão social, com melhor distribuição de renda e igualdade de oportunidades a todos que trabalham para essa construção. Para conseguir esse tipo de desenvolvimento, além de vontade, é indispensável estratégias.

Amaral Filho (2001) também salienta que, em uma estratégia de desenvolvimento local, é indispensável que se crie um sistema produtivo sustentável no tempo. Considerando a diversidade em recursos naturais, culturais, históricos que fazem parte de cada região ou localidade surge o grande desafio dos atores e protagonistas locais em procurar continuamente novos fatores e novas combinações para a produção.

Desse modo, é importante que o governo local, as instituições intermediárias e o setor produtivo privado passem a trabalhar juntos com o objetivo de criar e de recriar fatores locais dinamicamente competitivos.

No modelo de desenvolvimento endógeno sustentável, o papel do Estado foi redefinido, causando a descentralização que favoreceu o crescimento da ação pública municipal, fortalecendo, por exemplo, a atividade turística local, aumentando o poder das comunidades locais para decidir o uso dos recursos naturais que elas possuem.

Cabe salientar que o agir do Estado é diferente em cada país e depende do grau de importância dada ao setor de turismo, o qual se reflete na maior ou menor intervenção ou descentralização posta em planos e programas de governo.

Segundo Endres (2008), o Estado tem a tarefa de propiciar estratégias locais e sustentáveis de desenvolvimento, que propiciem o aumento da produtividade e da competitividade do sistema produtivo, melhoria da distribuição de renda e a conservação dos recursos naturais, patrimônio histórico e cultural. Tais estratégias devem, no campo do turismo, ser instrumentadas em ações que permitam construir redes de relações que envolvam diferentes atores econômicos, o uso eficiente dos recursos disponíveis e a melhora para a competitividade do mercado laboral.

Na análise de Amaral Filho (2001), um dos segmentos que mais se aproximam do paradigma de desenvolvimento endógeno sustentado é o turismo, uma vez que consegue conjugar vários elementos importantes para o desenvolvimento local ou regional:

(i) forças sócio-econômicas, institucionais e culturais locais; (ii) grande número de pequenas e de médias empresas locais, ramificadas por diversos setores e subsetores; (iii) indústria limpa; (vi) globalização da economia local por meio do fluxo de valores e de informações nacionais e estrangeiras, sem que essa globalização crie um efeito trade-off em relação ao crescimento da economia local, pelo contrário. Por outro lado, esse tipo de atividade tem outra vantagem: a de possibilitar a transformação de 'fatores dados' em 'fatores dinâmicos', diminuindo, em muito, os custos de criação e de implantação que envolvem qualquer projeto novo de desenvolvimento. Os projetos de desenvolvimento podem estar ligados a algum tipo de vocação da região, como a existência de atividades típicas ou históricas, ou a alguma atividade econômica criada pelo planejamento em virtude da vontade política das lideranças locais ou regionais. (AMARAL FILHO, 2001, p. 278).

Segundo Barbosa (2012), no funcionamento do turismo, é fundamental que se dinamizem as relações de parceria entre os cidadãos, as instituições públicas e privadas, as ONG, e outros, pois o turismo é uma atividade interdependente; a sua organização e promoção é altamente especializada, interdisciplinar e excessivamente onerosa para que os agentes alcancem êxito de maneira isolada.

A gestão do turismo ocorre em dois níveis: o privado (empresarial); e o institucional, que reúne as empresas, o governo e as entidades do terceiro setor. Em relação às funções do governo no fomento do turismo, Lickorish e Jenkins (2000) indicam que cabe:

- Formular a política de turismo e aprovar as estratégias de desenvolvimento;
- Regulamentar, inspecionar e proteger o consumidor;
- Fornecer dados para um fórum constitutivo;
- Realizar ações fiscalizadoras;
- Proporcionar assistência financeira ao desenvolvimento da atividade turística;
- Estabelecer condições favoráveis para o crescimento do setor;
- Fornecer dados estatísticos e informações;
- Promover os destinos nacionais no exterior e em nível nacional/regional ou local (LICKORISH; JENKINS, 2000, p. 220).

Por fim, para efeito deste trabalho, utilizamos o conceito de Estado como aquele que promove o modelo de desenvolvimento endógeno sustentado. Referimo-nos ao tipo de Estado que cumpre o papel de coordenar, planejar, legislar, regulamentar, empreender, incentivar, estabelecer instrumentos de política públicas de acordo com as circunstâncias e as especificidades locais para promover um turismo organizado e responsável.

Isso em razão de que, como afirmam Goeldner, Ritchie e McIntosh (2002, p. 338), o desenvolvimento do turismo deve "ser guiado por uma política cuidadosamente planejada,

construída não apenas sobre balancetes e demonstrações de lucros e perdas, mas a partir dos ideais e princípios de bem-estar e de felicidade humanos”.

A seção 3 trata sobre as referências de análise que estruturam o marco teórico do turismo e dos impactos gerados por ele, as tendências e desafios do setor no cenário mundial e características dos tipos de turismo em funcionamento.

3 TURISMO SUSTENTÁVEL: CONTEXTUALIZAÇÃO, IMPACTOS E TENDÊNCIAS

Nesta seção discorreremos sobre a fundamentação teórica do turismo nas dimensões econômica, sociocultural e ambiental, e os desafios do setor para se consolidar como via de desenvolvimento sustentável.

3.1 Turismo como referencial teórico

O turismo, como atividade humana, nasce da necessidade ou do desejo do homem de fazer uso de seu tempo livre para viajar a lugares fora da sua residência habitual, com a finalidade de realizar atividades de lazer e cultura, educacional, social, profissional, saúde entre outras, tendo o retorno para casa como certo. McIntosh (apud BENI, 2001, p. 34) considera que o turismo pode ser definido como “a ciência, a arte e a atividade de atrair e transportar visitantes, alojá-los e cortesmente satisfazer suas necessidades e desejos”. Segundo Fúster (apud IGNARRA, 1998, p. 24): “Turismo é, de um lado, conjunto de turistas; do outro, os fenômenos e as relações que esta massa produz em consequência de suas viagens.”

A partir da década de 1930, organizações governamentais e empresas de turismo no mundo têm procurado definir o tamanho e as características dos mercados turísticos, mas para fazer isso, torna-se necessária uma definição mínima de turista (BENI, 2001). Foi assim que, em 1937, a Comissão de Estatística da Liga das Nações Unidas referiu-se ao turista internacional como “a pessoa que visita um país que não seja o de sua residência por um período de, pelo menos, vinte e quatro horas” (BENI, 2001, p. 37). Depois, surgiram outras definições.

Em 1963, as Nações Unidas patrocinaram em Roma uma Conferência sobre Turismo e Viagens Internacionais, e lá se recomendou a definição e diferenciação entre “turista” e “excursionista” para fins de estatísticas internacionais. Em 1968, a OMT aprovou a definição estabelecida em 1963, incentivando os países a adotá-la:

Turistas são os visitantes temporários que permaneçam pelo menos vinte e quatro horas no país visitado, cuja finalidade de viagem pode ser classificada sob um dos seguintes tópicos: lazer (recreação, férias, saúde, estudo, religião e esporte); negócios; família; missões e conferências; e os excursionistas são os visitantes temporários que permaneçam menos de vinte e quatro horas no país visitado (incluindo viajantes de cruzeiros marítimos). (CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE O TURISMO E AS VIAGENS INTERNACIONAIS, 1963).

Ao considerar o turismo como um fenômeno contemporâneo, De La Torre (apud IGNARRA, 1998, p. 24) especifica que o turismo é “um fenômeno social, que consiste no deslocamento voluntário e temporário de indivíduos ou grupos de pessoas [...] saem de seu local de residência habitual para outro, no qual não exercem para si nenhuma atividade lucrativa nem remunerada, gerando múltiplas inter-relações de importância social, econômica e cultural”. Hunziker e Krapf (1942 apud IGNARRA, 1998, p. 23) tratam o turismo como “o conjunto das inter-relações e dos fenômenos que se produzem como consequência das viagens e das estadas de forasteiros, sempre que delas não resulte um assentamento permanente, nem vínculo com alguma atividade produtiva”.

Na visão de Moesch (2012), o turismo também é um fenômeno social e humanizador que deve cuidar da acolhida dos que se hospedam na terra, pois o turismo em sua essência é o encontro com o outro. Em uma perspectiva de análise econômica, Boullon (2006) procura explicar a que setor da economia pertence o turismo:

Fica claro [...] que o turismo não pertence ao setor primário pois ainda que o turismo utilize os atrativos naturais, não os extrai (como a mineração) nem os produz (como a agricultura); portanto, o turismo não ‘explora’ os atrativos naturais, somente os ‘usa’, [...] pode-se afirmar que o turismo não é um resultado da construção porque esta produz obras físicas como estradas, pontes, represas, casas, aeroportos, hospitais, etc., os quais prestam diversos serviços.

[...] a indústria é uma atividade de transformação que emprega numerosos recursos, alguns dos quais podem ser matéria-prima e, outros, produtos industriais intermediários. Em geral, é o produto final que serve para qualificar os diferentes tipos de indústria; [...] se o turismo fosse uma indústria, deveriam existir, mas não existem, fábricas de turismo ou processos industriais cujo produto final ou intermediário fosse o turismo. Em troca, podem citar-se numerosos produtos industriais que são utilizados pelos turistas, [...] se originam em diferentes ramos da indústria, [...] e não em uma especial chamada indústria do turismo. Fica claro, pois, que o turismo é uma forma de consumir, algo assim como um canal para o qual conflui uma demanda especial de muitos tipos de bens e serviços elaborados por outros setores, mais o consumo de alguns serviços especialmente desenhados para satisfazer necessidades próprias dos viajantes. Portanto, o turismo pertence ao setor terciário, e não ao secundário, como deveria ser para que se pudesse catalogá-lo como pertencente à indústria. (BOULLON, 2006, p. 26-29, tradução nossa).

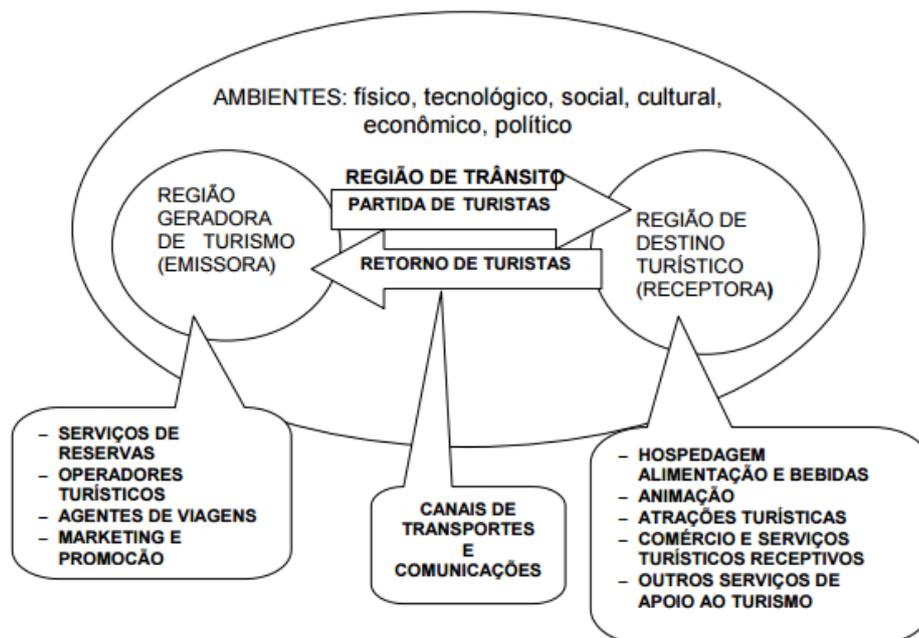
Para entender o funcionamento do turismo, salientamos, é preciso observar que, mesmo inserido predominantemente no setor de serviços, ele tem em sua composição diversos agregados dos setores primário e secundário; daí o motivo por que a mensuração dos seus impactos constitui-se em uma tarefa relativamente complexa (GARRIDO, 2001). Na literatura brasileira que aborda a compreensão do fenômeno de turismo, destacam-se os estudos e as publicações de Beni, que assim define o turismo:

Um elaborado e complexo processo de decisão sobre o que visitar, onde, como e a que preço. Nesse processo intervêm inúmeros fatores de realização pessoal e social, de natureza motivacional, econômica, cultural, ecológica e científica, que ditam a escolha dos destinos, a permanência, os meios de transporte e o alojamento, bem como o objetivo da viagem em si para fruição tanto material como subjetiva dos conteúdos de sonhos, desejos, de imaginação projetiva, de enriquecimento existencial histórico-humanístico, profissional, e de expansão de negócios. Esse consumo é feito por meio de roteiros interativos espontâneos ou dirigidos, compreendendo a compra de bens e serviços da oferta original e diferencial das atrações e dos equipamentos a ela agregados em mercados globais com produtos de qualidade e competitivos. (BENI, 2001, p. 37).

Segundo Beni (2001, p. 18), a atividade turística surgiu em virtude da existência “do fenômeno turístico, que é um processo cuja ocorrência exige a interação simultânea de vários sistemas com atuações que se somam para levar ao efeito final”. O autor conclui que o turismo é resultado da totalidade de recursos naturais do meio ambiente, culturais, sociais e econômicos; tem um campo de estudo muito abrangente, complexo e multicausal.

Grosso modo, entender o fenômeno do turismo requer um olhar holístico, em razão do seu envolvimento com o setor público, privado, associações, organismos não governamentais, comunidade acadêmica, povos tradicionais e comunidade em geral. A Figura 3 ilustra a interação que existe entre o emissor e receptor dos produtos e serviços turísticos.

Figura 3 – Sistema de Turismo (Sistur)



Fonte: Adaptação de Leiper (apud COOPER et. al. 2001, p. 3).

Jafar Jafari,¹⁴ ao receber em 2005 o Prêmio United Nations World Tourism Organization Ulysses Award,¹⁵ define o setor turismo holisticamente. Conforme ele, o turismo é “um estado do homem longe de seu local de residência, da indústria que satisfaz suas necessidades, e dos impactos que ambos, ele e a indústria, geram sobre os ambientes físico, econômico e sociocultural da área receptora” (apud BENI, 2001, p. 36).

Nessa linha de pensamento, Moesch (2012) salienta a quebra de rotina do sujeito, que é gerada pelo seu deslocamento, em tempo e espaço, para realizar atividades principalmente de lazer, levando à construção de um contato lúdico com a cidade, tanto para quem vem de fora como para moradores. Isso gera “a necessidade de organização de vivências turísticas que contenham, na sua composição, uma base cultural/ecológica, por meio de uma estrutura que atenda e proporcione hospitalidade, acomodações, gastronomia e informações qualificadas” (MOESCH, 2012, p. 206).

Nos estudos científicos sobre o turismo, muitos autores apresentam sua interpretação e se esforçam para a construção de uma definição geral. “Contudo, devido às características de multidisciplinaridade, integração e interação de diversas atividades e, também, pela ampla abordagem e enfoques sociológicos que o turismo apresenta, nos parece difícil estabelecer um conceito único.” (SÉCCA, 2004, p. 22). No entanto, existe um esforço por parte dos especializados em aceitar a definição e avaliação feita pelas Nações Unidas e a OMT para o entendimento desta atividade:

O turismo é um fenômeno social, cultural e econômico relacionado com o movimento de pessoas para lugares que estão fora do seu local de residência habitual por motivos pessoais ou de negócios / profissional. Estas pessoas são chamadas visitantes (que pode ser turistas ou excursionistas; residentes ou não residentes) e o turismo diz respeito às suas atividades, algumas das quais envolvem gastos do turismo. [...] Como tal, o turismo tem um impacto sobre a economia, o ambiente natural e o ambiente construído, a população local dos lugares visitados e os próprios visitantes. Devido a estes vários impactos, a vasta gama e variedade de fatores de produção necessária para produzir os bens e serviços adquiridos pelos visitantes e o amplo espectro de atores envolvidos ou afetados pelo turismo, é necessário adotar uma abordagem global para o desenvolvimento, a gestão e supervisão do turismo. Esta abordagem é altamente recomendada com vista à formulação e implementação de políticas de turismo

¹⁴ Um líder acadêmico altamente respeitado no campo de turismo, foi o editor fundador da Revista *Annals of Tourism Research*. Tem Doutorado em Antropologia Cultural (Universidade do Minnesota, EUA) e Mestre em Gestão Hoteleira (Universidade de Cornell, EUA), detém um Doutoramento Honoris-Causa pela Universidade das Ilhas Baleares (Espanha).

¹⁵ Os Prêmios UNWTO de excelência e inovação, desde 2003, buscam destacar o trabalho de organizações e indivíduos em todo o mundo que impactaram positivamente e inspiraram o setor de turismo por meio da inovação e do conhecimento.

nacional e local, bem como os acordos internacionais ou outros processos em turismo (NACIONES UNIDAS, 2010, p. 1, tradução nossa).¹⁶

3.2 Impactos do turismo

O turismo como atividade é capaz de transformar e dinamizar a realidade socioeconômica de qualquer lugar, de um país ou região. Sobre seu impacto, Vieira Filho e Ferreira (2006) afirmam que:

O conceito de impacto do turismo se refere às consequências que as atividades turísticas podem provocar no ambiente ‘natural’, socioeconômico e cultural dos territórios que se tornaram destinos turísticos. Esses impactos podem ser considerados ‘positivos’ ou ‘negativos’, dependendo do ponto de vista em questão, e ocorrerem simultaneamente ou em sequência. Os impactos e sua magnitude dependem de uma série de fatores ligados às particularidades da população e do meio ambiente da região de destino, do perfil, características e comportamentos dos fluxos turísticos que se estabelecem e das formas de intervenção do Estado e de outros agentes nesse processo. (VIEIRA FILHO; FERREIRA, 2006, p. 8).

Pires (2012, p. 183), ao se referir aos impactos provocados pelo setor de turismo, sustenta que:

Por ser um dos maiores e mais pujantes setores econômicos da atualidade, o turismo traz consigo uma variedade de impactos, com efeitos tanto positivos como negativos para a sociedade e o ambiente. As diretrizes para o desenvolvimento do turismo sustentável e sua gestão são aplicáveis a todas as formas de turismo em todos os tipos de destinos, incluindo o turismo de massa e os diversos segmentos alternativos do turismo e seus nichos.

Segundo Figueiredo (1999), pela análise dos impactos turísticos, podem-se identificar três dimensões ou relações afetadas nas localidades receptoras: relação turismo-economia; turismo-sociedade e cultura; e turismo-meio ambiente natural. Esses impactos serão discutidos na seção 3.3.

3.2.1 Impacto econômico

O turismo, diante de sua relevância para a economia doméstica e a mundial, “tem sido examinado de perto por economistas que concentram sua atenção na oferta, na demanda, na

¹⁶ O glossário básico que a OMT apresenta em seu site para se entender o turismo tem sido possível graças ao trabalho da comunidade internacional para definir um novo quadro conceitual para a medição e análise da economia do turismo; um esforço que durou quase três anos (2005-2007).

balança de pagamentos,” no mercado de divisas, no emprego, gastos, desenvolvimento, “nos multiplicadores e em outros fatores econômicos”. Isso é importante porque “proporciona um marco de referência para analisar o turismo e suas contribuições ao desenvolvimento econômico de um país” (GOELDNER; RITCHIE; MCINTOSH, 2002, p. 29).

O turismo, pelas atividades que propicia, é uma força econômica que poderá oferecer melhores condições de vida à população. Segundo Cooper et al. (2001), o turismo é um importante agente para a captação de moeda estrangeira, que trabalha no favorecimento do desenvolvimento econômico dos países menos desenvolvidos. Conforme Hollanda (2002), o interesse que o turismo tem despertado atualmente, notadamente entre os empreendedores, justifica-se pelas impressionantes estatísticas obtidas por essa atividade. Cabe salientar, que, durante as duas últimas décadas, a OMT procurou mostrar que o setor de turismo merece especial atenção, porque, a cada ano aumenta sua importância na economia dos países que trabalham com turismo.

Os dados publicados sobre o impacto econômico do setor turístico, no informe do Conselho Mundial de Viagens e Turismo (OMT, 2016),¹⁷ reporta que o turismo internacional representa 7% das exportações mundiais, ocupando o terceiro lugar, atrás apenas dos setores de combustível e produtos químicos e à frente dos de alimentação e automação. Além disso, o turismo aporta 10% do PIB mundial (efeito direto, indireto e induzido); ele também é responsável por um a cada onze empregos no mundo.

Os resultados econômicos demonstrados em estatísticas têm contribuído para que as principais potências e aquelas que estão em processo de desenvolvimento ponderem adicionar, integrar ou potencializar o setor turismo em sua economia.

Segundo Barretto (1991), o turismo impacta direta ou indiretamente na economia de um lugar; há um gasto médio diário por turista que, ao entrar no mercado local, causa um efeito multiplicador. Como efeito multiplicador, o dinheiro do turista incrementa o orçamento local, o que proporciona maior giro de capital e, por consequência, benefícios para a comunidade. Figueiredo (1999), ao analisar a relação entre turismo e economia, enfatiza a relevância do efeito multiplicador como característica fundamental do impacto econômico turístico:

O efeito multiplicador diz respeito à movimentação de vários setores da economia a partir do turismo, em uma disposição de níveis de contato direto e indireto. A atividade turística movimenta os setores diretamente ligados a ela como hotelaria, transportes, agências, lojas de artesanato etc. e indiretamente ligados, como construção civil, alimentação, indústria têxtil, etc., desencadeando uma movimentação multi setorial. (FIGUEIREDO, 1999, p. 49).

¹⁷ O informe analisa a contribuição do setor em 184 países e 24 regiões.

Por meio das informações da OMT, Inskeep (1991, p. 388) procurou elaborar uma matriz do efeito multiplicador onde se observam as três primeiras fases dos gastos realizados pelos turistas. Na primeira fase, verificam-se os serviços ou produtos comprados diretamente pelos turistas; na segunda, os gastos efetuados pelas empresas turísticas; e a terceira fase refere-se aos diversos prestadores de serviços que se integram na atividade turística.

No Brasil, um estudo dessa natureza, matriz de produtos, encomendado pelo Instituto Brasileiro de Turismo (Embratur) – denominação recebida no governo Fernando Collor de Mello, antiga Empresa Brasileira de Turismo – ao IBGE, revelou que: [...] o turismo tem impacto direto sobre 52 itens da economia de um município” (CARVALHO, 1998, p. 27).

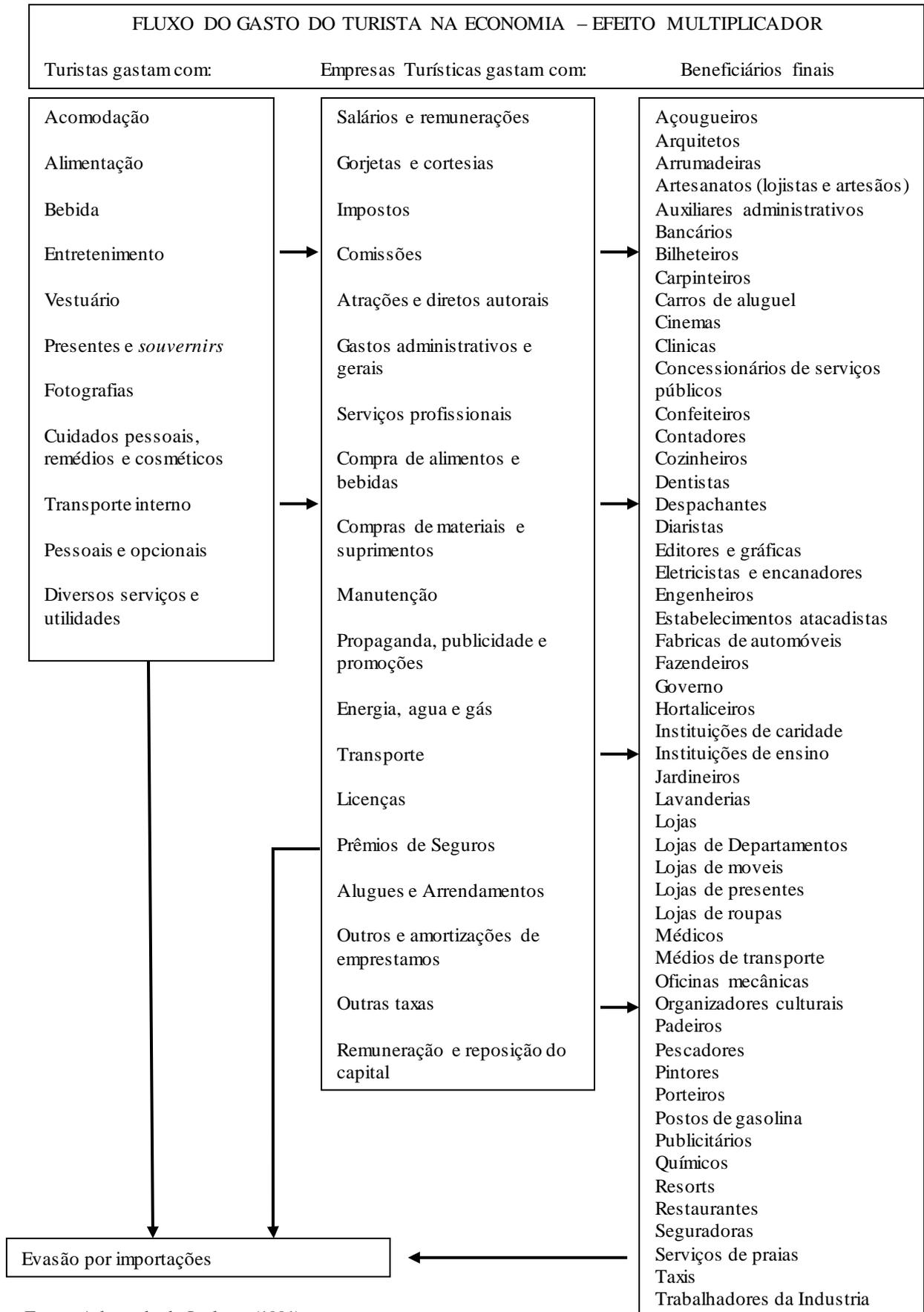
As duas matrizes apontam para 52 benefícios finais na economia de um destino turístico. Na Figura 4, apresentamos o fluxo do gasto do turista na economia feito pelo estudo do IBGE que toma como base a matriz elaborada por Inskeep. Os gastos vão desde presentes ou *souvenirs* até juros e amortizações de empréstimo.

Hüffner (2011) analisa que o efeito multiplicador é o elemento característico do efeito benéfico da circulação financeira proveniente do turismo, no sentido de distribuir benefícios econômicos à comunidade envolvida. O autor salienta, também, que toda essa circulação de bens, serviços e renda tem seu lado negativo implícito.

Nesse sentido, Dias (2005) aduz alguns dos mais pertinentes aspectos negativos relacionados com a economia difundidos pelo turismo.

- 1- Impacto sobre os gastos do setor público: com o aumento do turismo, cresce a necessidade de investimentos públicos [...] o setor público deve prover a infraestrutura e serviços em geral (saúde, segurança etc.) e administrar os recursos ambientais e culturais, o que demanda muitos gastos;
- 2- Impacto sobre os preços: a expansão do turismo é acompanhada de um aumento dos preços, motivado entre outros fatores por: aumento da demanda por bens e serviços e o aumento da oferta monetária (dinheiro);
- 3- Impactos sobre o mercado imobiliário e o preço da terra: o turismo provoca o aumento dos preços de terrenos e imóveis localizados em áreas de potencial turístico [...] o custo da terra provoca a diminuição da atividade agrícola;
- 4- Impacto sobre a estrutura do trabalho local: a atividade turística gera novas oportunidades de trabalho e emprego, deslocando trabalhadores de outras atividades econômicas [...] nesse aspecto, a atividade turística supre a necessidade de trabalho para muitas pessoas. Por outro lado, o turismo desarticula atividades econômicas tradicionais, que muitas vezes compõem o produto turístico. (DIAS, 2005, p. 20).

Figura 4 – Fluxo do gasto do turista na economia: efeito multiplicador



Fonte: Adaptado de Inskip (1991).

Segundo Rodrigues (1997), o turismo de massa é o principal causador dos impactos negativos trazidos pela atividade turística,¹⁸ o qual se transformou em um produto de consumo da sociedade pós-industrial; e os maiores impactos causados pelo turismo desordenado relacionam-se com os aspectos ambiental e social, o que provoca uma crise de todo o sistema capaz de inviabilizar a ideia de que o turismo pode ser bom para uma localidade.

No Quadro 1, Mathieson e Wall (1982) resumem os principais impactos econômicos do turismo, tanto os positivos quanto os negativos.

Quadro 1 – Impactos econômicos do turismo

Positivos	Negativos
Equilíbrio na balança de pagamentos	Dependência e vulnerabilidade econômica
Geração de empregos	Sazonalidade
Aumento no nível de renda da população	Migração de ocupações tradicionais
Diversificação da atividade econômica regional	Inflação e aumento de custos
Fixação da população no local de origem	Especulação imobiliária
Desenvolvimento de infraestrutura	Propensão à importação

Fonte: Mathieson e Wall (1982).

Caio Luiz Cibella de Carvalho (1999), que dirigiu a Embratur entre 1992 e 2002, afirma que, para o turismo ser capaz de gerar emprego e renda, é preciso ordenar suas atividades, por meio da elaboração de um plano de desenvolvimento que seja resultado de um planejamento estratégico, servindo para captar investimentos e financiamentos para a gestão do turismo nas localidades, devendo a tomada de decisões conter todas as suas diretrizes. Segundo Doris Ruschmann (1997), há necessidade de estudos e projetos, com o objetivo de orientar o crescimento econômico do setor de turismo e ordenar as ações do homem no que diz respeito às instalações e facilidades necessárias para que o turismo se faça de maneira sustentável ao meio ambiente, à cultura e à comunidade-local, causando o mínimo de impactos negativos e gerando benefícios.

¹⁸ “O turismo de massa é, portanto, um turismo majoritariamente de classe média, de uma sociedade assalariada ligada à produção industrial, ao comércio e ao funcionalismo público, que só pode se afastar de sua origem nos dias de folgas coletivas, como fins de semana, férias e feriados.” (CRUZ, 2015, n. p.).

3.2.2 Impactos socioculturais

Ortiz (1991, p. 12) conceitua os impactos socioculturais do turismo como “um conjunto de fenômenos que resultam do contato direto e contínuo entre grupos de culturas diferentes e que acarreta mudanças subsequentes nos tipos culturais de cada grupo”. Pesquisar o turismo e as transformações na comunidade residente, ou seja, entre turistas e habitantes locais, é algo muito complexo em razão da dinâmica das relações estabelecidas desde a chegada de um visitante e durante toda a sua estada (HÜFFNER, 2011).

Segundo Mathieson e Wall (1982 apud RUSCHMANN, 1997), o turismo pode impactar positivamente na geração de renda e emprego de uma localidade, porque, diferentemente de outras indústrias, ele requer empregados com menor nível de especialização, com menos treinamento, podendo absorver uma grande proporção da força de trabalho de setores tradicionais da economia. Além disso:

[...] os recursos, que atraem os turistas, fazem parte das características peculiares da área e podem gerar renda para áreas pobres. O turismo é visto favoravelmente como uma indústria não-poluidora, assim como intensiva em mão-de-obra, característica que o torna particularmente importante em áreas rurais, onde os trabalhadores têm um menor nível de educação e são menos qualificados. (MARTINS, E., 2002, p. 14-15).

Na ótica de Cooper et al. (2001), o fornecimento do turismo em uma determinada localidade receptora pode ocasionar problemas sociais e culturais. No âmbito cultural, pode-se destacar a perda de valores tradicionais e autenticidade, considerando que, em muitos casos, pequenas comunidades são exploradas por visitantes que fazem parte de um mundo globalizado, que se caracteriza pela modernidade e consumismo. Na dimensão social, pode-se observar o aumento da violência, vandalismo e o incremento do turismo sexual. Sobre os impactos negativos, Ruschmann (1997) indica que podem ser identificados por meio de quatro diferentes estágios¹⁹ de evolução conforme o Quadro 2.

¹⁹ Os estágios citados foram escritos com base na teoria de Doxey (1975), a qual propusera um índice de irritação para medir o grau da interação entre visitantes e visitados. Doxey (1975) elaborou o “Modelo Irridex”, pelo qual buscou identificar e explicar os efeitos do avanço do turismo sobre as relações sociais e, por conseguinte, a evolução das transformações nas atitudes dos moradores com relação aos turistas, já que Doxey defendia a ideia de que o turismo influi diretamente no processo de relacionamento entre visitantes e visitados (AIRES, 2009).

Quadro 2 – Estágios dos impactos socioculturais negativos do turismo

Estágio	Relações sociais
Euforia	Distingue-se quando ambos veem o desenvolvimento do turismo como oportunidade de ganho para os dois lados
Apatia	Caracteriza-se pela apatia decorrente da certeza dos ganhos e que faz com que ambos hajam visando somente aos lucros diferentemente do início do desenvolvimento da atividade
Irritação	É marcado pela irritação que ocorre quando se percebe a saturação da atividade e os visitantes apresentam níveis de insatisfação altos e a localidade demonstra incapacidade de atender à demanda
Antagonismo	Representa o declínio total da atividade turística no local, decorrente disso, a população cria certo conformismo com a situação de mazelas sociais, cabendo apenas aos planejadores estipularem medidas de intervenção e controle para amenizar os danos.

Fonte: Adaptado de Ruschmann (1997).

Identificamos no Quadro 2 os quatro estágios da crescente desilusão de uma população receptora com o turismo. A respeito disso, Hüffner (2011, p. 51) sustenta que:

O modelo Iridex de Doxey (1975), reflete a realidade de muitas localidades do Brasil e do mundo, onde, o turismo se desenvolve aleatoriamente à medidas sócio culturais, econômicas e ambientais de mitigação de possíveis impactos negativos oriundos do contato entre residentes e visitantes, ressaltando a potencialização destes em ambientes de comunidades pequenas e distantes dos grandes centros, como ilhas e vilarejos interioranos. (HÜFFNER, 2011, p. 51).

Com respeito ao impacto cultural do turismo, Ruschmann (1997, p. 53-55) salienta os impactos negativos conforme análise abaixo:

- Descaracterização do artesanato – A produção de artesanato, voltada unicamente para o consumo dos turistas – como *souvenir* –, descaracteriza sua função original, utilitária, dos objetos para transformá-los em itens de decoração. [...]
- Vulgarização das manifestações tradicionais – As ações mercadológicas do turismo geralmente apresentam, aos turistas dos países desenvolvidos, cenas e manifestações culturais dos países em desenvolvimento de forma inexacta e romantizada, contribuindo para a criação de uma imagem simplista e estereotipada. [...]
- Arrogância cultural – O folclore e outras manifestações culturais dos povos visitados são geralmente apresentados aos turistas em salões especiais, com ar-condicionado e poltronas confortáveis, para evitar o contato direto do turista com os nativos, transformando-os em objetos de observação. [...]
- Destruição do patrimônio histórico – O acesso em massa pode comprometer as estruturas de bens históricos, devido à circulação excessiva de veículos e das ações depredatórias dos próprios turistas, nem sempre controláveis.

Além dos estágios apresentados no Quadro 2, identificamos no Quadro 3 outros benefícios e prejuízos causados à sociedade pelo turismo.

Quadro 3 – Impactos sociais do turismo: benefícios e prejuízos

Benefícios	Prejuízos
Diminuição do índice de desemprego	Imigração desordenada
Melhoria e desenvolvimento da infraestrutura	Aumento da prostituição
Capacitação da mão de obra	Tráfico de drogas
Aumento da mão de obra especializada	Acúmulo de lixo urbano e rural
Melhoria da qualidade de vida	Aumento da poluição, congestionamento e tráfego urbano
Conscientização e educação da comunidade	Exploração do turista
Autoestima na comunicação pela participação direta	Crescimento desordenado e desequilíbrio
Desenvolvimento da estrutura urbana	Aumento da criminalidade e do vandalismo
Aumento de atividades de lazer	
Incremento da qualidade de prestação de serviços	Desconforto da população local Evasão da população local Rejeição do turista pelos residentes Desagregação familiar Doenças Aumento da população sazonal Problemas de infraestrutura básica

Fonte: Embratur (1996a).

Ruschmann (1997) reflete sobre a divulgação de eventos da cultura local, indicando que esse tipo de atrativo turístico pode incentivar a criação de uma cultura artificial para os turistas, sem valor cultural nenhum para a população local, tornando os espetáculos mais coloridos, mais dramáticos, ou seja, revestindo-se de uma autenticidade montada. Além disso, a presença de um grande número de turistas estimula a violência, o tráfico de drogas, os roubos e também o surgimento de várias doenças e o turismo sexual.

3.2.3 Impacto ambiental

Segundo a Embratur (2009, p. 6):

Turismo e meio ambiente guardam uma relação muito estreita em vários aspectos. O meio ambiente pode ter efeitos de atração ou de repulsão sobre o turismo, enquanto o turismo, sob certas condições, pode contribuir para degradar o meio ambiente ou para preservá-lo.

Salientamos que o meio ambiente compõe a matéria-prima da atividade turística, ele é o ingrediente fundamental do produto turístico; e como é sempre explorado, torna-se importante sua manutenção para que a atividade turística se desenvolva, mas como Ruschmann (1997) afirma, é difícil avaliar os impactos do turismo sobre o meio ambiente, ressaltando que:

Todas as intervenções do turismo não se traduzem, necessariamente, na agressão ou na degradação do meio ambiente natural. Qualquer mutação econômica ou social, independentemente da sua origem, pode provocar modificações na relação do homem com seu espaço. Por tanto, o turismo não pode ser responsabilizado por todos os efeitos negativos e agressões à natureza. O vazamento do óleo de um navio no mar, por exemplo, provoca mais danos à flora e à fauna marinhas do que milhares de turistas na praia em um fim de semana. (RUSCHMANN, 1997, p. 56).

Segundo Ferreira (2005), essas razões impedem que os estudos de impacto sejam mais amplos e exatos e se concentrem geralmente nos efeitos primários. Grosso modo, os impactos positivos da atividade são valorizados e as consequências indesejáveis ou os custos são ainda deixados de lado. Ferreira (2005) acrescenta, ainda, que o turismo pode ajudar a despertar e a conscientizar a população local para a questão da preservação ambiental; prover fundos para a conservação; estabelecer limites sustentáveis de utilização; e proteger atrações naturais. Também pode destruí-los, caso não seja planejado e implementado de maneira organizada. É importante analisar que o turismo não é o único agressor da natureza. Qualquer mutação econômica ou social pode provocar modificações nas relações do homem com o ambiente físico.

No Quadro 4, elaborado pela World Tourism Organization (1996), são citados alguns dos impactos positivos e negativos do turismo com as respectivas causas, que demonstram ser possível mitigar tais efeitos por meio de planejamento e ações de controle do ordenamento territorial.

Quadro 4 – Impactos ambientais positivos e negativos do turismo

Impactos positivos	Impactos negativos	
	Causas	Efeitos
Contribuição para a conservação de áreas naturais	Gestão imprópria dos resíduos	Contaminação da água
Melhorias em infraestrutura e saneamento básico	Tráfego intenso de veículos	Poluição do ar
Aumento da conscientização ambiental	Trafego intenso de veículos e uso de equipamentos sonoros	Poluição sonora
	Lixo espalhado em praias e áreas verdes	Poluição e contaminação de praias
	Presença de turistas	Perturbação ecológica
	Mau planejamento territorial	Erosão, desmatamento, invasões.

Fonte: World Tourism Organization (1996).

Para o turismo, é indispensável a qualidade do meio ambiente natural igualmente o ambiente que o homem constrói. Nele se envolvem muitas atividades ligadas à construção de obras de infraestrutura, como as rodovias e os aeroportos e as instalações turísticas, incluindo *resorts*, hotéis, restaurantes, pontos comerciais, áreas de lazer, marinas, etc. Os “impactos negativos desse desenvolvimento podem gradualmente destruir os recursos ambientais dos quais depende o turismo. Por outro lado, o turismo tem um potencial de criar efeitos benéficos contribuindo para a proteção ambiental e a conservação.” (OLIVEIRA, 2008, p. 35). Por conseguinte, a consciência do valor do meio ambiente cresce, o que favorece sua proteção e sua importância econômica.

3.3 O futuro do turismo: tendências e desafios

O turismo, a partir do século XX, tem provocado mudanças nos padrões de produção e consumo. O dinamismo da sociedade atual tem exigido mudanças de comportamentos na prestação de serviços e na produção dos produtos. “O cliente mudou e as empresas prestadoras de serviços, cada vez mais, devem atender as necessidades de um consumidor exigente, bem informado e seguro das suas opções de consumo. As empresas do setor têm que atender as expectativas desse novo cliente para não padecer.” (FAGUNDES; ASHTON, 2010, p. 4). Nesse

sentido, as empresas devem-se manter competitivas em um mercado muito dinâmico, em constante mudança e exigente.

Em razão da grande agitação do mundo moderno, Ruschmann (1997) analisa que a sociedade precisa fugir dos ambientes urbanos e poluídos, assim, na atualidade, o segmento de mercado que está ganhando protagonismo mundialmente é aquele que contempla viajantes motivados a visitar destinos turísticos que permitam o contato direto com a natureza. Eles também se caracterizam por serem sensíveis aos abusos que poderiam ser cometidos ao meio ambiente. Por isso, essa autora defende a possibilidade de pensar na elaboração de produtos turísticos responsáveis com a preservação do meio ambiente.

Segundo Sarti e Queiroz (2012, p. 8), tem havido na atualidade, uma revalorização dos hábitos, dos costumes e das tradições das pequenas comunidades, configurando-se como a emergência das especificidades locais em uma alternativa de não se perder a identidade no mundo globalizado. Assim, os costumes e as tradições transformam-se em “bens” a serem comercializados, tornando-se um novo segmento de mercado turístico, em que os “saberes tradicionais tornam-se atrativos por meio da gastronomia típica, do artesanato, dos festejos, da história e da cultura”.

Pires (2012, p. 202) salienta que cada vez mais pessoas estão interessadas em explorar novos e distantes destinos naturais e culturais; também se percebe que “os próprios turistas estão se tornando mais conscientes dos impactos ambientais e sociais das suas decisões de compra e de consumo, passando a demandar produtos e serviços mais sustentáveis”. Por isso, as áreas ecologicamente sensíveis vêm experimentando um aumento no universo de visitantes, mas abrigam espécies ameaçadas de extinção e uma grande diversidade biológica. Em vista de essas áreas conterem atrativos valiosos, a sua conservação integral é uma necessidade urgente, pois qualquer alteração no componente de um ecossistema ou espécie terão efeitos imprevisíveis em todo o sistema.

Segundo Mendonça; Garrido e Vasconcelos (2000), os desafios e as tendências que se apresentam para o futuro das atividades turísticas apontam para mudanças profundas no perfil do consumidor, características do produto e no mercado mundial. Nas análises feitas por Cooper et al. (2001, p. 256-271), destacam-se:

- O ‘novo’ consumidor de turismo está melhor informado, podendo discernir sobre seus interesses, procurando qualidade e participação. Tem aumentado muito o grupo de idade mais avançada. Está deixando de preferir as férias passivas sob o sol e buscando experiências que o enriqueçam culturalmente e satisfaçam sua curiosidade.
- O ‘novo’ turista é caracterizado como mais experiente e mais sofisticado, demandando mais serviços. Isto significa que as tradicionais férias anuais da família,

no *resort* de praia, serão gradualmente substituídas por viagens inovativas, com programações personalizadas. Assim, o pacote turístico padrão perdera espaço para o plano individual de viagens.

- Em todo o mundo, cresce a tendência pelos transportes turísticos de superfície (trens ultra-rápidos e automóveis mais confortáveis), com auto-estradas mais seguras, além de catamarans, reduzindo o tempo das jornadas por via marítima.

- A oferta turística terá que ser mais profissionalizada, em aspectos de instalações e de qualificação de mão de obra. A qualidade dos serviços prestados será uma vantagem competitiva para as empresas que investirem no capital humano, pois isto é o que deverá 'fazer a diferença'.

- O avanço tecnológico promovera o estreitamento de relações entre as empresas de turismo e seus consumidores, criando base de dados e mecanismos e marketing de relacionamento.

- O desenvolvimento do turismo em bases sustentáveis, e ambientalmente adequado, substituirá gradualmente o turismo massivo e agressivo ao meio ambiente.

Com essa nova tendência, abre-se um nicho de mercado para os pequenos negócios que se localizam em territórios turísticos e destacam-se nas atividades locais. É fundamental que se ofereçam produtos turísticos que são desenvolvidos localmente, aproveitando-se da sua cultura e do que oferecem de melhor.

Garrido (2001) salienta que as novas tendências e perspectivas apontam um aumento da complexidade da atividade turística, o que exige a necessidade de se buscar modelos organizacionais novos para atender às novas demandas e auxiliar nos processos de planejamento e monitoramento impostos pelos novos padrões do desenvolvimento sustentável do turismo.

3.4 Desenvolvimento sustentável do turismo

Ao relacionar o exercício das atividades turísticas com a geração de renda, equidade social e preservação dos recursos naturais, referimo-nos a um tipo de turismo não convencional, denominado de turismo sustentável. O turismo tem um papel relevante para o desenvolvimento sustentável de uma localidade, e ele tem de seguir princípios, normas e diretrizes internacionais estipuladas, a ser consideradas na gestão de cada governo. Segundo a World Tourism Organization (UNWTO),²⁰ as razões são as seguintes:

Ao longo das décadas, o turismo tem experimentado um crescimento contínuo, um aprofundamento e diversificação, para se tornar um dos setores econômicos que mais cresce no mundo. O turismo moderno está intimamente ligado ao desenvolvimento e abrange um número crescente de novos destinos. Esta dinâmica tem transformado o

²⁰ A UNWTO é a agência das Nações Unidas responsável por promover o turismo responsável, sustentável e universalmente acessível. Como organização internacional líder na área do turismo, defende um turismo que contribui para o crescimento econômico, o desenvolvimento inclusivo e sustentabilidade ambiental, e fornece liderança e apoio ao setor para expandir no mundo as suas políticas de conhecimento e de turismo.

turismo em um fator-chave para o progresso socioeconômico. Hoje, o volume de negócios do turismo é igual ou até mesmo supera a das exportações de petróleo, produtos alimentícios ou automóveis. O turismo tornou-se um dos principais agentes no comércio internacional e representa, ao mesmo tempo, uma das principais fontes de rendimentos para muitos países em desenvolvimento. Este crescimento vai de mãos dadas com uma crescente diversificação e concorrência entre os destinos. Esta disseminação global do turismo em países industrializados e desenvolvidos tem produzido benefícios econômicos e de emprego em diversos setores relacionados – de construção para a agricultura ou nas telecomunicações. A contribuição do turismo para o bem-estar econômico depende da qualidade e as receitas da oferta turística. A OMT auxilia destinos em seu posicionamento sustentável em cada vez mais complexos mercados nacionais e internacionais. Como a agência da ONU dedicada ao turismo, a OMT insiste que os países em desenvolvimento particularmente se beneficiam do turismo sustentável e atua para ajudar a tornar isso uma realidade. (OMT, 2015a, tradução nossa).

O conceito de turismo sustentável, segundo Machado (2005, p. 27), “inclui estratégias, atividades e práticas de negócio ambientalmente responsáveis, atendendo as necessidades do visitante, do operador e do empreendedor do setor. O foco da atividade está dirigido aos cuidados de proteção, sustentabilidade e valorização dos recursos utilizados”. O turismo sustentável está ligado a qualquer atividade turística que se relacione com a natureza. Todos eles buscam promover o contato do visitante com o meio ambiente, gerando recursos capazes de sustentar o projeto, cuidando do espaço utilizado com vista à sua manutenção. O Quadro 5 apresenta um comparativo entre os principais tipos de turismo sustentável.

Desenvolver o turismo de forma sustentável implica ações que sejam socialmente justas, economicamente viáveis e ecologicamente corretas, isto é, que atendam às necessidades econômicas, sociais e ecológicas da sociedade. Em 4 de dezembro de 2015, a Assembleia Geral das Nações Unidas aprovou a Resolução A/RES/70/193, que versa sobre a designação do ano de 2017 como o Ano Internacional de Desenvolvimento Sustentável do Turismo, como se lê a seguir:

Uma oportunidade única para aumentar a conscientização sobre a contribuição do turismo sustentável para o desenvolvimento entre os tomadores de decisão dos setores público e privado e o público, mobilizando todos os interessados para trabalhar em conjunto, tornando o turismo um catalisador de mudanças positivas [...] promoverá o papel do turismo nas seguintes áreas-chave: (1) Crescimento econômico inclusivo e sustentável (2) Inclusão social, emprego e redução da pobreza (3) Eficiência dos recursos, proteção ambiental e alterações climáticas (4) Valores culturais, diversidade e patrimônio (5) Compreensão mútua, paz e segurança. (UNITED NATIONS, 2017, tradução nossa).

Quadro 5 – Comparativo das características dos principais tipos de turismo sustentável

	Ecoturismo	Turismo Ambiental	Turismo de Aventura	Turismo Ecocientífico	Turismo Rural
Palavra-chave	Conservação	Educação ambiental	Risco controlado		Atividade agropecuária
Ocorrência	Áreas naturais preservadas	Áreas naturais preservadas ou degradadas	Áreas naturais	Áreas naturais preservadas	Área natural
Operação	Diretamente relacionada com a manutenção do ambiente	Diretamente relacionada com a atividade educativa	Relacionada com atividades esportivas de natureza	Diretamente relacionada com a atividade científica	Relacionada com atividades turísticas no meio rural onde há atividade agropecuária
Cuidados	Extremos	Extremos	Básicos	Extremos	Básicos
Conhecimento do local	Profundo	Profundo	Apenas para a prática da modalidade esportiva	Científico	Superficial
Objetivos	Conhecimento amplo do ambiente natural e cultural	Conhecimento do ambiente e das modificações nele ocorridas	Atividade física na natureza	Conhecimento técnico do ambiente	Lazer no meio rural
Grupos	Reduzidos	Médios e grandes	Reduzidos	Muito reduzidos	Reduzidos a médios
Envolvimento local	Sempre	Não necessariamente	Ocorre quando necessário para suporte da atividade	Não necessariamente	Ocorre diretamente com os proprietários
Agentes de turismo	Envolvimento direto com os projetos ambientais	Envolvimento com educação ambiental	Capacitados para a modalidade	Nem sempre necessários	Atividade é geralmente exercida pelos próprios proprietários
Envolvimento cultural	Diretamente identificado	Necessariamente não	Geralmente não ocorre	Nem sempre necessários	Diretamente identificado
Público	Preocupado com as questões ambientais	Professores, estudiosos, alunos e interessados	Ávido por atividades físicas no meio natural	Técnicos, professores, estudiosos	Ávido por atividades de lazer no meio rural e recepção
Programas	Dentro dos conceitos de mínimo impacto	Relacionando ações e consequências no ambiente	Sempre ligados a práticas esportivas de risco controlado	Quando ocorrem, apenas relevantes	Sempre ligados às práticas campeiras.

Fonte: Elaboração própria com base em Machado (2005).

Cabe destacar que o desenvolvimento sustentável de qualquer atividade que se deseja impulsionar tem que ser feito com ética e o turismo não escapa a esse requisito. Segundo Moraes (2012, p. 294) “a ética é a base de qualquer definição de sustentabilidade. Está relacionada com a compreensão de que todo ato gera algum tipo de consequência e esta pode afetar futuros próximos ou mais distantes não apenas do próprio agente, mas também de terceiros”.

Por isso, o Código de Ética da UNWTO, em seu artigo 3.º, adverte que o desenvolvimento turístico deve pautar-se por “preservar recursos naturais escassos e valiosos, em particular a água e a energia, e evitar no que for possível a produção de resíduos” (OMT, 2015b, art. 3, 2).

Nos diálogos oficiais da Conferência Rio+20, focaram-se duas questões importantes. Primeiro, como construir uma economia verde para alcançar o desenvolvimento sustentável e tirar as pessoas da pobreza; segundo, como melhorar a coordenação internacional para o desenvolvimento sustentável. A respeito do desenvolvimento de turismo sustentável, os participantes concluíram, conforme os parágrafos 130 e 131:

130 Ressaltamos que o turismo bem concebido e bem gerido pode dar um importante contributo para as três dimensões do desenvolvimento sustentável, tem estreitas ligações com outros setores e pode criar emprego digno e gerar oportunidades de negócios. Reconhecemos a necessidade de apoiar iniciativas de turismo sustentável e de reforço das capacidades relacionadas que permitam criar consciência ambiental, conservar e proteger o meio ambiente, respeitar a fauna e a flora, biodiversidade, ecossistemas e da diversidade cultural, aumentar o bem-estar e melhorar a subsistência das comunidades locais, apoiando as economias locais e ambiente humano e natural como um todo. Apelamos para maior apoio às atividades de turismo sustentável e capacitação nessa área nos países em desenvolvimento para contribuir com o sucesso do desenvolvimento sustentável.

131 Incentivar a promoção de investimentos em turismo sustentável, incluindo o ecoturismo e turismo cultural, que pode ser a criação de pequenas e médias empresas e facilitar o acesso a recursos financeiros, designadamente através de iniciativas de microcrédito para as comunidades pobres, indígenas e áreas locais com grande potencial para o ecoturismo. Neste sentido, enfatizamos a importância de estabelecer, quando necessário, diretrizes e regulamentos apropriados, de acordo com as prioridades e as leis nacionais, para promover e apoiar o turismo sustentável. (NACIONES UNIDAS, 2012, p. 1, 28, tradução nossa).

Em janeiro de 2016, entrou em vigor a resolução da Organização das Nações Unidas (ONU) intitulada “Transformar o nosso mundo: agenda 2030 de desenvolvimento sustentável”, constituída por 17 objetivos, desdobrados em 169 metas. A resolução foi aprovada em 25 de setembro de 2015 em Nova Iorque. Na ocasião, o secretário-geral da ONU, Ban Ki-moon disse que “os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) são a nossa visão comum para a humanidade e um contrato social entre os líderes mundiais e os povos”. Disse ainda que se trata de “uma lista das coisas a fazer em nome dos povos e do planeta, e um plano para o sucesso”

(UNRIC, 2016, p. 1). Os 17 ODS,²¹ aprovados por unanimidade por 193 Estados Membros da ONU, visam resolver as necessidades das pessoas, tanto nos países desenvolvidos como nos países em desenvolvimento; enfatizando que ninguém deve ser deixado para trás. O Quadro 6 mostra, especificamente, em quais dos 17 ODS o turismo foi inserido:

Quadro 6 – Objetivos do desenvolvimento sustentável voltados para o turismo

Objetivo Geral	Objetivos Específicos
Objetivo 8. Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos	8.9 Até 2030, elaborar e implementar políticas para promover o turismo sustentável, que gera empregos e promove a cultura e os produtos locais
Objetivo 12. Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis	12.b. Desenvolver e implementar ferramentas para monitorar os impactos do desenvolvimento sustentável para o turismo sustentável, que gera empregos, promove a cultura e os produtos locais
Objetivo 14. Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável	14.7 Até 2030, aumentar os benefícios econômicos para os pequenos Estados insulares em desenvolvimento e os países menos desenvolvidos, por meio do uso sustentável dos recursos marinhos, inclusive com uma gestão sustentável da pesca, aquicultura e turismo.

Fonte: Elaboração própria com base no Unric (2016).

Os três objetivos expostos no Quadro 6 são oportunos e uma referência para a sensibilização de viajantes e destinos sobre a contribuição do turismo sustentável para o desenvolvimento econômico e social. O trabalho compartilhado entre os países e os atores envolvidos no setor de turismo vão ser catalisadores de mudanças positivas com ações políticas, prática de negócios e comportamento de consumo, contribuindo para o desenvolvimento nacional do destino.

O desenvolvimento do turismo sob os princípios de sustentabilidade envolve diferentes dimensões, por exemplo, a dimensão cultural, que Gastal e Dall’Agnol (2012) consideram como um “insumo” importante na elaboração de produtos turísticos para satisfazer aos diferentes segmentos, tanto assim como os produtos que envolvem natureza. Nessa linha, o Observatório IC (2008) reconheceu a necessidade de planejar a cultura com base em valores locais como memória, criatividade, conhecimento crítico, diversidade e rituais, considerando também, as políticas locais de emprego e inclusão social, conforme o artigo:

²¹ Para conhecer o total de objetivos e aprofundar o tema, visitar o site disponível em: <<http://www.un.org/sustainabledevelopment/es/>>.

A relação entre cultura e desenvolvimento sustentável está sendo reforçada como um princípio fundamental nas políticas locais. A Agenda 21 da Cultura, como documento orientador das políticas públicas de cultura, oferece a qualquer cidade a oportunidade de gerar uma visão de longo prazo da cultura como pilar de seu desenvolvimento [...] Vários textos-chave destacaram a importância do planejamento em cultura. Por exemplo, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), cujo relatório sobre o desenvolvimento humano de 2004, *A liberdade cultural no mundo diverso de hoje*, assinalada a necessidade de avançar em direção a uma cultura aberta como elemento essencial em qualquer estratégia de desenvolvimento. Outro exemplo é fornecido pelos trabalhos do pesquisador australiano Jon Hawkes, que propõe a cultura como um quarto pilar da sustentabilidade, com a mesma ordem que usufruem os três pilares clássicos: o econômico, o social e o ambiental. (GRUPO DE TRABALHO EM CULTURA, 2008, p. 85, grifo dos autores).

Segundo Garrido (2001), pelas características de fragmentação e multissetorialidade inerentes ao turismo, é vital que ele se desenvolva de forma sustentável com ação proativa do poder público, na definição de políticas gerais, mecanismos regulatórios, controle ambiental, além da provisão da infraestrutura básica, que atende primeiramente às populações residentes e também a outras atividades produtivas. O turismo precisa ser visto com um olhar voltado para a gestão, dinâmico e inovador, pautado pelo desenvolvimento sustentável. É essencial também que a comunidade local esteja envolvida nas tomadas de decisão no âmbito do planejamento, desenvolvimento e na gestão participativa do turismo, recebendo benefícios equitativos desse setor.

O conceito de turismo utilizado na análise dos dados da pesquisa é o da OMT, que propõe a adoção de princípios de sustentabilidade, redução da pobreza e sensibilidade para o potencial de fornecimento desse setor. Seguindo-se a fundamentação teórica abordada nas seções 2 e 3, discutiremos na seção seguinte as políticas públicas de turismo em Roraima, implementadas pelo governo estadual no período 1992-2017.

4 O DESENVOLVIMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE TURISMO NO BRASIL E EM RORAIMA

Esta seção tem como objetivo mostrar a evolução da política nacional de turismo no Brasil que para efeitos do presente trabalho será definida como Plantur. Em uma perspectiva histórica, o propósito é apresentar, primeiro, as principais ações e medidas adotadas pelo governo federal a partir da década de 1940 e segundo as políticas públicas de turismo implementadas pelo Governo do Estado de Roraima de 1992 a 2017.

4.1 Primeira parte: institucionalização das políticas públicas de turismo no Brasil

4.1.1 Origem da Política Nacional de Turismo

Henz, Leite e Anjos (2010) indicam que, dependendo da realidade econômica e particular de cada país, pode-se verificar dois tipos de ações governamentais em prol do desenvolvimento do turismo. Uma delas é secundária, típica dos países desenvolvidos, que buscam na governança melhorar a infraestrutura e o financiamento dessa atividade, além da criação de conselhos, cujo foco é o assessoramento aos órgãos públicos de turismo, a formulação e aplicação de políticas públicas de turismo. A outra, mais protagonista, comum aos países em desenvolvimento, cujo governo regulariza as ações do setor com intervenção em seu funcionamento.

A intervenção estatal faz-se por diferentes instituições, que estabelecem ações normativas e executivas para comandar as atividades produtivas do setor. É por meio da formulação e implementação de políticas públicas que o Poder Executivo fixa as diretrizes para mostrar o caminho a ser seguido, tendo como principal finalidade, cumprir os objetivos globais para chegar ao bem-estar comum.

Considerando como foco desta dissertação a análise das políticas públicas de turismo implementadas na esfera estadual, fica importante reconhecer o processo da institucionalização deste setor no país com ações feitas pelo governo federal em favor da regulamentação, fiscalização e ordenamento das atividades turísticas.

Os primeiros sinais para o desenvolvimento do turismo no Brasil são da década de 1940 quando o governo de Getúlio Vargas criou, em 1943, as Leis Trabalhistas reconhecendo o direito dos trabalhadores a férias remuneradas, redução da carga horária de trabalho de 60 para 44 horas semanais, descanso semanal e direito à aposentadoria. Essas ações possibilitaram ao

trabalhador um momento de descanso, permitindo a ocupação do seu tempo livre com atividades de lazer e turismo. A partir de 1940, o governo federal estabeleceu uma série de regulamentações que facilitou o avanço do turismo no Brasil. O Quadro 7 mostra o conjunto de normas e decretos criados para realizar esse propósito entre 1940 e 1966.

Quadro 7 – Antecedentes históricos da Política Nacional de Turismo no Brasil, 1940-1966

Decreto/Resolução	Ementa	Ações relacionadas com o Turismo
Decreto-Lei n.º 2.440, de 23 de julho de 1940	Regula as atividades das empresas e agências de viagem e turismo	Primeiro esforço por regulamentar o setor, fiscalização das equipes de lazer, regulamentação do transporte aéreo nacional (BRASIL, 1940).
Decreto-Lei n.º 5.452, de 1.º de maio de 1943	Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho	Na Seção I, Do Direito a Férias e da sua Duração, no art. 129, indica que “todo empregado terá direito anualmente ao gozo de um período de férias, sem prejuízo da remuneração” (BRASIL, 1943)
Decreto-Lei n.º 7.582, de 25 de maio de 1945	Extingue o Departamento de Imprensa e Propaganda e cria o Departamento Nacional de Informações.	Sua função consistia, segundo o Art. 3º, item d, em “superintender, organizar e fiscalizar os serviços de turismo interno e externo” (BRASIL, 1945)
Resolução da Câmara dos Deputados n.º 57 de 1956	Constitui uma Comissão Parlamentar de Inquérito para estudar os problemas de turismo no Brasil	No documento, justifica-se que a comissão terá a “missão relevante e oportuna, estudando matéria ainda mal compreendida entre nós, de modo a possibilitar ao Congresso Nacional a elaboração de leis que permitam à Nação transformar em manancial copioso de riquezas e benefícios múltiplos, o seu valioso capital turístico, até hoje praticamente inaproveitado” (BRASIL, 1956)
Decreto n.º 44.863 de 21 de novembro de 1958	Institui a Comissão Brasileira de Turismo (Combratur)	A Combratur, no seu art. 2.º tem as seguintes responsabilidades: “coordenação das atividades destinadas ao desenvolvimento do turismo interno e o fluxo do estrangeiro; b) o estudo e a supervisão das medidas relacionadas com a movimentação de turistas; c) a simplificação e padronização das exigências e dos métodos de informação, registro e inspeção relativos aos viajantes e a seus bens, recursos pessoais, meio de transporte e hospedagem.” (BRASIL, 1958)
Decreto do Conselho de Ministros n.º 534 de 23 de janeiro de 1962	Aprova o Regimento da Secretaria do Comércio do Ministério da Indústria e do Comércio	Criação da Divisão de Turismo e Certames no Ministério de Indústria e Comércio (BRASIL, 1962)
Decreto n.º 53.326 de 18 de dezembro de 1963	Autoriza a criação de escolas técnicas de hotelaria e dá outras providências	No art. 1.º decreta que “fica o Ministério da Educação e Cultura, por intermédio de sua Diretoria do Ensino Comercial, autorizado a criar nos principais centros do País, como unidades do sistema federal de ensino, escolas técnicas de hotelaria” (BRASIL, 1963)
Decreto-Lei n.º 55 de 18 de novembro de 1966	Define a Política Nacional de Turismo, cria o Conselho Nacional de Turismo e a Empresa Brasileira de Turismo, e dá outras providências	No seu art. 1.º, decreta: “compreende-se como política nacional de turismo a atividade decorrente de todas as iniciativas ligadas à indústria do turismo sejam originárias de setor privado ou público, isoladas ou coordenadas entre si, desde que reconhecido seu interesse para o desenvolvimento econômico do país.” (BRASIL, 1966).

Fonte: Elaboração própria.

Mesmo com a promulgação de leis e decretos com referência à atividade de turismo no Brasil, o País carecia ainda de uma estrutura administrativa estável. Foi somente com a criação da Embratur e do Conselho Nacional de Turismo (CNTur), em 1966, que o governo brasileiro definiu melhor a política nacional de turismo, registrando as primeiras estratégias de planejamento em um marco regulatório. A parceria entre Embratur e CNTur foi chamada de Sistema Nacional de Turismo, definido como parte componente da primeira estruturação pública para o setor turístico no país.

Na década de 1970, destaca-se a elaboração do primeiro Plano Nacional de Turismo (Plantur) pelo CNTur, considerado uma ferramenta básica para a política nacional de turismo com o financiamento da atividade turística. A criação do Fundo Geral de Turismo (Fungetur), mediante Decreto-Lei n.º 1.191, de 27 de outubro de 1971, foi “destinado a fomentar e prover recursos para o financiamento de obras, serviços e atividades turísticas consideradas de interesse para o desenvolvimento do turismo nacional” (BRASIL, 1971, art. 11). Assim, deu-se a opção de linhas de crédito para os empresários hoteleiros, estimulando o investimento privado. Posteriormente, com o mesmo propósito, incluiu-se o Fundo de Investimentos do Nordeste (Finor), o Fundo de Investimentos da Amazônia (Finam) e o Fundo de Investimentos Setoriais (Fiset) pelo Decreto-Lei n.º 1.376, de 12 de dezembro de 1974 no incentivo da atividade turística (BRASIL, 1974).

Na Constituição do Brasil de 1988, pela primeira vez, o tema Turismo foi abordado como uma atividade com grande potencial para alcançar desenvolvimento, tal como estabelece seu artigo 180: “a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios promoverão e incentivarão o turismo como fator de desenvolvimento social e econômico.” É importante salientar que o artigo não considerou a dimensão ambiental tipo sustentável, que, a partir da última década, tem sido o foco de acordos, foros, seminários nacionais e internacionais pela sua relevância para o futuro da humanidade.

No primeiro governo civil, eleito em 1989, após a promulgação da Constituição de 1988, verificam-se esforços para beneficiar o turismo com planos e programas que consideram a dimensão ambiental do desenvolvimento do turismo. O presidente Fernando Collor de Mello promulgou a Lei n.º 8.181, de 28 de março de 1991, que, no artigo 1.º estabelece:

Art. 1º A Empresa Brasileira de Turismo - EMBRATUR, autarquia especial, criada nos termos do art. 11 do Decreto-Lei n.º 55, de 18 de novembro de 1966, passa a denominar-se EMBRATUR - Instituto Brasileiro de Turismo, vinculado à Secretaria de Desenvolvimento Regional da Presidência da República. (BRASIL, 1991).

4.1.2 O papel da Embratur em prol do desenvolvimento do turismo

A Embratur lançou o primeiro Plano Nacional de Turismo (Plantur) para ser executado entre 1992 e 1994. Esse plano reuniu as diretrizes e estratégias que seriam referências para o desenvolvimento das atividades turísticas a cargo das instituições públicas e privadas brasileiras, mas, por dificuldades que o Brasil enfrentou com a crise política do Estado – cassação do presidente Fernando Collor de Mello (cf. SALLUM JUNIOR, 2015) –, e a inflação, o plano não saiu do papel.

É importante mencionar que as decisões tomadas pelo governo federal para estimular o turismo no país recaíram somente no corpo técnico da Embratur e do Ministério da Indústria e Comércio, com pouca interação com os demais setores da sociedade civil organizada envolvida na atividade do turismo. Assim, as diretrizes e estratégias planejadas eram concentradas na esfera central do poder, sem considerar que o Brasil, pela sua dimensão continental e diversidade natural e cultural, poderia inviabilizar a implementação de políticas públicas centralizadas (SILVA; COSTA; CARVALHO, 2013). Diante das dificuldades de desenvolvimento econômico do país, a Embratur, em 1994, formulou diretrizes e estratégias que chegaram às esferas estadual e local, elaborando planos e programas para integrar estados e municípios a uma administração mais eficiente da atividade do turismo.

O Quadro 8 resume as propostas federais. Verificam-se as ações do governo federal que priorizam a proteção do meio ambiente, a descentralização, o investimento privado e a participação ativa dos atores que faziam parte da cadeia produtiva de turismo, por meio de parcerias entre setor público e privado, e com a vontade de dinamizar o mercado turístico nacional. Houve, também, nesse período, investimentos na infraestrutura básica turística que cumpre dupla função: melhorar a qualidade de vida dos cidadãos de uma localidade e melhorar as condições de oferta do turismo nesses lugares.

O Plano Nacional de Turismo 1996-1999 orientou as ações estatais por meio de cinco macroestratégias: implantação de infraestrutura básica e turística, capacitação de recursos humanos para o setor, modernização da legislação, descentralização da gestão do turismo e promoção do turismo no Brasil e no exterior. “A Política Nacional de Turismo tinha como metas a serem alcançadas até 1999 o aumento do ingresso de turistas estrangeiros para 3,8 milhões.” (DIAS, 2003, p. 136).

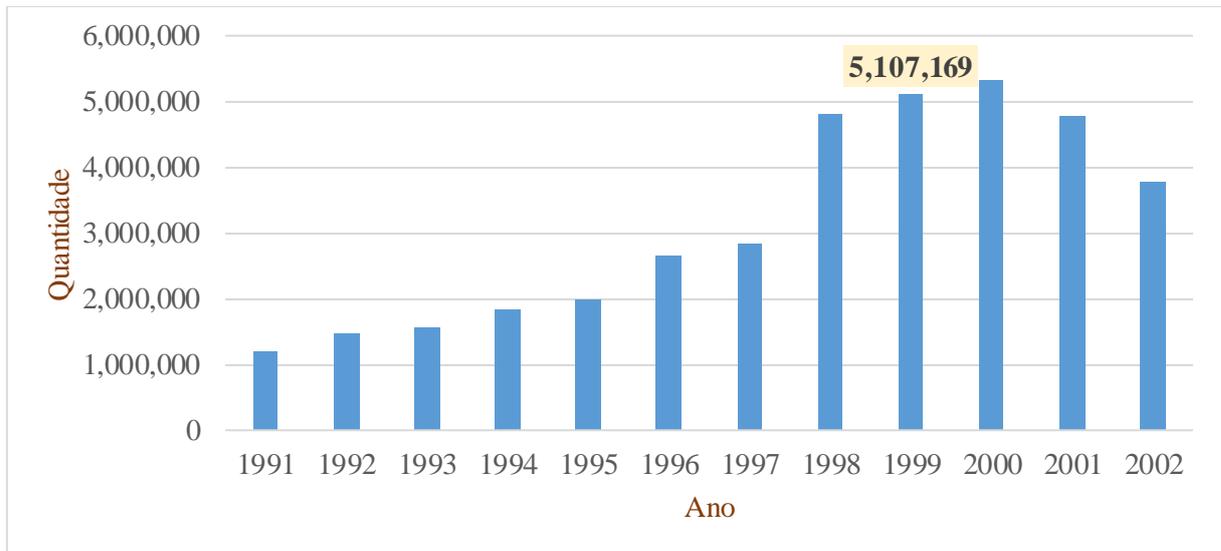
O Gráfico 1 mostra o fluxo de chegada de turistas internacionais ao país de 1991 a 2002. Observa-se que a meta proposta para 1999 de 3,8 milhões de turistas foi superada para cerca de 5,100 milhões.

Quadro 8 – Políticas públicas de turismo planejadas pelo governo federal 1991,1994

Portaria	Órgão Responsável	Problema	Plano/Programa	Objetivo
Portaria Conjunta n.º 1, de 29 de novembro de 1991 (articulada em 1995)	Ministério dos Esportes e Turismo em parceria com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o Banco do Nordeste do Brasil (BNB), o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e os governos estaduais	Com a demanda mundial por produtos turísticos relacionados com a natureza, precisava-se potencial os produtos localizados no Nordeste do país	Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (Prodetur/NE)	Desenvolvimento do turismo regional, estruturado pelo governo federal e pelos estados, para financiar a infraestrutura de suporte do turismo, incentivando investimentos da iniciativa privada para a implantação de equipamentos turísticos (CRUZ, 2000)
Portaria n.º 130, de 30 de março de 1994	Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo e Embratur	a) a Embratur identificou 700 municípios com potencial para o desenvolvimento do turismo, nos quais só 30 eram divulgados e comercializados. b) os municípios precisavam transformar recursos em produtos b) preocupação com a orientação e o ordenamento das ações do setor público para o bem-estar social	Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT) Política Nacional de Turismo 1996 a 1999	Promover a conscientização, a sensibilização, o estímulo e a capacitação dos vários monitores municipais, para que despertem e reconheçam a importância e a dimensão do turismo como gerador de emprego e renda, conciliando o crescimento econômico com a preservação e a manutenção dos patrimônios ambiental, histórico e cultural. Promover e incrementar o turismo como fonte de renda, de geração de emprego e de desenvolvimento socioeconômico do país (EMBRATUR, 1996b)
Portaria Interministerial n.º 001, de 20 de abril de 1994	Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo. Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia Legal, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama) e Embratur	Preocupação nacional com a preservação do meio ambiente. O Brasil não está aproveitando os excepcionais atributos naturais de beleza que possui. Falta de regulamentação do segmento de ecoturismo	Diretrizes para uma política nacional de ecoturismo	Estabelecer os parâmetros básicos para a definição de uma política voltada para a melhoria da qualidade de vida da população, com a preocupação de manutenção do patrimônio ambiental como um legado cultural, apontando caminhos para o desenvolvimento sustentável da atividade turística no Brasil (BARROS; PENHA, 1994).

Fonte: Elaboração própria com base nos dados de Barros e Penha (1994), Cruz (2000) e Embratur (1996b).

Gráfico 1 – Número de turistas internacionais no Brasil, 1991-2002



Fonte: Elaboração própria com base nos dados fornecidos no sistema extrator de dados sobre a chegada de turistas internacionais não residentes no Brasil 1991-2002 (BRASIL, 2018).

4.1.3 A criação do Ministério do Turismo

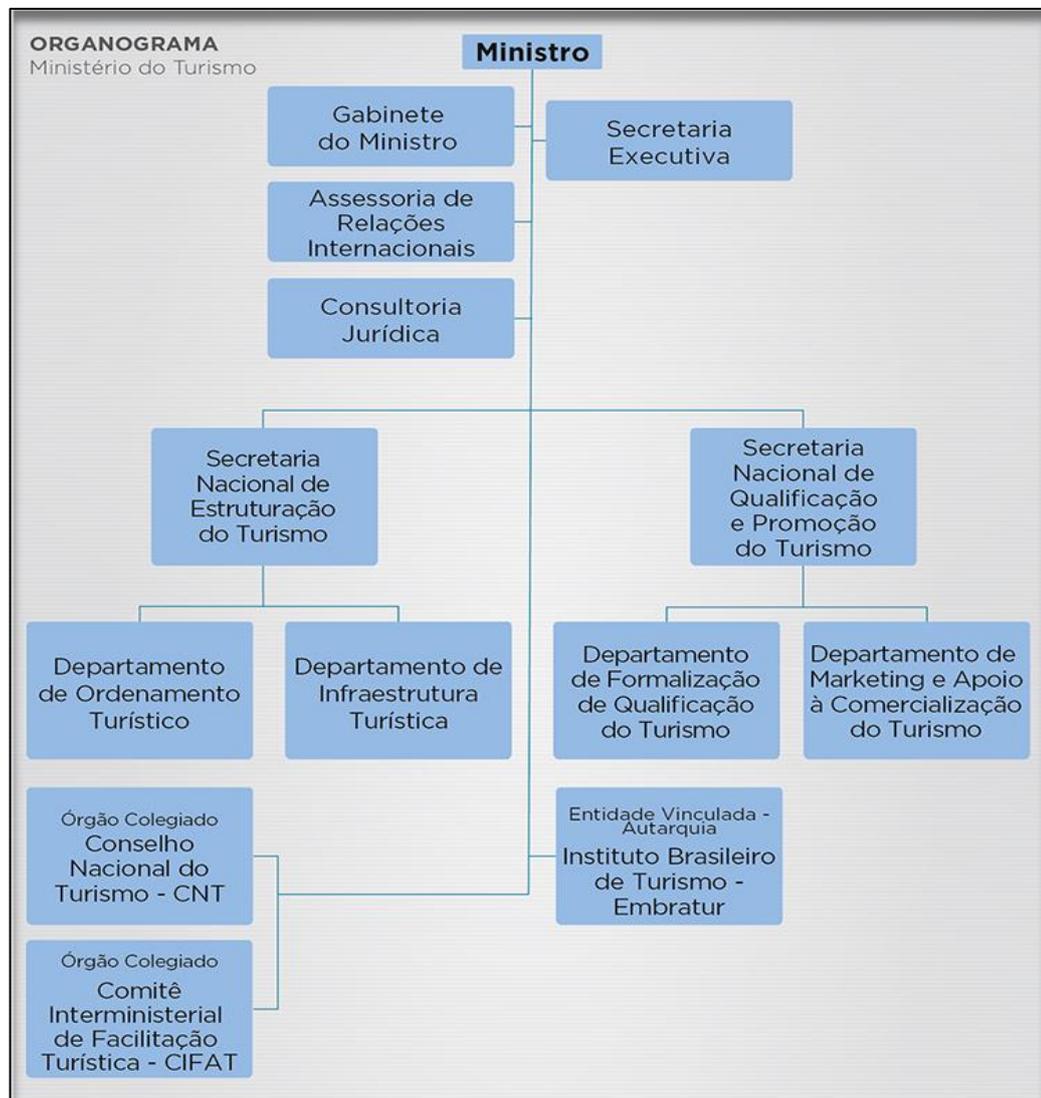
Em 2003, no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, criou-se o Ministério do Turismo pela Medida Provisória n.º 103 de 1.º de janeiro de 2003 (BRASIL, 2003). As organizações da sociedade civil, ligadas ao setor de turismo, festejaram essa medida como uma forma de valorização da atividade turística pelo governo. O MTur foi criado com a seguinte finalidade:

[...] desenvolver o turismo como uma atividade econômica sustentável, com papel relevante na geração de empregos e divisas, proporcionando a inclusão social. O Ministério do Turismo inova na condução de políticas públicas com um modelo de gestão descentralizado, orientado pelo pensamento estratégico. (BRASIL, 2015a).

Para melhor compreender a estrutura de funcionamento do MTur, a Figura 5 apresenta seu organograma. Como a Figura 5 demonstra, a estrutura organizacional do Ministério do Turismo recai em duas secretarias. A Secretaria Nacional de Estruturação do Turismo, focada na infraestrutura e no planejamento, ordenamento, estruturação e gestão das regiões turísticas do Mapa do Turismo Brasileiro, e a Secretaria Nacional de Qualificação e Promoção do Turismo, voltada para a formalização e qualificação no turismo e para o marketing e apoio à comercialização dos destinos turísticos em âmbito nacional. É importante salientar que a

atuação da Embratur, em janeiro de 2003, passou a concentrar-se na promoção, no marketing e no apoio à comercialização dos produtos, serviços e destinos turísticos brasileiros no exterior.

Figura 5 – Organograma do Ministério do Turismo 2015



Fonte: Brasil (2015b).

Em 29 de abril de 2003, o governo divulgou o novo Plano Nacional de Turismo: para consolidar entre 2003-2007 o Ministério do Turismo como articulador do processo de integração dos diversos segmentos do setor turístico. O novo PlanTur também mostrou preocupação em vincular o turismo com as políticas sociais, priorizando a descentralização dos recursos e atividades desenvolvidas.

4.1.4 Planos de Turismo com foco no Programa de Regionalização do Turismo (2003-2010)

Seguindo as recomendações da OMT e dentro do Macroprograma Estruturação e Diversificação da Oferta Turística do Plantur 2003-2007 Diretrizes, Metas e Programas, lançou-se, oficialmente, em abril de 2004, o Programa de Regionalização do Turismo: Roteiros do Brasil, cujo principal objetivo implantado foi a estruturação dos destinos, a gestão e a promoção do turismo no país. Ele focou no desenvolvimento regional, dando maior protagonismo às unidades federativas, estimulando a interação de todas as ações desempenhadas pelo MTur com estados, regiões e municípios brasileiros.

O Plantur seguinte, de 2007-2010, Uma Viagem de Inclusão, trouxe uma série de estratégias e medidas para estimular o mercado interno. Nele, observamos o interesse governamental em estimular o turismo para todos os brasileiros, seja na qualidade de turista, seja na qualidade de trabalhador, prestador de serviço e empresário. O Plantur 2007-2010 facilitou também a oferta de cursos de qualificação profissional para gerar empregos e mostrou a necessidade de adoção de políticas segmentadas para aposentados, trabalhadores e estudantes. O MTur tinha como meta no Plantur 2007-2010 abrir as portas para a inclusão social (BRASIL, 2007).

Cabe salientar que, nos Planos de Turismo 2003-2007 e 2007-2010, o governo utilizou-se de uma estratégia de marketing com a elaboração de planos que fortalecem a imagem positiva do Brasil como destino turístico nacional e internacional. Uma das primeiras iniciativas para posicionar o País na América do Sul foi a criação da Marca Brasil e, posteriormente, os diferentes planos de marketing: *Aquarela* (2003-2006), *Cores do Brasil* (2005), *Aquarela – Marketing Internacional* (2007-2010) e *Aquarela 2020*,²² com a intenção de inserir o Brasil nos maiores eventos esportivos do mundo, como a realização no país da Copa do Mundo Fifa de 2014 e os Jogos Olímpicos em 2016 no Rio de Janeiro.

Durante a vigência do Plantur 2007-2010, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, aprovou em 17 de setembro de 2008 a Lei n.º 11.771/08 – Lei Geral do Turismo (LGT) – que regulamentou a instituição do Sistema Nacional de Turismo, a obrigatoriedade do Cadastur (o sistema de cadastro de pessoas físicas e jurídicas atuantes no setor de turismo) e o estabelecimento de normas sobre a Política Nacional de Turismo (BRASIL, 2008). Na Figura 6, observemos os órgãos que integram o Sistema Nacional de Turismo, os quais ainda são os responsáveis pelo planejamento do setor de turismo no país.

²² Para mais informações sobre os planos de marketing, cf. Brasil (2015c).

Figura 6 – Órgãos que integram o Sistema Nacional de Turismo no Brasil



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da Lei n.º 11.771/08 (BRASIL, 2008).

Em 2013, depois de passar por uma avaliação participativa em âmbito nacional, o Programa de Regionalização do Turismo (PRT), instituído no país em 2004, foi reformulado pela Portaria MTur n.º 105, de 16 de maio de 2013 (BRASIL, 2013a). O PRT tornou-se uma política pública estratégica para a execução da Política Nacional de Turismo. Tal como definiu Beni (2003), esse tipo de política pública de turismo é de grande importância, por ser ele uma espécie de espinha dorsal do modelo de gestão descentralizada, já que propõe a construção de um ambiente democrático, harmônico e participativo entre poder público, iniciativa privada, terceiro setor e comunidade.

Na reformulação do PRT, o novo programa foi desenhado para promover a integração e a cooperação intersetorial entre os atores envolvidos no desenvolvimento da atividade turística nas diversas regiões. O programa trabalha na perspectiva de que mesmo um município que não tenha uma clara vocação para o turismo – ou seja, que não recebe o turista em seu território – pode dele se beneficiar, se esse município desempenhar um papel de provedor ou fornecedor de mão de obra ou de produtos destinados a atender o turista.

Dentro das suas diretrizes (BRASIL, 2013b), o objetivo principal é apoiar a estruturação dos destinos, a gestão e a promoção do turismo no país por meio de oito eixos estruturantes com vista à promoção do desenvolvimento regional, os quais estão sintetizados na Figura 7.

Figura 7 – Eixos de atuação do Programa de Regionalização do Turismo



Fonte: Brasil (2015d).

Para o desenvolvimento da nova fase do PRT, previram-se estas estratégias:

1. **MAPEAMENTO**, que define o território a ser trabalhado. O Mapa do Turismo Brasileiro é a base territorial de atuação dessa política para o desenvolvimento do turismo.
2. **CATEGORIZAÇÃO**, que divide os municípios constantes no Mapa do Turismo Brasileiro, de acordo com o desempenho de suas economias do turismo.
3. **FORMAÇÃO**, que prevê a capacitação de gestores públicos e a publicação de cartilhas de orientação para o desenvolvimento do turismo.
4. **FOMENTO À REGIONALIZAÇÃO**, que prevê o apoio financeiro do MTur aos estados, regiões e municípios na implantação de seus projetos.
5. **COMUNICAÇÃO**, que engloba a constituição de uma rede nacional de interlocutores do Programa, facilitando a interação das ações em prol do desenvolvimento do turismo.
6. **MONITORAMENTO**, etapa que avalia a evolução do Programa e garante eventuais correções de rumo. (BRASIL, 2015d, p. 1).

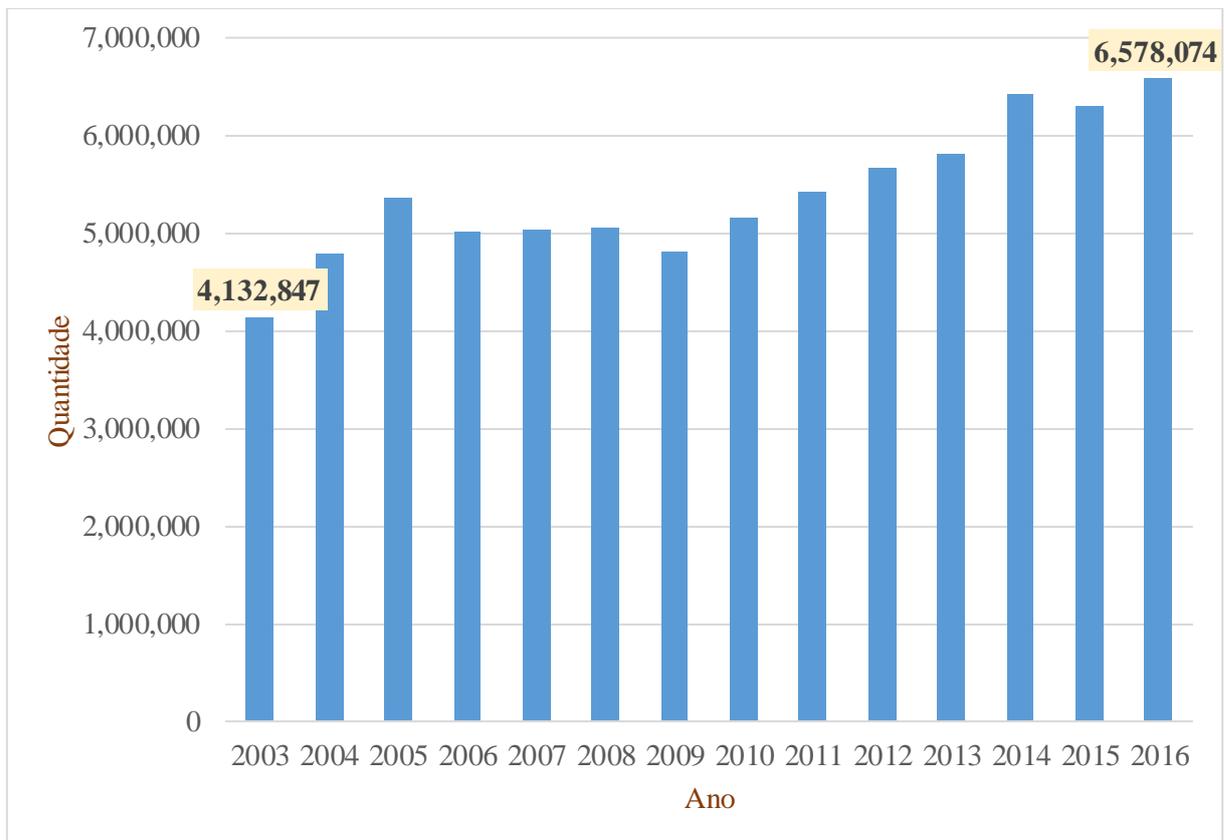
O Mapa do Turismo Brasileiro, instituído pela Portaria MTur n.º 313 de 3 de dezembro de 2013, atualizada no âmbito do Programa de Regionalização do Turismo, orienta a atuação do Ministério do Turismo no desenvolvimento das políticas públicas (BRASIL, 2013c). É ele que define a área – recorte territorial – que deve ser trabalhada prioritariamente pelo ministério; é atualizado periodicamente e conta com versões desde 2004. A última versão, em 2016, registra 2.175 municípios, divididos em 291 regiões turísticas.

Os municípios que compõem o Mapa do Turismo Brasileiro 2016 foram estabelecidos por meio dos critérios, instituídos pela Portaria n.º 205, de 9 de dezembro de 2015. Para fazer parte desse mapa, o município precisa ter um órgão responsável pela gestão do turismo. É necessário, também, que tenha orçamento para investir no setor e, finalmente, assinar um termo de compromisso com o Ministério do Turismo. Um aspecto importante é que os municípios de uma mesma região turística devem ter características similares ou complementares e aspectos que os identifiquem como região.

No governo da presidente Dilma Rousseff, nos dois primeiros anos, 2011 e 2012, não foi elaborado um plano nacional de turismo, rompendo, sem justificativa, com a sequência no planejamento do setor turismo (CARVALHO, 2016). Entretanto, em 2013, o MTur voltou a apresentar o *Plano Nacional de Turismo 2013-2016: o turismo fazendo muito mais pelo Brasil* (BRASIL, 2013d) – elaborado com base no *Documento referencial turismo no Brasil 2011-2014*. O plano destacou, no âmbito da gestão, as diretrizes que deveriam nortear o desenvolvimento do turismo brasileiro, como a participação e o diálogo com a sociedade; a geração de oportunidades de emprego e empreendedorismo; o incentivo à inovação e conhecimento; e a regionalização como abordagem territorial e institucional para o planejamento.

O Gráfico 2 mostra o número de turistas internacionais no Brasil desde a criação do Ministério do Turismo em 2003 até 2016, o último ano considerado pelo Plano Nacional de Turismo, ainda não substituído pelo governo do presidente Michel Temer. Evidencia o forte desenvolvimento do setor de turismo no Brasil. Os resultados refletem os esforços empreendidos pelo governo federal em prol do desenvolvimento do setor por meio de um trabalho de planejamento estratégico combinado com estratégias de marketing.

Gráfico 2 – Número de turistas internacionais no Brasil, 2003-2016



Fonte: Elaboração própria com base nos dados fornecidos no sistema extrator de dados sobre a chegada de turistas internacionais não residentes ao Brasil 2003-2016 (BRASIL, 2018).

O turismo é um fenômeno social, intangível e dinâmico, portanto, o planejamento dos destinos turísticos de um país tem de ser pensado com a premissa de oferecer experiências e atrativos únicos que atendam aos gostos e às preferências de um consumidor exigente, informado, prático, que, além disso, graças à tecnologia, pode encontrar múltiplas opções no mundo para satisfazer suas necessidades.

Nesse contexto, no Quadro 9, apresentam-se informações sobre o Programa Brasil + Turismo, que reúne um pacote de medidas a serem executadas pelo governo federal em favor do incremento do setor de turismo no Brasil.

Quadro 9 – Programa Brasil + Turismo, 2017

Objetivos	Medidas	Ações
<ul style="list-style-type: none"> • Proporcionar o desenvolvimento regional • Melhorar o ambiente de negócios • Aumentar o número de turistas • Gerar mais empregos e renda mediante o Turismo 	Facilidade para outorgar vistos eletrônicos	2017: países como Estados Unidos, Canadá, Austrália, Japão 2018: Catar e Arábia Saudita
	Conectividade aérea	Abertura total das empresas aéreas para o capital estrangeiro
	Promoção nacional e internacional	Modernização do modelo de gestão da Embratur, transformando a autarquia em Serviço Social Autônomo. Seu nome passa a ser Embratur – Agência Brasileira de Promoção do Turismo
	Modernização da Lei Geral de Turismo	Adequação da legislação brasileira à dinâmica atual do turismo Desburocratização de processos Garantia de maior integração com a iniciativa privada
	Melhor aproveitamento turístico dos terrenos da União	Entrega ao Ministério do Turismo das áreas de domínio da União em locais com potencial para o desenvolvimento do turismo, para fins de gestão, regularização e concessão
	Qualificação profissional	Intensificação dos programas de qualificação profissional
	Atualização do Mapa do Turismo Brasileiro	Atualização, a cada dois anos, do Mapa do Turismo Brasileiro
	Fortalecimento dos órgãos estaduais de turismo	Repasse de R\$ 5,4 milhões para os órgãos estaduais de Turismo, para eles estruturarem as regiões turísticas do Mapa Brasileiro do Turismo
	Parques temáticos	Adequação do conceito de parques temáticos na Lei Geral do Turismo e nos decretos e portarias relacionados
Parceria com a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT)	Intensificação da fiscalização do transporte turístico nas rodovias brasileiras, por meio de cooperação técnica com a ANTT.	

Fonte: Elaboração própria com base nos dados fornecidos pelo Ministério do Turismo.²³

Na seção 4.2, em sua dimensão político-institucional, discutiremos, dentro do Plano Nacional de Turismo, as ações executadas pelo Governo do Estado de Roraima.

²³ Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br/brasilmaisturismo/>>. Acesso em: 19 set. 2017.

4.2 Segunda parte: políticas públicas de turismo no estado de Roraima, 1992-2017

Nesta seção, identificam-se as políticas de turismo desenvolvidas pelo estado de Roraima entre 1992 e 2017. O foco da análise são as ações empreendidas pela Seplan por meio do Departamento de Turismo. No contexto da argumentação, apresentam-se as características do estado, seu potencial turístico e a inserção do turismo nos planos plurianuais do governo estadual.

4.2.1 Caracterização geral do estado de Roraima

4.2.1.1 Localização geográfica

Localizado no extremo norte do Brasil, na chamada Amazônia Setentrional, Roraima é um dos nove estados brasileiros que compõem a Amazônia Legal,²⁴ ocupando uma área territorial de 224.298,98 km², distribuída entre seus 15 municípios. Tem como limites, ao norte e noroeste, a República Bolivariana de Venezuela; a leste, a República Cooperativista da Guiana; ao sudeste, o estado do Pará, e ao sul e oeste o estado do Amazonas.

Seus limites internacionais são de 958 km com a Venezuela e 964 km com a Guiana, totalizando 1.922 km de fronteiras com esses dois países. Suas fronteiras nacionais são de 1.535 km, sendo 1.375 km com o Amazonas e 160 km com o Pará. O conjunto de mapas mostra a localização de Roraima na América do Sul; no Brasil, na Amazônia Legal; e sua divisão interna por município (Mapa 1).

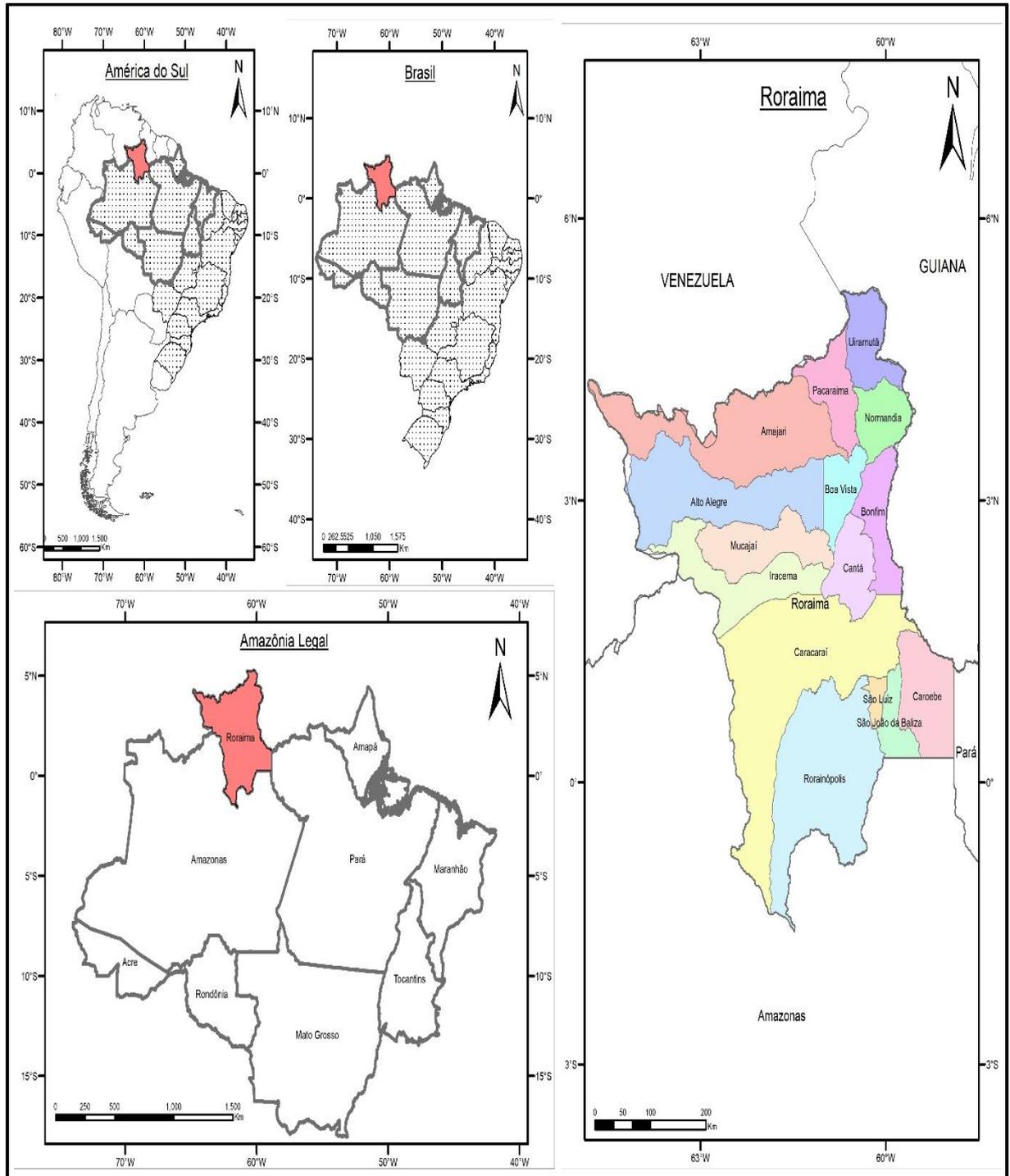
O estado de Roraima localiza-se a oeste do Meridiano de Greenwich. Sua capital, Boa Vista,²⁵ é a única capital brasileira localizada totalmente acima da linha do Equador. A criação do estado data de 5 de outubro de 1988 quando foi promulgada a atual Constituição Federal do país. Seu território corresponde a 2,63% do território nacional e 4,5 da Amazônia Legal. Seu fuso horário é de menos quatro horas em relação à hora mundial GMT e menos uma hora em

²⁴ A Amazônia Legal foi criada, inicialmente, como área de atuação da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) em 1953. Atualmente, ela corresponde à área dos estados da região Norte (Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins), acrescidos da totalidade do estado de Mato Grosso e dos municípios do estado do Maranhão situados a oeste do meridiano 44° O. Em sua configuração atual, equivale à área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam).

²⁵ Boa Vista destaca-se entre as capitais da Amazônia pelo traçado moderno e urbanístico organizado em forma de leque, com avenidas largas e iluminadas em alusão às ruas de Paris. Foi planejada e construída no período entre 1944 e 1946 pelo engenheiro civil Darcy Aleixo Derenusson, no governo do capitão Ene Garcez, o primeiro governador do então Território Federal do Rio Branco. As principais avenidas do centro da cidade convergem para a Praça do Centro Cívico, onde se concentram as sedes dos três Poderes: Legislativo, Judiciário e Executivo.

relação à hora oficial do Brasil. O clima é quente e úmido, com duas estações climáticas bem definidas: a estação das chuvas, de abril a setembro, e a do verão, de outubro a março.

Mapa 1 – Conjunto de mapas da localização geográfica do estado de Roraima



Fonte: Elaboração própria com base nos dados fornecidos pelo IBGE (2012).

4.2.1.2 Vias de acesso

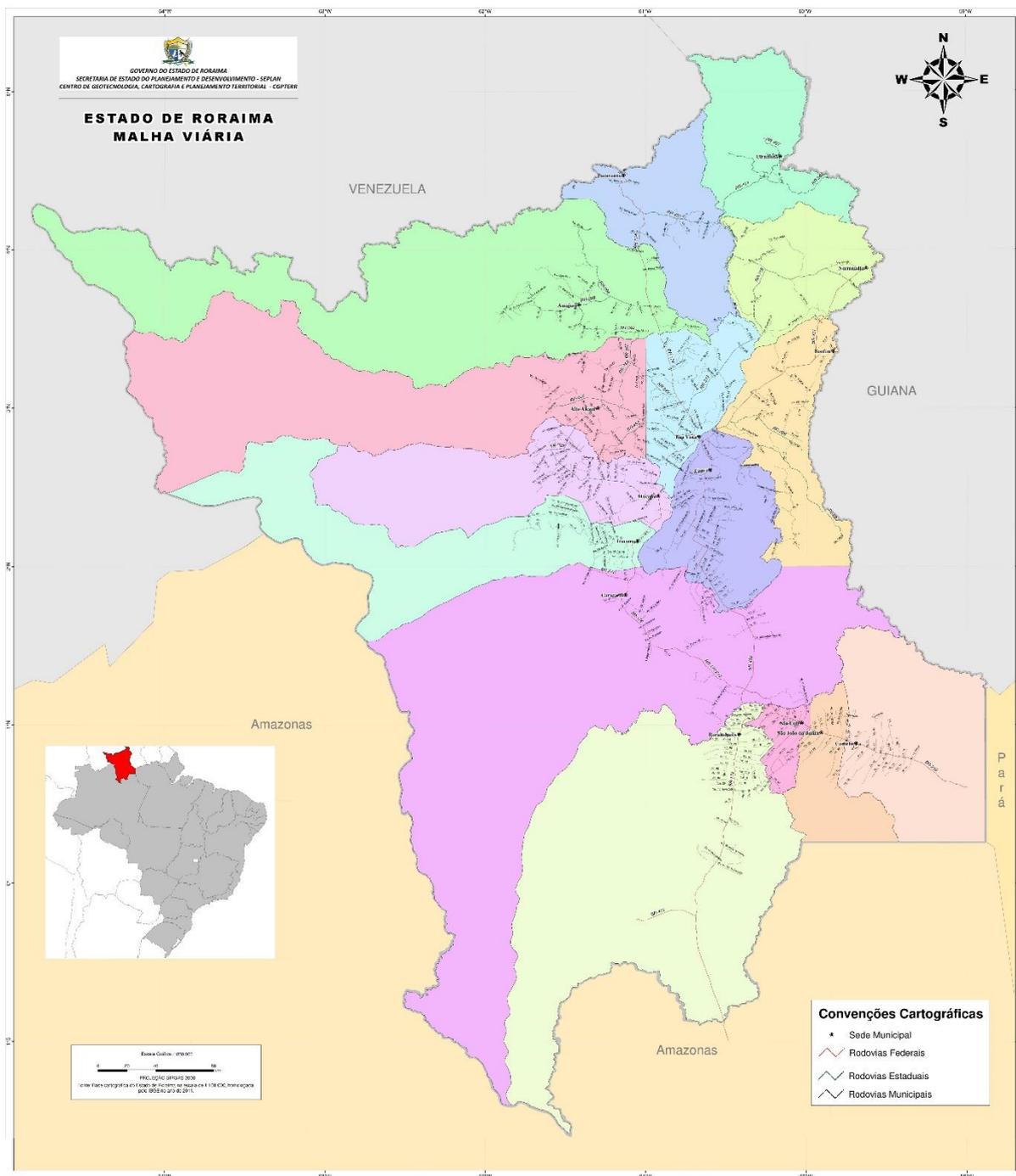
O sistema rodoviário de Roraima constitui o principal meio de deslocamento interno, dadas as restrições de navegabilidade do alto rio Branco e afluentes, a inexistência de um sistema ferroviário e os grandes custos do transporte aéreo. O Mapa 2 mostra a malha viária do estado.

A BR-174 é a espinha dorsal da malha viária do estado, constituído por 1.878,20 km de rodovias federais; 1.086,50 km de rodovias estaduais e 8.516,85 km de rodovias municipais-vicinais, que, na maior parte, são vias de acesso a núcleos de colonização e assentamentos rurais ou aglomerados populacionais que compõem as vilas e agrovilas dos municípios. São pavimentados 284,20 km de rodovias estaduais e 193,30 km de estradas vicinais, possibilitando o acesso aos demais municípios e às regiões produtoras do Estado.

Essa BR é a única conexão terrestre de Roraima com o Brasil, e liga Manaus a Boa Vista em 758 km; e Boa Vista à fronteira do país com Santa Elena do Uairén, na Venezuela, em 231 km. Como centro administrativo do estado, Boa Vista é cortada simultaneamente pela BR-174, BR-401, RR-205 e RR-319.

A poucos quilômetros da cidade, existem as BR-432 e RR-444 integrando o anel viário da capital. Também conhecido como circunvalação, é uma estrada ou autoestrada construída no perímetro de grandes cidades, conectando importantes vias de circulação de veículos para evitar que o tráfego afete vias de menor escoamento. O Quadro 10 apresenta a distância em km entre Boa Vista e os demais municípios de Roraima.

Mapa 2 – Malha viária do estado de Roraima



Fonte: Cedido pelo Centro de Geotecnologia e Ordenamento Territorial da Seplan, 2018.

Quadro 10 – Distância em km entre Boa Vista e os demais municípios de Roraima

Rodoviárias	Km
Alto Alegre	89
Amajari	154
Bonfim	120
Cantá	30
Caracarái	155
Caroebe	358
Iracema	93
Mucajaí	55
Normandia	190
Pacaraima	220
Rorainópolis	298
São João da Baliza	336
São Luiz do Anauá	320
Uiramutã	306

Fonte: Elaboração própria adaptado de Roraima (2009a).

4.2.1.3 Aspectos socioeconômicos do estado de Roraima

De acordo com o último censo do IBGE, realizado em 2010, o estado conta com uma população de 450.479 habitantes, sendo Boa Vista a cidade de maior população, com 63%, seguido dos municípios de Rorainópolis com 5% e Caracarái com 4%. O PIB do estado de Roraima atingiu o valor de R\$ 9,0 bilhões, em 2013, representando 0,17% do PBI do Brasil. Com respeito ao PIB *per capita*, foi de R\$ 18.496,00, ocupando o 13.º posto no ranking nacional e o 2.º no ranking regional (RORAIMA, 2016). A economia de Roraima é composta por 17 grupos de atividades econômicas, com destaque para a Administração Pública. Essa é a atividade econômica que detém a maior participação no PIB do estado; sua participação em 2013 foi de 47,5%. Os serviços domésticos, em segundo lugar, representaram no período 39,7% (RORAIMA, 2016).

A cidade de Boa Vista e o município de Bonfim são Áreas de Livre Comércio (ALC) que podem dar incentivos fiscais para a implantação de indústrias que utilizam matéria-prima da Amazônia Ocidental. As ALC são de importação e exportação e operam em regime fiscal especial. Da mesma forma, elas podem estimular o desenvolvimento do turismo de negócios (RORAIMA, 2008, anexo I).

Quanto aos indicadores socioeducacionais, a taxa de alfabetização de pessoas de quinze anos ou mais de idade, em 2016, foi de 93,4% (IBGE, 2016) o Índice de Gini utilizado para medir desigualdades sociais entre indivíduos partindo da distribuição da renda, registrou, em 2016, 0,52 (IBGE, 2017a). Na área de Saúde, a mortalidade infantil em 2016 foi de 17,2%

referentes a óbitos infantis de menores de 1 ano de idade; a expectativa dos homens roraimenses ao nascer foi de 69,1 anos e a das mulheres, 74,3 anos (IBGE, 2017b).

No Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil (2010), o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de Roraima é 0,707, o que situa essa Unidade Federativa (UF) na faixa alta de Desenvolvimento Humano (IDHM entre 0,700 e 0,799) com a posição de número 13 no ranking nacional. A dimensão que mais contribuiu para o IDHM da UF foi a longevidade, com índice de 0,809, seguida de renda, com índice de 0,695, e de educação, com índice de 0,628 conforme Figura 8.

Figura 8 – Ranking IDHM estadual do Brasil, 2010

Ordenado pelo IDHM								
Faixas de desenvolvimento humano			Posição	Lugares	IDHM	IDHM Renda	IDHM Longevidade	IDHM Educação
●	Muito Alto	0,800 - 1,000	1 °	Distrito Federal	0,824	0,863	0,873	0,742
●	Alto	0,700 - 0,799	2 °	São Paulo	0,783	0,789	0,845	0,719
●	Médio	0,600 - 0,699	3 °	Santa Catarina	0,774	0,773	0,860	0,697
●	Baixo	0,500 - 0,599	4 °	Rio de Janeiro	0,761	0,782	0,835	0,675
●	Muito Baixo	0,000 - 0,499	5 °	Paraná	0,749	0,757	0,830	0,668
			6 °	Rio Grande do Sul	0,746	0,769	0,840	0,642
			7 °	Espírito Santo	0,740	0,743	0,835	0,653
			8 °	Goiás	0,735	0,742	0,827	0,646
			9 °	Minas Gerais	0,731	0,730	0,838	0,638
			10 °	Mato Grosso do Sul	0,729	0,740	0,833	0,629
			11 °	Mato Grosso	0,725	0,732	0,821	0,635
			12 °	Amapá	0,708	0,694	0,813	0,629
			13 °	Roraima	0,707	0,695	0,809	0,628
			14 °	Tocantins	0,699	0,690	0,793	0,624
			15 °	Rondônia	0,690	0,712	0,800	0,577
			16 °	Rio Grande do Norte	0,684	0,678	0,792	0,597
			17 °	Ceará	0,682	0,651	0,793	0,615
			18 °	Amazonas	0,674	0,677	0,805	0,561
			19 °	Pernambuco	0,673	0,673	0,789	0,574
			20 °	Sergipe	0,665	0,672	0,781	0,560
			21 °	Acre	0,663	0,671	0,777	0,559
			22 °	Bahia	0,660	0,663	0,783	0,555
			23 °	Paraíba	0,658	0,656	0,783	0,555
			24 °	Pará	0,646	0,646	0,789	0,528
			24 °	Piauí	0,646	0,635	0,777	0,547
			26 °	Maranhão	0,639	0,612	0,757	0,562
			27 °	Alagoas	0,631	0,641	0,755	0,520

Fonte: ATLAS do Desenvolvimento Humano no Brasil (2010).

Roraima apresenta vazios demográficos, visto que a densidade demográfica é de apenas 2,01 habitantes por quilômetro quadrado em 2010 (IBGE, 2012), e a maior parte de seus

municípios tem população inferior a 20 mil habitantes. No Quadro 11, observa-se a relação entre população de cada município e área total de território ocupado em km².

Quadro 11 – População total em cada município de em relação à área total e densidade demográfica

Município	População censo 2010	Área total km ²	Densidade demográfica da unidade territorial hab/km ²
Boa Vista	284.313	5687,0	49,99
São Luiz do Anauá	6.75	1526,9	4,42
Cantá	13.902	7664,8	1,81
São João da Baliza	6.769	4285,0	1,58
Bonfim	10.943	8095,4	1,35
Pacaraima	10.433	8028,5	1,30
Normandia	8.94	6966,8	1,28
Mucajaí	14.792	12461,2	1,19
Uiramutã	8.375	8065,5	1,04
Rorainópolis	24.279	33594,0	0,72
Caroebe	8.114	12066,2	0,67
Alto Alegre	16.448	25567,0	0,64
Iracema	8.696	14409,6	0,60
Caracaraí	18.398	47410,9	0,39
Amajari	9.327	28472,3	0,33

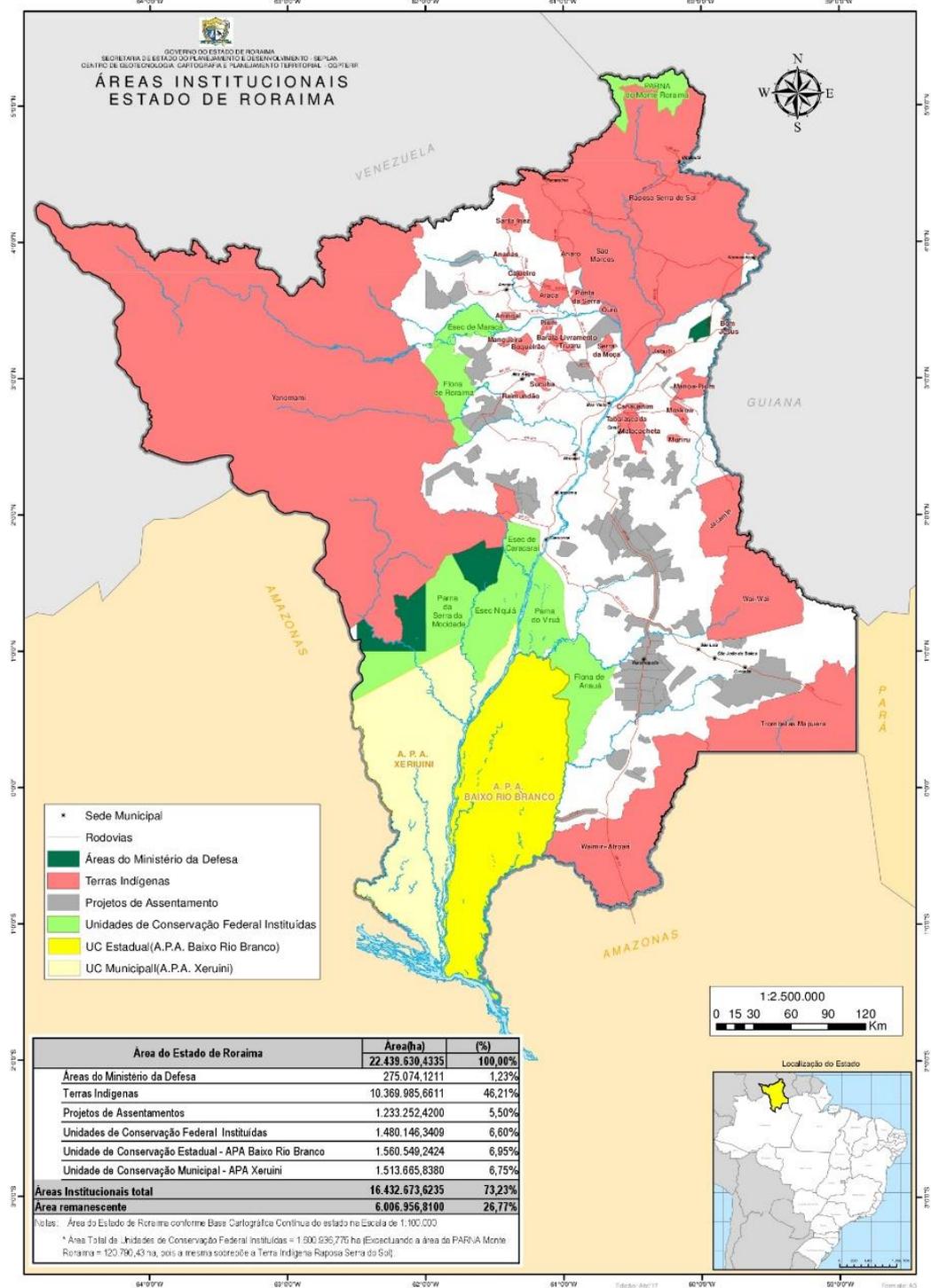
Fonte: IBGE (2012).

4.2.1.4 Ocupação de solo

De acordo com dados georreferenciados (Mapa 3), são áreas indígenas 46,21% da área total de Roraima, sob gestão da Funai. Roraima é o estado brasileiro que tem mais terras indígenas demarcadas no país. O estado abriga onze etnias indígenas: Macuxi, Ingarikó, Patamona, Waimiri-Atroaris, Wai-Wai, Taurepang, Yekuana, pertencentes ao tronco Karib; Wapitxana pertencente ao tronco Aruak; e Yanomami, Xirixána, Xirianá pertencentes ao tronco Yanomami (SILVA, 1980, p. 71). O grau de isolamento e acultramento dos diversos grupos indígenas do estado varia em razão da posição geográfica do seu território e das características socioculturais de cada etnia. Além das reservas indígenas, 1,23% das áreas do estado estão na tutela do Ministério da Defesa para proteger as fronteiras do país; ainda 5,5% foram destinados

a projetos de assentamentos dirigidos pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e 6,6% estão sob a gestão do Ibama, órgão de preservação ambiental. Ver Mapa 3.

Mapa 3 – Áreas institucionais do estado de Roraima



Fonte: Cedido pelo Centro de Geotecnologia e Ordenamento Territorial da Seplan, 2018.

Das áreas de conservação do Ibama, a principal delas é o Parque Nacional do Monte Roraima, criado em 28 de junho de 1989, localizado no extremo norte do Estado, com 2,785 metros de altitude na tríplice fronteira entre Brasil, Venezuela e Guiana. O Quadro 12 mostra as demais unidades de conservação estadual sob o comando do Ibama com o ano de criação e sua localização geográfica por município.

Quadro 12 – Unidades de Conservação administradas pelo Ibama

Ano de criação	Unidade de Conservação	Município
1982	Estação Ecológica do Caracaraí	Caracaraí
1985	Estação Ecológica do Niqui�	Caracaraí
1998	Parque Nacional do Viruá	Caracaraí
1998	Parque Nacional Serra da Mocidade	Caracaraí
1989	Floresta Nacional de Roraima	Mucajaj� e Alto Alegre
2005	Floresta Nacional do Anauá	Rorainópolis
2009	Estação Ecológica de Maracá	Amajari

Fonte: Elaboração própria com base nos dados fornecidos no site Unidades de Conservação no Brasil.²⁶

4.2.2 Regiões turísticas em Roraima

Roraima abrange um número grande de ecossistemas na região Norte do país e com grandes contrastes: floresta tropical de terra firme, pântano, campos de várzea, campinarana, cerrado, campos de encosta e altitude; registra também uma rica variedade avifauna composta por mais de 650 espécies; entre a ictiofauna no baixo rio Branco, que se caracteriza por águas calmas e formação de igapós nas matas, destaca-se o peixe tucunaré e tambaqui; além de apresentar uma variedade de fisionomias vegetais em oito tipos distintos de cobertura vegetal. O relevo acidentado, com características marcantes, apresenta as formações conhecidas como tepuis, uma das mais antigas da América do Sul com paredes rochosas, topos planos e vistas panorâmicas (RORAIMA, 2004, anexo I).

O estado mostra sua riqueza também na cultura indígena, com suas etnias mantendo as tradições dos antepassados pela música, gastronomia e artesanato. Por sua proximidade geográfica com a Guiana e Venezuela, mant m intercâmbio cultural com seus dois vizinhos. Nesse cenário natural, abrem-se inúmeras possibilidades para, mediante o planejamento estratégico sob princípios de sustentabilidade, Roraima desenvolver vários tipos de turismo não

²⁶ Disponível em: <<https://uc.socioambiental.org/pt-br/uc/4700>>. Acesso em: 18 fev. 2018.

convencionais: ecoturismo, turismo rural comunitário, etnoturismo, turismo cultural, *bridwatching* e pesca esportiva.

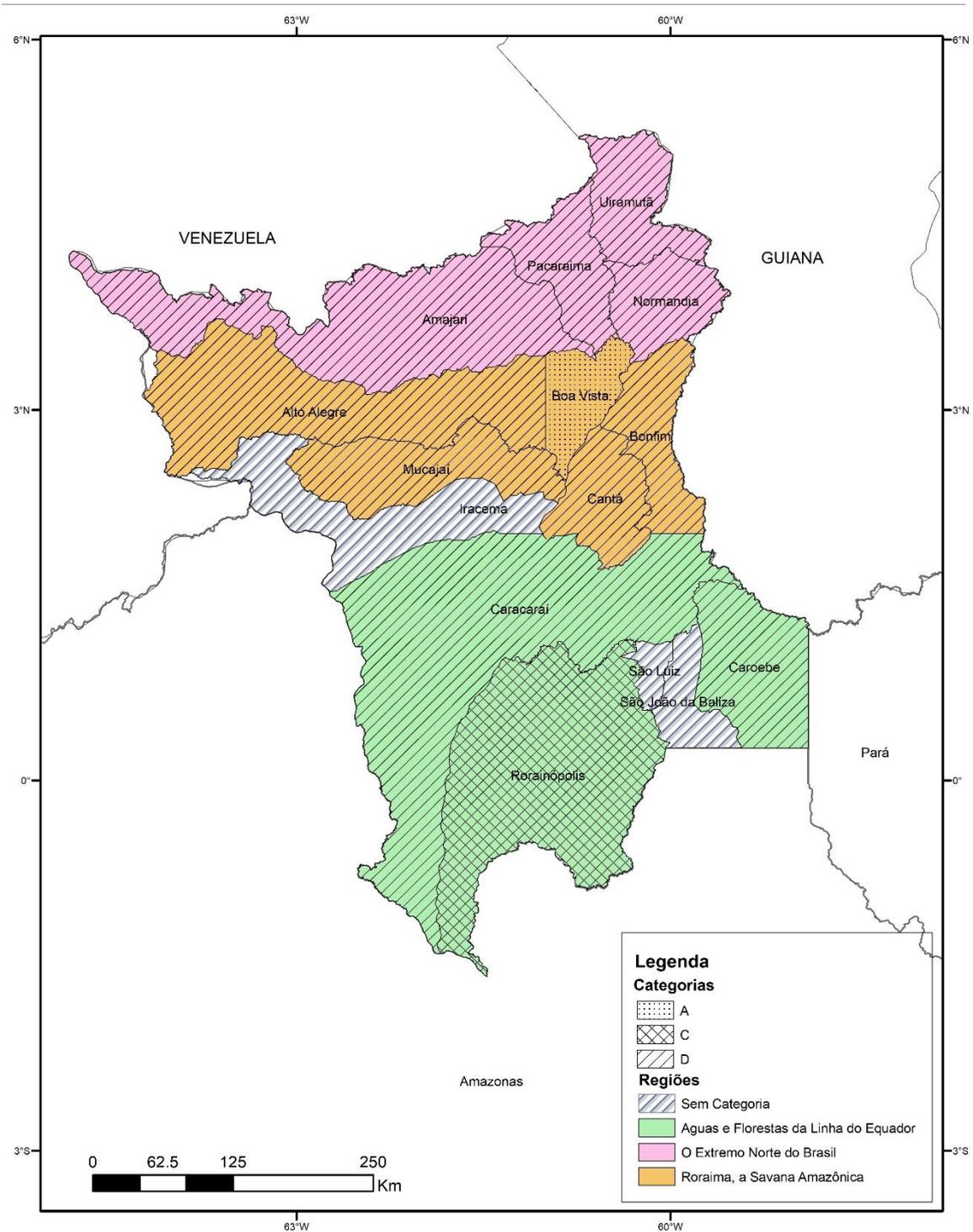
Considerando o Programa de Regionalização do Turismo, que foi estruturado com base nas orientações do Plano Nacional de Turismo 2003-2007, avaliaram-se no estado a competitividade e a qualidade dos produtos turísticos localizados em Roraima no sentido de gerar impactos positivos na economia local.

O processo avaliativo do programa envolveu diversas pessoas estratégicas do turismo, as quais contribuíram com seus conhecimentos e suas experiências.²⁷ As ações de apoio à gestão, estruturação e promoção do turismo por parte do MTur focalizaram-se nos municípios de três regiões turísticas, reconhecidas e categorizadas no Mapa do Turismo do Brasil. Elas se identificam como Extremo Norte do Brasil, Águas e Florestas da Linha do Equador e Roraima, a Savana Amazônica.

Os municípios são hierarquizados pelo MTur por categorias de “A” a “D”, que identificam o nível de oferta turística implementada. O Mapa 4 apresenta a categorização das regiões turísticas de Roraima, indicando que o município de Boa Vista foi inserido na categoria “A”, Rorainópolis na categoria “C” e os municípios Alto Alegre, Amajari, Bonfim, Cantá, Caracaraí, Caroebe, Mucajaí, Normandia, Pacaraima, Uiramutã na categoria “D”.

²⁷ Em 2010, iniciou-se o processo de avaliação do Programa de Regionalização do Turismo: Roteiros do Brasil, coordenado pelo Instituto de Assessoria para o Desenvolvimento Humano (IADH), com o propósito de realizar uma avaliação participativa, envolvendo sujeitos estratégicos que atuam em 14 categorias selecionadas: 1. Colegiados Estaduais de Turismo; 2. Comissão de Turismo da Câmara dos Deputados; 3. Comissão de Turismo do Senado; 4. Conselho Nacional de Turismo; 5. Projeto Economia da Experiência; 6. Gestores do MTur; 7. Grupo Gestor dos Destinos Indutores do Desenvolvimento Turístico Regional; 8. Coordenadores das Instâncias de Governança Regional; 9. Instituições de Ensino; 10. Interlocutores Estaduais do Programa de Regionalização do Turismo; 11. Prefeituras dos Municípios Turísticos (prefeitos e secretários); 12. Projeto Rede de Cooperação Técnica para a Roteirização Turística; 13. Projeto Rede de Turismo de Base Comunitária; 14. Sistema “S” – Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) e Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac) – (BRASIL, 2015e).

Mapa 4 – Categorização das regiões turísticas em Roraima, 2017



Fonte: Elaboração própria com base nos dados cartográficos Google Imagens 2018.²⁸

²⁸ Disponível em: <<http://www.mapa.turismo.gov.br/mapa/init.html#/home>>. Acesso em: 19 fev. 2018.

4.2.2.1 Região turística Extremo Norte do Brasil

Os municípios do estado que integram este polo turístico são Uiramutã, Pacaraima, Amajari e Normandia. Nessa região, encontra-se o Monte Caburaí, que, em termos comparativos, está 70 km acima do Oiapoque (Amapá), e tem o título de ponto mais setentrional brasileiro. Sua altitude é de 1.465 m e localiza-se na fronteira do Brasil com a Guiana. Ele integra o município do Uiramutã no Parque Nacional do Monte Roraima (EXTREMO Norte..., 2015).

Figura 9 – Monte Caburaí, município Uiramutã



Fonte: Ecoamazônia, 2017. ²⁹

Na região Extremo Norte do Brasil, encontra-se também o Monte Roraima, principal produto bandeira do estado, com 2.875 metros de altitude, um lugar que impressiona pelas formas esculpidas nas rochas pela ação dos ventos que, segundo lendas indígenas, é o berço e morada de Makunaima, índio corajoso e guerreiro. Fica na tríplice fronteira Brasil, Venezuela e Guiana; seus Tepuis abrigam várias espécies endêmicas de orquídeas que se desenvolvem em regiões muito específicas (BRASIL, 2002).

Visto como um dos lugares mais antigos do planeta, o Monte Roraima atrai cientistas, esotéricos, místicos e aventureiros. Todos ávidos por escalar o enorme paredão de pedra, seja para realizar trabalhos de pesquisa, seja para a contemplação, um cenário cinematográfico

²⁹ Disponível em: <<https://i2.wp.com/www.ecoamazonia.org.br/wp-content/uploads/2017/06/01TG2.jpg>>. Acesso em: 29 set. 2017.

cercado pela flora variada, singular, além de reunir formações rochosas de milhões de anos, que lembram o período dos dinossauros e cristais existentes no platô, sobre os quais se pode andar, sentar e meditar. O Monte Roraima foi fonte de inspiração para Arthur Conan Doyle, o criador de Sherlock Holmes, em seu romance *O mundo perdido* (1912). Em 2007, a equipe do estúdio de animação Pixar viajou pelo monte para criar o cenário de *Up altas aventuras*, e em 2014, fez parte do cenário da novela *Império* produzida pela Rede Globo de Televisão (MAZZUCHELLI, 2016).

Figura 10 – Monte Roraima, Brasil



Fonte: Portal do Iphan, 2018.³⁰

O Uiramutã, localizado a 360 km da capital, surgiu de diversos núcleos populacionais formados em função da extração de ouro e diamante, na década de 1960. Sua população, a maioria indígena e cabocla, é fruto da miscigenação entre brancos e índios das etnias macuxi, ingarikó e wapixána, que já habitavam essa região.

O município do Uiramutã foi criado pela Lei n.º 098, de 17 de dezembro de 1995, e é reconhecido pelo cenário formado por serras e belíssimas cachoeiras, como a cachoeira do Paiuá, localizada a 5 km da sede e do Urucá (Figura 11) que fica a 12 km. Uiramutã, por suas belezas naturais, caso houvesse planejamento público estratégico, poderia ser um exemplo de desenvolvimento local integrado e sustentável, uma saída para a superação dos problemas ecológicos e sociais que afligem a maioria das comunidades indígenas brasileiras (SARTORI, 2016).

³⁰ Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/rr>>. Acesso em: 18 fev. 2018.

Figura 11 – Cachoeira do Urucá, município Uiramutã

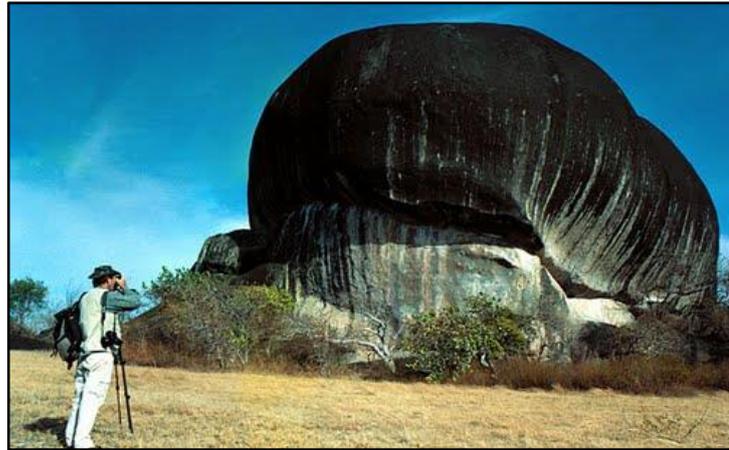


Fonte: Guia da Semana, 2016.³¹

Na região de Pacaraima, destacam-se serras, rios, cachoeiras, corredeiras, florestas e savanas. É uma região com grande potencial para o ecoturismo e para o turismo de fronteira por sua proximidade com Santa Elena do Uairén na Venezuela. As pedras Pereira, do Peixe, do Perdiz, do Machado e da Diamantina formam o Sítio Arqueológico da Pedra Pintada, lugar de visitação de turistas. A Pedra Pintada localiza-se a 800 metros da margem esquerda do rio Parim , com uma altura de 40 metros e diâmetro de aproximadamente 60 metros. Foi abrigo de civilizações antigas, que, em suas cavernas, registraram pinturas com representações de cenas do seu cotidiano (Figura 12).

³¹ Disponível em: <<https://www.guiadasemana.com.br/turismo/galeria/6-cachoeiras-com-agua-cristalina-no-brasil>>. Acesso em: 26 fev. 2018.

Figura 12 – Sítio Arqueológico da Pedra Pintada, município Pacaraima



Fonte: Tiago Orihuela, 2018.³²

Para os que gostam de aventura, o município de Amajari abriga a Serra do Tepequém, com altitude média de 1.500 metros. O lugar tem também artesanato em pedra-sabão em cinco tonalidades (Figura 13). As peças esculpidas pelos artesãos reproduzem a fauna e flora do estado; algumas delas são utilitárias, como mesas e acessórios. Na Serra do Tepequém, podem-se realizar caminhadas em trilhas que se complementam com paisagens naturais de rara beleza (Figura 14). É possível chegar às cachoeiras do Paiva, Sobral, Barata e Funil, e subir no platô, ponto culminante dessa serra (BRASIL, 2002).

Figura 13 – Biojoias de pedra-sabão produzidas no Tepequém



Fonte: Emmily Melo, 2011.³³

³² Disponível em: <<https://www.flickr.com/photos/roraima/5891155707/in/photostream/lightbox/>>. Acesso em: 22 nov. 2017.

³³ Disponível em: <<http://roraimaonlinee.blogspot.com.br/2011/11/belezas-naturais-da-serra-do-tepequem.html>>. Acesso em: 19 fev. 2018.

Figura 14 – Platô da Serra do Tepequém



Fonte: SERRA do Tepequém..., 2012.³⁴

Ainda na região turística Extremo Norte do Brasil, Normandia tem como ponto turístico de destaque a visitação das diversas comunidades indígenas da região como as comunidades da Raposa Serra do Sol e o Lago Caracaranã, que fica a 180 km de Boa Vista pelo acesso da BR-401. Suas praias são de água doce limpa com areia branca e fina, cercadas por cajueiros nativos que constituem um atrativo à parte. O Lago Caracaranã, em forma de círculo, tem 5,8 km de extensão e profundidade máxima de 5 metros (Figura 15).

Figura 15 – Lago Caracaranã, município Normandia



Fonte: Tiago Orihuela, 2018.³⁵

³⁴ Disponível em: <<http://lugaresdaterra.blogspot.com.br/2012/02/serra-do-tepequem-roraima-br.html>>. Acesso em: 19 fev. 2018.

³⁵ Disponível em: <<https://www.flickr.com/photos/roraima/4771716345/lightbox/>>. Acesso em: 19 fev. 2018.

4.2.2.2 Região turística Águas e Florestas da Linha do Equador

Compõem essa região os municípios de Rorainópolis, Caracaraí e Caroebe, onde se resume o que há de mais rico em ictiofauna na bacia do rio Branco. Roraima tem excelentes áreas para a pesca, pela variedade de espécies e pela infraestrutura de apoio. O município de Rorainópolis, na categoria “C” do Mapa do Turismo Brasileiro, originou-se de uma vila de assentamento do Incra, na entrada do estado pela estrada BR-174, sentido Manaus-Boa Vista.

O atrativo turístico do município está na aventura, com inúmeras praias de rio e corredeiras, favorecendo a prática de canoagem e pesca esportiva com destaque para a pesca do tucunaré. Na vila de Santa Maria do Boiaçu, encontram-se ilhas e arquipélagos a 210 km da sede do município de Rorainópolis, pela margem direita esquerda do rio Branco com acesso aéreo e fluvial. O marco visível da Linha do Equador (Figura 16) também se encontra em Rorainópolis, que toca o imaginário de quem o visita. Segundo o tradicional pensamento dos rorainopolitanos: “O caminho do sol é o turismo-reflexão, aonde as pessoas procuram cada momento, a posição correta do sentido da vida, ecoando uma reflexão de suas almas ecológicas.”

Figura 16 – Monumento da Linha do Equador, município Rorainópolis



Fonte: Autor desconhecido.³⁶

³⁶ Disponível em: <<http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=1952255&page=4>>. Acesso em: 19 fev. 2018.

O município de Caracaraí é conhecido como Cidade-Porto por ter o maior movimento fluvial do estado em sua orla (Figura 17). Nasceu como um local de embarque de gado para a capital amazonense desde 1955. Nas proximidades da sede de Caracaraí, encontra-se sua principal Ponte José Vieira de Sales Guerra, uma via importante de acesso sobre o rio Branco. Alguns principais pontos turísticos dessa cidade são: Parque Nacional Viruá, Parque Nacional Serra da Mocidade e Cachoeira do Bem Querer.

Figura 17 – Rio Branco a partir da orla de Caracaraí



Fonte: Jessé Souza, 2015.³⁷

Já em Caroebe, a 36 km da sede do município, está o distrito Entre Rios, que tem uma grande diversidade em belezas naturais e rios com corredeiras fortes como o de Caroebe e de Jatapu. Um dos principais atrativos desse município é o lago da usina hidrelétrica no rio Jatapu (Figura 18). Além de ser um lugar propício para a prática de pesca esportiva, pode-se visitar a Cachoeira da Pedra ou Granito com uma queda de água de aproximadamente 50 metros (BRASIL, 2002).

³⁷ Disponível em: <[http://roraimadefato.com/main/wp-content/uploads/2015/08/orla-de-caracara% C3%AD.jpg](http://roraimadefato.com/main/wp-content/uploads/2015/08/orla-de-caracara%C3%AD.jpg)>. Acesso em: 19 fev. 2018.

Figura 18 – Lago da usina hidrelétrica de Jatapu, município Caroebe



Fonte: Fato Real, 2012.³⁸

4.2.2.3 Região turística Roraima, a Savana Amazônica

Esse polo turístico é conformado pelos municípios de Boa Vista, Alto Alegre, Mucajaí, Cantá e Bonfim. Destaca-se nesse grupo de municípios a cidade de Boa Vista, como a única do estado de categoria “A” no Mapa do Turismo Brasileiro. Boa Vista concentra grande parte dos atrativos turísticos urbanos do estado, tem maior diversidade de equipamentos e serviços turísticos. A cidade faz parte do Projeto Destinos Indutores do Desenvolvimento Turístico Regional, que tem como objetivo estruturar 65 destinos turísticos nacionais com padrão de qualidade internacional.

De acordo com o Relatório Geral Boa Vista, RR, publicado em 2011 com base no Estudo de Competividade de 2010, em uma escala de 0 a 100, o município obteve a média geral de 54,2 que, em termos de competitividade, está em uma situação regularmente satisfatória (CAVALCANTE, 2013). A seguir os principais lugares turísticos de Boa Vista e da região.

Boa Vista é uma região rica em belezas naturais, onde tem gente hospitaleira, histórias, lendas, cultura, ritos e mitos. Foi fundada no século XIX, em 1830, pelo capitão Inácio Lopes

³⁸ Disponível em: <<http://www.fatoreal.blog.br/politica/dia-do-meio-ambiente-instituicoes-promovem-atividades-em-comemoracao-a-data/>>. Acesso em: 21 fev. 2018.

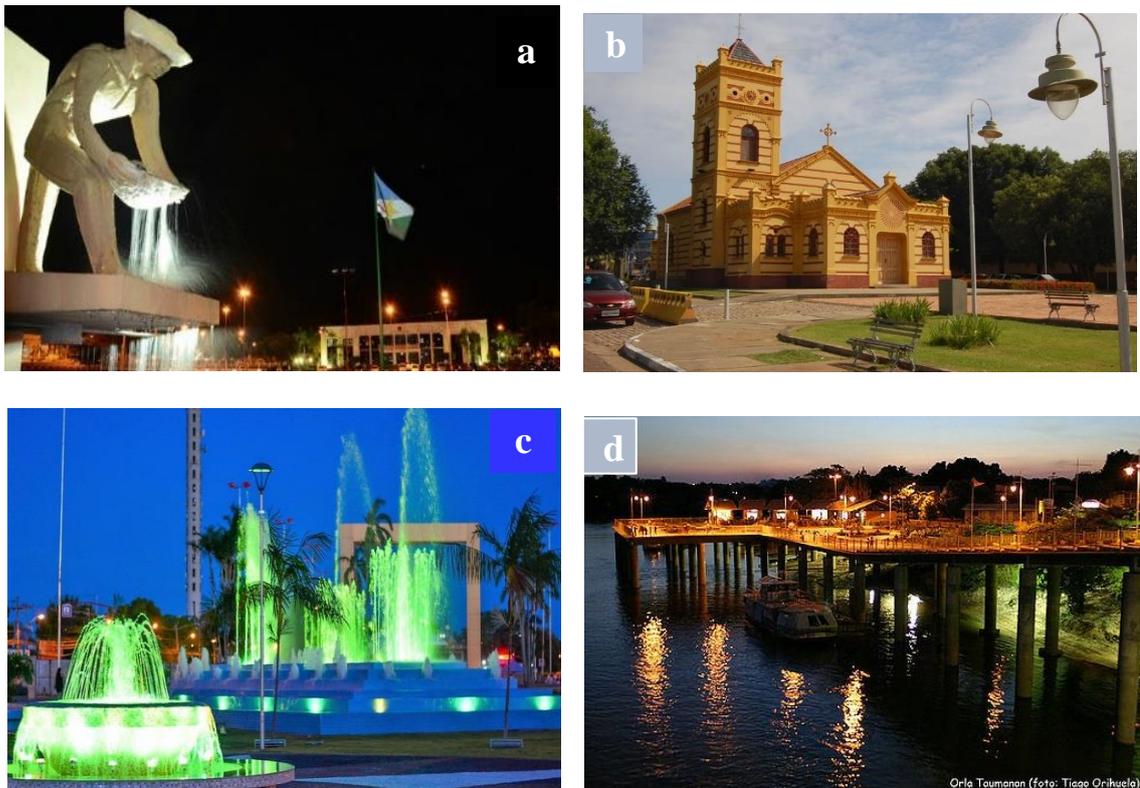
de Magalhães. Originou-se de uma das inúmeras fazendas de gado situadas ao longo dos rios que compõem a bacia do rio Branco pertencente à jurisdição da então vila de São José da Barra do Rio Negro, atual Manaus. Em torno da sede da fazenda, surgiu um pequeno povoado, a Freguesia de Nossa Senhora do Carmo, que, durante um bom tempo, foi o único povoado em toda a região do alto rio Branco. Em 1890, o povoado foi elevado à condição de vila, e, em 1926, passou a ser município, adotando o nome da antiga fazenda, Boa Vista. Com a criação do Território Federal de Roraima, em 1940, a cidade foi escolhida para ser a capital (BRASIL, 2002).

Boa Vista tem nas áreas mais antigas, próximas ao rio, uma arquitetura que revela o estilo neoclássico da virada do século XIX. Seu traçado urbano moderno é de uma cidade planejada, em formato de leque, com avenidas largas que acabam ou começam no centro cívico onde estão instalados os Poderes Públicos estaduais: Executivo, Legislativo e Judiciário. É um projeto dos anos 1930, realizado pelo arquiteto Alexandre Dernusson, que lembra a cidade de Paris.

Boa Vista oferece várias opções de lazer e manifestações histórico-culturais aos moradores e visitantes como o Monumento ao Garimpeiro, que fica na Praça do Centro Cívico, simbolizando a história dos que chegaram há mais de 50 anos em busca de metais preciosos; o Monumento aos Pioneiros, uma homenagem aos povos indígenas que inicialmente habitavam o estado.

Outros pontos turísticos a destacar na cidade de Boa Vista são: Igreja Matriz Nossa Senhora do Carmo, primeiro templo religioso de Boa Vista, construída em 1909 por padres beneditinos da Alemanha em substituição à pequena capela levantada pelos missionários franciscanos em 1892; o Parque Anauá, maior parque de lazer da região Norte do país, com anfiteatro, ferródromo, escola de música, lago natural, ginásio poliesportivo, kartódromo, pista de corrida e aerodelismo; a Praça das Águas, com suas fontes de águas luminosas em cores diferentes; a Orla Taumanan suspensa sobre o rio Branco (Figura 19), inaugurada em 2004, onde é possível ver a Ilha de São Sebastião e a Ponte dos Macuxis, e o Portal do Milênio, erguido em comemoração à chegada do século XXI.

Figura 19 – Alguns dos principais pontos turísticos em Boa Vista



Fonte: Diversas.³⁹

a) Monumento ao Garimpeiro; b) Igreja Matriz N. Senhora do Carmo; c) Praça das Águas; d) Orla Taumanan.

No município de Alto Alegre, localizado no centro-oeste do estado de Roraima, destacam-se, entre seus pontos turísticos, o Eco Park (Figura 20), um balneário a 30 km da cidade de Boa Vista, que tem uma infraestrutura com chalés, campos propícios para prática de futebol e vôlei, piscina natural e artificial, sala de lazer, restaurantes, centro de convenções, passeios de pônei e caiaques. Uma estrutura voltada para o lazer e o bem-estar dos visitantes.

Já o município de Mucajaí, é palco de eventos que deixam uma marca cultural na cidade. O principal deles é a celebração da Paixão de Cristo (Figura 21), responsável pelo reconhecimento turístico do município dentro e fora do estado. O evento que atrai diversos turistas realiza-se na Semana Santa no Centro Cenográfico do município, localizado no km 52, da BR-174, sentido sul.

³⁹ Disponível em: **Figuras a, b:** <<http://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2013/07/boa-vista-oferece-opcoes-variadas-de-turismo-urbano-e-ecologico.html>>. **Figura c:** <[http://redecidadedigital.com.br/noticias.php?id=1487&data=Com%20energia%20solar%20e%20gasto%20de%20R\\$%205,7%20mi](http://redecidadedigital.com.br/noticias.php?id=1487&data=Com%20energia%20solar%20e%20gasto%20de%20R$%205,7%20mi)>. **Figura d:** Tiago Orihuela, 2006. <<http://noticiasderoraima.blogspot.com.br/2011/01/imagens-orla-taumanan.html>>. Acesso em: 14 nov. 2017.

Figura 20 – Eco Park, município Alto Alegre



Fonte: TripAdvisor, 2017.⁴⁰

Figura 21 – Encenação da Paixão de Cristo em Mucajaí



Fonte: Edinaldo Morais, 2009.⁴¹

⁴⁰ Disponível em: <https://www.tripadvisor.com.br/Attraction_Review-g660381-d10112906-Reviews-Eco_Park-Boa_Vista_State_of_Roraima.html>. Acesso em: 20 fev. 2018.

⁴¹ Disponível em: <http://i0.wp.com/www.fatoreal.blog.br/wp-content/uploads/2009/04/05paixao-cristo-foto-edinaldo-morais_312.JPG>. Acesso em: 14 nov. 2017.

No município de Cantá, localiza-se a Serra Grande (Figura 22). Um conjunto de serras cobertas por floresta densa, em bom estado de conservação. Tem flora e fauna expressivas, afloramentos rochosos, quedas d'água e locais com vistas panorâmicas, favorecendo a prática do ecoturismo e de esportes de aventura, como *trekking*, escalada em rocha e *mountain biking*. Há trilhas que levam a diversos pontos do alto da serra e também circundando toda a área.

Figura 22 – Serra Grande, município Cantá



Fonte: Érico Veríssimo, G1 RR, 2013.⁴²

O município de Bonfim, localizado na fronteira do Brasil com a Guiana, surgiu como um núcleo de comércio atendendo à demanda por carne bovina daquele país. Com a chegada de um batalhão militar de fronteira e a abertura da Rodovia BR-401, fazendo a ligação com Boa Vista na década de 1960, o município teve sua população aumentada, sendo elevado a esta condição oficialmente em 1982 (BRASIL, 2002).

Em 11 de setembro de 2014, na 76.^a reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), aprovou-se o

⁴² Disponível em: <<http://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2013/07/em-roraima-serra-grande-e-opcao-de-lazer-para-aventureiros.html>>. Acesso em: 19 fev. 2018.

tombamento das Ruínas do Forte São Joaquim localizado no município de Bonfim (Figura 23). O forte foi construído na segunda metade do século XVIII, tem importância histórica significativa de proteção da Amazônia durante o período colonial, especialmente por sua inserção na expansão portuguesa e sua associação ao processo de destruição dos estabelecimentos espanhóis na região. Construído em ponto estratégico, sua localização é na confluência dos rios Uraricoera e Tacutu, formadores da bacia do rio Branco. Distante de Boa Vista 52 km, o acesso ao forte é pela BR-401, no km 35, com a entrada à esquerda e pela via fluvial do rio Branco.

Figura 23 – Entrada do Forte São Joaquim, com as placas informativas do IPHAN-RR, 2011



Fonte: Acervo IPHAN- RR, 2014.

4.2.3 Folclore do estado de Roraima

Roraima caracteriza-se pelo encontro de várias culturas e tradições, que foram trazidas pelos colonizadores e de todas as regiões do Brasil. A mistura do homem branco com as tradições indígenas locais compõe o folclore da região, que tem forte influência principalmente dos índios macuxi e wapixána. Por outro lado, Roraima também mantém o padrão folclórico

brasileiro devido à colonização no país de portugueses, espanhóis, ingleses e holandeses. Roraima tem um ambiente festivo, une a influência das festas religiosas e suas comemorações com os santos padroeiros, como a tradicional “festa junina”, comemorada em todo o estado (FALEIRO, 2010).

As festividades juninas se estendem desde a capital, Boa Vista, aos vários municípios do estado, contando com a participação de creches, escolas, igrejas e associação de moradores. Destaca-se a apresentação de grupos folclóricos como Xamego, Caipira, Garranxe, Zé Monteirão, Xamego da Roca. O Governo do Estado realiza anualmente o Arraial do Anauá (Figura 24), com a participação da Associação das Quadrilhas Juninas de Roraima e a Federação das Quadrilhas Juninas.

Figura 24 – Quadrilha Coração de Sertão no Arraial do Anauá, 2016



Fonte: G1 RR, 2016.⁴³

A preservação e valorização dos costumes e tradições de Roraima se espalham por todos os seus municípios; assim temos comemorações típicas como o Festival Folclórico de Caracaraí, que atrai turistas de várias partes da Amazônia. O município de Caracaraí divide-se

⁴³ Disponível em: <<http://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2016/06/quatro-grupos-juninos-se-apresentam-no-arraial-do-anaua-em-roraima.html>>. Acesso em: 18 fev. 2018.

em dois grupos: Cultural Cobra Mariana e Gavião Caracará para ser sede de um evento cheio de lendas, criatividade e muita beleza (Figura 25). O festival lembra a tradicional festa de Parintis.

Figura 25 – Grupo Cobra Mariana e Gavião Caracará no Festival Folclórico de Caracará, 2013



Fonte: Valéria Oliveira, GI RR, 2013.⁴⁴

No município de Alto Alegre, a festa tradicional é o forró alegre que se realiza na segunda semana de setembro; em Amajari, a festa tradicional são os festejos de Santa Luzia no mês de dezembro, com arraial e vaquejada; em Rorainópolis, em setembro, comemoram os festejos de Nossa Senhora do Livramento; em Caroebe, a festa tradicional é o Revive Caroebe no mês de maio. Todas essas comemorações têm gincanas, bailes, corrida de cavalos e torneios esportivos.

No que se refere à culinária, as opções em Roraima são variadas com base em peixes, na flora e fauna da região; há uma cozinha com atrações diferenciadas e típicas. Destaca-se a damurida (Figura 26), que é uma forma de preparar a carne de caça moqueada ou peixe, típica

⁴⁴ Disponível em: <<http://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2013/10/festival-folclorico-e-realizado-em-caracara-interior-de-roraima.html>>. Acesso em: 18 fev. 2018.

de povos indígenas como os macuxi, wapixána e taurepang, que passam esse conhecimento de geração a geração para manter sua tradição culinária. No preparo, usam pimenta, que pode ser a malagueta, murupi, olho de peixe, canaimé e também as folhas. O alimento é cozido em panela de barro.

Figura 26 – Damurida, principal prato indígena roraimense



Fonte: Portal do Iphan, 2018.⁴⁵

Dentre as receitas mais populares estão a torta de carne de sol, a caldeirada de peixe, mujica de peixe, torta e peixe bodó, geralmente preparada com o cascudo; ainda o pirarucu de casaca, um prato a base de peixe típico da região. Os doces mais comuns são bolo de macaxeira, de cupuaçu, tapioca de coco, castanhas, e as bebidas populares são: suco de buriti, vinho de buriti, caxiri, pajuaru, aluá, entre outros.

Pelas informações apresentadas, observamos que existe em Roraima uma variedade de produtos turísticos com capacidade de atender as tendências atuais do mercado de turismo. O *Guia Turístico Roraima*, conforme a Figura 27, publicado pelo Governo do Estado em 2009, apresenta todas as potencialidades turísticas do estado.

⁴⁵ Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/rr>>. Acesso em: 18 fev. 2018.

Figura 27 – Informações turísticas sobre Roraima

<p> ARTESANATO O artesanato revela muito sobre a cultura e as tradições de cada localidade, incluindo influências étnicas de outros povos em Roraima. Visitas a lugares onde se pode conhecer a produção artesanal propiciam ao visitante a oportunidade de entrar em contato com aspectos artísticos e personagens locais.</p>	<p> COLÔNIAS E COMUNIDADES Inúmeras etnias indígenas habitam o Estado e os países vizinhos, mas é preciso antes entrar em contato com os órgãos competentes, para saber quais podem efetivamente serem visitadas. É possível conhecer melhor os costumes e o modo de vida de cada grupo em visitas às comunidades ribeirinhas.</p>	<p> JET-SKI Para quem gosta de ambientes aquáticos e alta velocidade, é uma boa opção. Para pilotar este equipamento, que parece uma motocicleta sobre as águas, é preciso estar habilitado pela Marinha, ter mais de 18 anos e carteira de filiação junto à Associação Brasileira de Jet-Ski. Observe que o equipamento é proibido em diversos locais; quando liberado, tem área restrita.</p>	<p> PASSEIO A CAVALO Percurso a cavalo podem ser feitos durante o dia ou em noites de lua cheia com boa luminosidade. Recomenda-se o acompanhamento de guia.</p>	<p> PESCA Modalidade de pesca que obedece a regras em relação ao tamanho mínimo dos peixes capturados e aos locais autorizados para a prática do esporte.</p>	<p> TURISMO FOTOGRÁFICO Variação do turismo de observação da natureza. Os roteiros são traçados em função da beleza cênica e das condições ideais de luz para fotografar. É apreciado sobretudo por pessoas que tem noções técnicas avançadas e possuem bons equipamentos fotográficos, além de assessórios complementares.</p>
<p> BANHOS NA NATUREZA Banhos de praias de rios, cachoeiras e piscinas naturais são ótimos para renovar as energias entre uma trilha e outra. É importante ficar atento a superfícies escorregadias, mergulhos em águas rasas e fortes correntezas.</p>	<p> COMIDA TÍPICA Através da culinária é possível conhecer os traços de uma região, de sua colonização, influências, costumes, receitas e produtos trazidos de outros estados. Restaurantes, hotéis e fazendas oferecem a oportunidade de se provar pratos típicos.</p>	<p> MERGULHO O mergulho livre é feito na superfície utilizando-se máscara e snorkel para a flutuação. Já o autônomo exige técnica, credenciamento em escolas e equipamento específico (cilindro), que permite o mergulho a vários metros de profundidade, por um tempo maior.</p>	<p> PASSEIO DE BARCO Geralmente é um passeio tranquilo, ideal para família. As embarcações mais comuns são saveiros, escunas, lanchas, veleiros, entre outros. Alguns deles, feitos por agências, oferecem música e alimentação, outros são mais simples, realizados por pescadores. O que vale é admirar a natureza.</p>	<p> RAFTING Descida de rios e corredeiras em um bote inflável de borracha, sempre monitorado por guias experientes e com os devidos equipamentos de segurança. Saber nadar é fundamental.</p>	<p> VELA O princípio da vela é navegar sem motores, apenas direcionando e administrando a força do vento ao seu favor. Há várias categorias nesse esporte: mistral, tornado, finn, star e outras. A divisão é feita de acordo com o tipo de barco utilizado.</p>
<p> BÓIA-CROSS Descidas em corredeiras usando uma bóia ou uma câmara de pneu. Equipamentos de segurança importantes, como capacete, colete salva-vidas, luvas, joelheiras e tornozeleiras são sempre indispensáveis.</p>	<p> COMPRAS O principal destaque é sem dúvida o artesanato local, bastante rico e criativo. Nele pode-se mostrar a forte influência indígena, nordestinas e até mesmo de outros povos caribenhos.</p>	<p> MUSEUS Os museus nos levam a conhecer o passado, através das obras de arte, peças e objetos antigos.</p>	<p> PASSEIO DE INTERESSE ARQUEOLÓGICO Visitas a sítios arqueológicos e museus que guardam objetos e artefatos de antigas civilizações.</p>	<p> RAPEL Descida com o auxílio de cordas em abismos, pontes, paredões, rochas e outros. O nível de dificuldade é medido de acordo com os graus de inclinação do local explorado. Por segurança, é imprescindível um bom planejamento e o acompanhamento de monitores especializados e uso de equipamentos apropriados.</p>	<p> VÓO PANORÂMICO Pequenos aviões e helicópteros são as máquinas mais usadas para esse tipo de passeio. Entre os aviões, os mais usados são de asa alta para melhor visualização da paisagem. Os helicópteros mais usados nestes vãos são os do tipo águaia. Ultraleves e o trike são também boas opções para o passeio contemplativo.</p>
<p> CAMPING Acampamentos de lazer, tanto em áreas com infra-estrutura quanto em áreas selvagens. Em ambos os casos é sempre importante poupar a natureza de qualquer desgaste e ter como norma levar o lixo embora.</p>	<p> EDIFÍCIO HISTÓRICO Monumentos, fortes, pontes, prédios e casarões antigos são algumas das edificações que fazem parte da história local. Tais espaços permitem ao turista saber mais sobre a história da região.</p>	<p> OBSERVAÇÃO DE FAUNA E FLORA Observar espécies é uma atividade que exige paciência e silêncio. Prática difundida pelos pesquisadores científicos, hoje é também uma forma de integração com a natureza. A avifauna amazônica é um destaque, por isso a observação de pássaros atrai visitantes de várias partes do mundo.</p>	<p> PASSEIO TURÍSTICO A finalidade varia de acordo com o atrativo. Ele pode ser na área urbana, onde são comuns aqueles de cunho histórico ou cultural, os tradicionais city tour; outras vezes, ocorre ao ar livre, quando se podem visitar parques naturais, reservas, trilhas e outras opções ligadas ao ecoturismo. Em ambos os casos, ele é feito em um único dia e inclui também o transporte.</p>	<p> TIROLESIA Descida e travessia de montanhas, cânions e rios, por meio de corda, usando-se roldanas e equipamentos de segurança. Como envolve riscos, recomenda-se o acompanhamento de monitores especializados.</p>	<p> TREKKING Caminhadas em trilhas que podem ter variados níveis de dificuldade e duração, conforme o tipo de terreno e os obstáculos no percurso. O Monte Roraima é um dos locais mais indicados para se fazer esse tipo de atividade.</p>
<p> CANOAGEM Descida de rios com ou sem corredeiras. Pode ser praticado com vários tipos de canoas ou diferentes caiaques.</p>	<p> FESTAS FOLCLÓRICAS O folclore é um conjunto das tradições, conhecimentos e crenças populares. As festas roraimenses permitem ao visitante conhecer a essência cultural do povo e as principais influências.</p>	<p> PARQUES Os parques, urbanos ou rurais, oferecem opções de lazer ao ar livre.</p>			

Fonte: Roraima (2009a, p. 121-122).

4.2.4 Rota 174 – da Amazônia ao Caribe

Para viabilizar o turismo nos municípios do estado, a BR-174 faz parte desse planejamento; vindo do Amazonas, a BR passa pela divisa dos estados pela região dos Waimiri Atroari; vilas Jundiá e Equador, município de Rorainópolis, vila Novo Paraíso (km 500, ponto de intersecção com a BR-210), Caracará, Iracema, Mucajaí, Boa Vista e Pacaraima, dando acesso à estrada de Santa Elena de Uairen para outras cidades da Venezuela, um dos potenciais mercados consumidores dos produtos e serviços turísticos do estado. Em todo o seu percurso, a BR-174 está hoje asfaltada e sinalizada.

Em razão da BR-174, a Rota 174 é o nome do Roteiro Integrado Amazonas-Roraima, que é resultado do Projeto Rede de Cooperação Técnica para a Roteirização. Segundo o documento *Planejamento estratégico da Rota 174*, o roteiro marca diferença por duas razões; a primeira é a sua localização na Amazônia brasileira (lugar de origem de biodiversidades e culturas) e a segunda, o percurso que envolve as diferentes paisagens, desde o rio Amazonas até o Monte Roraima. A rota construída na década de 1970 possibilitou a ligação pela Venezuela, da Amazônia ao Caribe. O roteiro que liga o Brasil à Venezuela, tem permitido a visita de atrativos naturais da biodiversidade amazônica e de atrativos culturais nas reservas indígenas da região (CAVALCANTE, 2013).

Na seção 4.2.5, discutiremos a política do Governo do Estado de Roraima para o desenvolvimento de turismo fazendo referência aos planos plurianuais do estado.

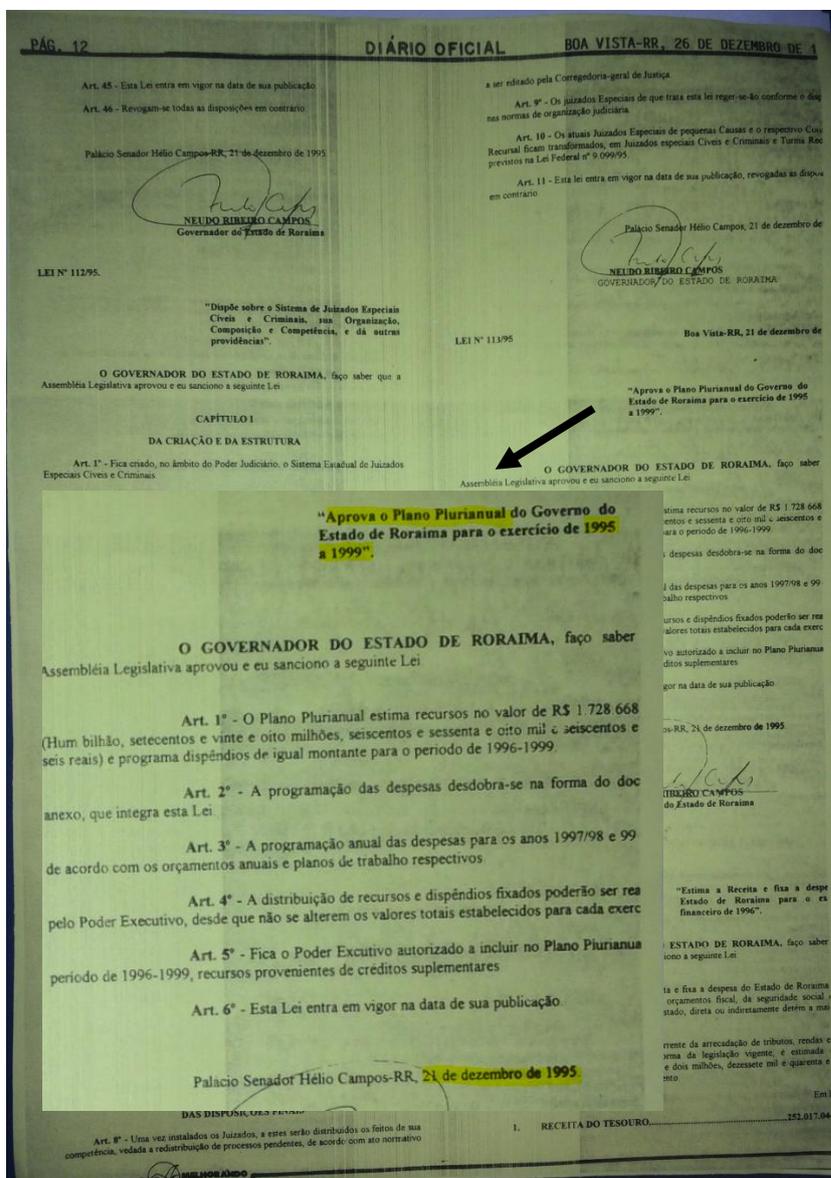
4.2.5 O desenvolvimento do setor de turismo em Roraima nos planos plurianuais (1992-2015)

O Plano Plurianual (PPA), previsto no artigo 165 da Constituição Federal brasileira, e regulamentado pelo Decreto n.º 2.829, de 29 de outubro de 1998, é o instrumento legal de planejamento de maior alcance temporal no estabelecimento das prioridades e no direcionamento das ações de governo. Ele contém as diretrizes, objetivos e metas a serem alcançados no período equivalente ao mandato do chefe do Poder Executivo. O PPA deve garantir credibilidade, universalidade e vitalidade. Para efeitos desta pesquisa, serão mencionados os PPAs elaborados nos governos eleitos em Roraima a partir de 1990 com a posse, em 1991, de Otomar de Souza Pinto.

Para a análise do conteúdo desta seção, solicitamos a Divisão de Planejamento da Seplan, o acesso ao primeiro Plano Plurianual do governo estadual aprovado em 1992. A ideia era constatar nesse plano se havia propostas e ações em prol do desenvolvimento do turismo no

estado. Depois de uma procura minuciosa no acervo físico da Seplan, informaram-nos que o documento se extraviara em razão de sua antiguidade, o que prejudicou a análise dele visto que não foi encontrado em outro lugar. No que se refere ao PPA 1995-1999 no primeiro governo de Neudo Campos, ocorreu uma situação similar. Nos arquivos da Seplan, só encontramos a lei que aprovou o PPA sem suas diretrizes e lei orçamentária. Na Figura 28, reproduzimos a publicação no Diário Oficial de Roraima, de 26 de dezembro de 1995, da aprovação do Plano Plurianual do Governo do Estado de Roraima para o exercício de 1995 a 1999 segundo a Lei n.º 113/95 de 21 de dezembro de 1995.

Figura 28 – Lei que dispõe o PPA 1995-1999 de Roraima



Fonte: Roraima (1995, p. 12).

Embora não tenhamos encontrado as diretrizes e a lei orçamentária do PPA, analisamos o Plano Anual de Trabalho (PAT) de 1995, onde identificamos o Programa, com o código 11653632.017, que detalha uma série de ações a serem executadas nesse período. O Quadro 13 mostra cada uma das ações relacionadas com o turismo.

Quadro 13– Plano Anual de Trabalho 1995, Roraima

Código	Especificações	Ações
11653632.017	Apoio à programação para o desenvolvimento do turismo em Roraima	<p>Implementação do Programa de Disseminação Turística conforme normas da Embratur</p> <p>Apoio ao fomento à implantação do turismo nos municípios do estado, incluindo visitas aos locais e treinamento de pessoal</p> <p>Realização de eventos para conscientização nas escolas e implantação da cartilha do turismo</p> <p>Promoção do estado de Roraima por meio da participação em eventos de âmbito nacional e distribuição de postais, adesivos e <i>folders</i></p> <p>Treinamento de técnicos na área de Informática</p> <p>Levantamento e elaboração do Diagnóstico Turístico do Estado</p> <p>Criação e produção de vídeos sobre o estado em três idiomas: português, inglês e espanhol</p> <p>Realização de reuniões periódicas com o Sebrae e o empresariado turístico local, e promoção de treinamento em regime de parcerias</p> <p>Incentivo ao Turismo de Aventura e ao Ecoturismo, desenvolvendo atividades de divulgação, conscientização e preparação de mão de obra</p> <p>Desenvolvimento do Turismo de Fronteira, incluindo entre as atividades: implantação de um posto de informações turísticas na Vila Pacaraima ou BV-8 e treinamento de pessoal da própria localidade</p> <p>Captação e incentivo ao Turismo de Eventos e Empresas Operadoras, com a Associação Brasileira de Eventos e Empresas Operadoras em Congressos e Convenções e Feiras (Abeoc).</p>

Fonte: Elaboração própria com base nos dados fornecidos pelo PAT 1995 – Seplan.

Tendo como base o PAT 1995, é possível dizer que o governo de Neudo Campos, mostrou interesse pelo planejamento do turismo sob a responsabilidade da Seplan. Dentre as ações propostas para a implementação, destacam-se o levantamento e a elaboração do Diagnóstico turístico, a parceria com o Sebrae e os empresários envolvidos no setor, e o desenvolvimento do turismo de fronteira, aventura e ecoturismo. Em referência aos Planos de Trabalho Estaduais de 1996, 1998 e 1999, procuramos seguir o mesmo procedimento analítico verificando as ações de turismo que foram relacionadas com os planos de governo. O PAT de 1997 não localizamos na Seplan. Nos demais planos, sistematizamos as informações coletadas classificando por eixos de atuação, as metas previstas no período, mostradas no Quadro 14.

Quadro 14 – Metas de turismo previstas nos PAT 1996, 1998 e 1999, Roraima

(continua)

ÓRGÃO: Secretaria do Estado de Planejamento, Indústria e Comércio (Seplan)/UNIDADE: Secretaria de Planejamento, Indústria e Comércio			
CÓDIGO: 11653632.017.0000			
Detalhamento das Metas Previstas			
EIXO DE ATUAÇÃO	1996	1998	1999
Gestão Pública	Implantação de Museu com Arquitetura Indígena	Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT), com ênfase a estruturação do Ecoturismo	Criação do Comitê Estadual para a Municipalização do Turismo
Capacitação	Capacitação profissional para o turismo	Capacitação de Recursos Humanos na área de Ecoturismo (curso de recepção hoteleira, curso de garçom, Seminário de Ecoturismo, Curso de camareira, curso de cozinheiro, Técnicas de atendimento para taxista)	Capacitação de recursos humanos na área de: camareira, recepcionista, garçons, atendimento para taxista, habilitação de marinheiro regional de convés, capacitar e credenciar guias especialistas em atrativos naturais, participação de servidores da Coordenadoria de Turismo (Codetur) em feiras e bolsas, mídia eletrônica – <i>home page</i> de serviços-núcleo
Informação Turística	Implantação de posto de informação turística Confecção de placas de sinalização turística	Serviços de informação turística, mediante implantação de box Informativo - Centro Boa Vista, Pacaraima Confecção de Placas de Sinalização Turística no trecho BR-174	Construção de Centro de Informações Turísticas em Pacaraima
Promoção Turística	Promoção de divulgação do turismo do estado de Roraima	Participação em feiras de turismo: Bolsa de Turismo de Lisboa, The Grest Outdoor Show, Feira Internacional de Turismo, Bolsa Internacional de Turismo (BIT)	Visitas de Familiarização Fam Trip
Conscientização			Seminário de conscientização para o desenvolvimento de turismo com participação de classes políticas e empresariais Oficina comunitária de Conscientização para o Turismo – Seminário

Quadro 14 – Metas de turismo previstas nos PAT 1996, 1998 e 1999, Roraima

(conclusão)

ÓRGÃO: Secretaria do Estado de Planejamento, Indústria e Comércio (Seplan)/UNIDADE: Secretaria de Planejamento, Indústria e Comércio CÓDIGO: 11653632.017.0000			
Detalhamento das Metas Previstas			
EIXO DE ATUAÇÃO	1996	1998	1999
Marketing Turístico	Confecção de cartilha	Divulgação e propaganda (Vídeo Roraima Brasil Hemisfério Norte, versão em 5 idiomas, folheto Roraima turístico, serviço de som – volantes de apoio ao empreendimento privado Cartaz <i>souvenir</i> , calendário, guia turístico, mapa de Boa Vista, guia de transporte, guia de alimentação, guia de hospedagem, anúncio em revista – Escape, Outside, Ecotraveler Magazine, Backpacker, Caminhos, Pesca e Cia, Travel Word News	Serviços gráficos – mídia impressa de pontos turísticos
Programas		- Programas a serem executados em parceria com a Embratur voltados para o desenvolvimento turístico - Programa de iniciação Escolar para o Turismo – confecção de folders e cartilhas - Programa de Artesanato do Brasileiro	Incremento do Programa de Iniciação Escolar para o Turismo
Eventos Turísticos		Realização dos eventos turísticos: (Carnaval – convênio com as agremiações, Semana Santa, Festas Juninas, Festas Cívicas da Independência, Festas Cívicas do Estado, Feira Agropecuária do Monte Cristo, Festival de Música (Femur), Festival de Dança, Festival de Gastronomia, Visita de Familiarização Turística, Torneio de arco e flecha, canoagem, automobilismo, ciclismo, motociclismo, hipismo, pesca)	
Implementação Física para Trabalho do Órgão Institucional	Aquisição de um veículo Pick-Up	Aquisição de material de consumo e permanente: (Expediente, indumentária geral – camisetas, microcomputador Pentium 200 MHz, impressora matricial, móveis, utensílios) Contrato de serviço de telefonia e telex – mala direta	- Aquisição de veículo Pick-Up - Aquisição de material de consumo - Aquisição de material permanente (armário, ar-condicionado, microcomputador, etc.).

Fonte: Elaboração própria com base nos dados fornecidos pelos PAT 1996, 1998, 1999 – Seplan.

No que diz respeito ao PPA para o quadriênio 2000-2003, Lei n.º 248/2000, de 11 de janeiro de 2000, estabelecemos para esse período programas com os respectivos objetivos e metas físicas e financeiras (RORAIMA, 2000, anexo I). No site do governo estadual, foi possível acessar o documento e verificar em que programas encontravam-se inseridas as propostas de atividades para o setor de turismo.

O Quadro 15 mostra que, além da Seplan, a responsabilidade pelo desenvolvimento do turismo no estado cabia também à Secretaria de Educação, Cultura e Desportos, evidenciando, pela primeira vez, um caráter intersetorial na construção da política.

Quadro 15 – Metas de turismo previstas no PPA 2000-2003, Roraima

PLANO PLURIANUAL 2000-2003				Metas físicas		Metas financeiras
Dimensão	Programa	Unidade Responsável	Ações	Unidade de medida	Total	Total PPA
(1) Promoção do Desenvolvimento Social e da Cidadania	Desenvolvimento da Educação Profissional	Secretaria de Estado da Educação, Cultura e Desportos	Realização de cursos nas Áreas de Meio Ambiente, Gestão Ambiental e Ecoturismo	Pessoas	1.050	430.000,00
(5) Fomento à Expansão e Diversificação da Economia Estadual	Expansão da Base Produtiva dos Setores Secundário e Terciário	Secretaria de Estado do Planejamento, Indústria e Comércio	Desenvolvimento do Ecoturismo – turista registrado	Pessoas	91.311	720.000,00
			Fortalecimento do Turismo Regional – fluxo turístico incrementado	Porcentual	100	600.000,00
			Promoção do Turismo – evento realizado	Unidade	115	245.057,00
TOTAL						1.995.057,00

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do PPA 2000-2003 – Seplan (RORAIMA, 1999).

Em 2001, o governo estadual, com recursos de empréstimo, n.º 1.216/OC-BR, do Brasil ao BID, para a execução do Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia Legal

(Proecotur),⁴⁶ estabeleceu contrato com a empresa de consultoria Ruschmann Consultores de Turismo, especializada em ecoturismo e planejamento regional para elaborar uma estratégia de ecoturismo para o estado de Roraima. O resultado desse trabalho foi a publicação em 2002 do documento *Estratégia de desenvolvimento sustentável do ecoturismo do estado de Roraima*,⁴⁷ cuja elaboração esteve sob a coordenação da professora licenciada da USP Doris Ruschmann, autora de livros como *Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente* (1997) e *Turismo no Brasil: análise e tendências* (2002).

O documento de 858 páginas, produzido pela Ruschmann Consultores de Turismo, divide-se em três volumes, segmentados pela especificidade de assuntos. O primeiro volume faz um inventário dos atrativos e das potencialidades ecoturísticas, com a apresentação da oferta existente e caracterização integral dos municípios em foco. O segundo, apresenta um diagnóstico da operação turística da região, e o terceiro compreende as intervenções necessárias, na forma de proposições elaboradas para o desenvolvimento do ecoturismo. As informações apresentadas abrangem todos os municípios de Roraima. É pertinente ressaltar que, antes da sua versão final, o documento foi discutido e avaliado pelos gestores do Governo do Estado e pela equipe técnica do MMA, que propuseram algumas alterações. Pode-se dizer que o documento elaborado, ainda hoje, é importante para o planejamento estratégico do turismo de tipo sustentável no estado de Roraima.

Na elaboração do Plano Plurianual 2004-2007, pela primeira vez, o Governo de Roraima convidou a sociedade civil organizada para dar opinião sobre a realidade local contribuindo para a formulação de diretrizes governamentais. Essa iniciativa deu origem ao Fórum de Debates para o Desenvolvimento Estratégico da Amazônia Legal/Seção Roraima (FDEAM/RR), que, durante dois meses, coletou contribuições de 53 entidades representativas do contexto estadual como a UFRR, Fundação Estadual do Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia (Femact), Centro Federal de Educação Tecnológica (Cefet), Federação de Bandeirantes, entre outros (RORAIMA, 2004, anexo I). Os temas debatidos foram agrupados em 5 áreas temáticas, 19 câmaras setoriais e com 2 audiências públicas. Todo o trabalho foi

⁴⁶ O propósito é estabelecer uma estrutura adequada e implementar as condições necessárias, incluindo os investimentos requeridos, que possibilitarão aos nove estados da Amazônia Brasileira (Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins) se preparar para administrar suas áreas selecionadas para o ecoturismo de forma responsável e adequada, com planejamento, assistência técnica e capacitação.

⁴⁷ O documento está disponível no site oficial do Detur com o título *Inventário Ruschmann do turismo em RR*. Disponível em: <<http://www.turismo.rr.gov.br/site/?governoderoraima=inventario>>.

condensado no Plano Plurianual 2004-2007 que, pela primeira vez, recebeu um slogan, “Roraima, Governo solidário”.

Na sua descrição, salientou-se que, com o apoio do governo federal, seria possível resolver alguns problemas ligados à infraestrutura econômica do estado, a exemplo da pavimentação da BR-174 para fazer valer o Projeto Arco Norte, que possibilitaria a integração de Roraima aos países do Caribe e América do Norte, contribuindo também para melhor intercâmbio regional com o estado de Amazonas. Ambos considerados vitais para o desenvolvimento do turismo de fronteira (RORAIMA, 2004, anexo I).

No que se refere aos projetos relacionados com o setor de turismo, as sugestões no plano foram inseridas na área temática Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia, que destacou a necessidade de construção de um plano estratégico para o desenvolvimento do turismo e o apoio de linhas de crédito para os empreendimentos locais de turismo. Desde a primeira reunião do FDEAM/RR, uma pergunta base foi feita a todos os representantes que faziam parte do Fórum: Qual é o Estado que queremos? Entres as respostas dadas, a de que o estado deve atingir um nível de desenvolvimento social e econômico por meio do turismo (RORAIMA, 2004, anexo I). No Quadro 16, apresentamos as metas físicas e financeiras do PPA 2004-2007 relacionadas com o turismo. Nota-se que nesse PPA a política de turismo não seria de responsabilidade da Seplan, e sim da Secretaria Extraordinária do Desenvolvimento Econômico.

Quadro 16 – Metas de turismo previstas no PPA 2004-2007, Roraima

PLANO PLURIANUAL 2004-2007				Metas físicas		Metas financeiras
Dimensão	Programa	Unidade Responsável	Ações	Unidade de medida	Total	Total PPA
(3) Produção Sustentável	Desenvolvimento dos Setores Produtivos	Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico	Promoção e Desenvolvimento do Turismo	Porcentagem	20	3.073.034,00
TOTAL						3.073.034,00

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do PPA 2004-2007 (RORAIMA, 2004, anexo II-III).

Apesar do interesse da comunidade em desenvolver o turismo no Estado, manifestado no FDEAM/RR, o governo considerou somente o planejamento desse setor no Programa de Setores Produtivos sob a responsabilidade da Secretaria Extraordinária de Desenvolvimento Econômico, com metas físicas estipuladas em 20% do cumprimento.

Para o quadriênio 2008-2011, o denominado Plano de Desenvolvimento Sustentável de Roraima, instituído pela Lei n.º 633 de 7 de janeiro de 2008. O principal objetivo do plano era

promover o crescimento sustentável de Roraima gerando empregos com inclusão social; sua meta era alcançar, em quatro anos, o melhor IDH da região norte do país (RORAIMA, 2008a).

O governo, no plano 2008-2011, enfatizou a necessidade de captar recursos externos para financiar investimentos privados e dinamizar o mercado local; assim, apoiar o modelo de desenvolvimento regional endógeno, que seria estruturado pelos próprios atores locais, e não mais pelo planejamento centralizado. Com respeito ao turismo, o plano visava ao estabelecimento de *clusters* econômicos de turismo em diversas regiões do estado. Na lista dos produtos com potencial para o mercado amplo, o ecoturismo estava colocado em primeiro lugar.

Nas estratégias de governo, o PPA 2008-2011 destacou três pontos: 1) fortalecimento da estrutura gerencial de turismo (criação de uma estrutura autônoma); 2) implantação do Programa de Regionalização; 3) inventariação do turismo no estado. O Quadro 17 apresenta as metas físicas e financeiras do PPA 2008-2011 relacionadas com o turismo.

Quadro 17 – Metas de turismo previstas no PPA 2008-2011, Roraima

PLANO PLURIANUAL 2008 - 2011				Metas financeiras
Dimensão	Programa	Unidade Responsável	Ações	Total PPA
(3) Produção Sustentável	Desenvolvimento dos Setores Produtivos	Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento	Programa de Desenvolvimento do Turismo (Prodetur) em Roraima – ação implementada	1.435.000,00
			Programa de Regionalização do Turismo – município beneficiado	1.133.134,66
			Promoção e Desenvolvimento Sustentável do Turismo – município beneficiado	4.530.741,00
TOTAL				7.098.875,66

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do PPA 2008-2011 – Seplan (RORAIMA, 2008a).

O Quadro 17 mostra que foram acrescentadas ações para o desenvolvimento do turismo, destacando a implementação do Programa de Regionalização do Turismo por ser prioritário como fator estruturante da atividade turística no estado.

Em 2008, elaborou-se no estado uma versão do Projeto Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo (Prodetur), orçado em US\$ 223 milhões de dólares americanos, cuja fonte de financiamento seria o BID e o governo estadual. O Quadro 18 mostra a

distribuição orçamentária por fonte de financiamento e o Quadro 19, as fontes por componentes com os valores em dólares correspondentes.

Quadro 18 – Custo total por fontes de recursos, Prodetur

Tipos de Fonte de Financiamento	Valores	
	US\$ americanos	%
Externa (BID)	133.818.523,30	60
Interno (Governo do Estado de Roraima)	89.212.348,86	40
Total	223.030.872,16	100

Fonte: Roraima (2008b).

Quadro 19 – Custo total por componente, Prodetur

Componentes	US\$ americanos	%
1. Estratégia de Produto Turístico	26.753.704,66	12
2. Estratégia de Comercialização	17.842.469,77	8
3. Fortalecimento Institucional	17.842.469,77	8
4. Infraestrutura de Serviços Básicos	133.818.523,30	60
5. Gestão Ambiental	15.162.161,05	7
6. Encargos, Gerenciamento, Equipe e Auditoria	11.151.543,61	5
Total	223.030.872,17	100%

Fonte: Roraima (2008c).

O Prodetur foi estruturado para ter vigência de cinco anos com o objetivo geral de melhorar a qualidade de vida da população residente no Polo Serras, Savanas e Florestas e nas suas áreas de abrangência. Faz parte desse polo 11 municípios, sendo estes: Alto Alegre, Amajari, Boa Vista, Bonfim, Cantá, Caracará, Iracema, Mucajaí, Pacaraima, Rorainópolis e Uiramutã. Vale dizer que até os dias atuais o projeto elaborado não foi implementado.

Para o PPA 2012-2015, denominado Plano de Desenvolvimento Sustentável, instituído pela Lei n.º 837, de 17 de janeiro de 2012 (RORAIMA, 2012b), na gestão do governador José de Anchieta Júnior até 2014, a questão ambiental foi foco do documento que tinha como premissa que o desenvolvimento é a busca do equilíbrio entre a sustentabilidade econômica, social e ambiental e no que se refere às áreas protegidas. Da mesma forma, as áreas protegidas foram priorizadas. Diante da exigência nacional de preservar a Amazônia por meio da Reserva

Legal, da criação e ampliação de unidades de conservação, com o combate ao desmatamento indiscriminado, o governo estadual teve como prioridade as áreas protegidas.

O modelo de desenvolvimento teve ainda na sua dimensão espacial a integração Norte do Brasil ao Sul da Venezuela e ao Atlântico pela Guiana. O propósito era interligar a bacia dos rios Amazonas e Orinoco, pela valorização do Corredor de Integração Rodoviário Manaus-Roraima-Bolívar/Orinoco-Georgetown. Na dimensão setorial, a implantação e fortalecimento das atividades econômicas complementares interfronteiriças e transfronteiriças, com a prioridade na produção de alimentos e produtos de encadeamento regional, incluindo o turismo (RORAIMA, 2012b, anexo I).

Nas estratégias para atingir os objetivos relacionados com o turismo, destacaram-se: a criação e regulamentação da lei estadual para o etnoturismo, com a participação das comunidades indígenas; o fortalecimento do Fórum Estadual de Turismo; criação da Secretaria ou Fundação de Turismo; criação de centro de informações turísticas nas cidades fronteiras de Bonfim e Pacaraima, no aeroporto e na rodoviária de Boa Vista; como também nos demais municípios do estado com potencial turístico; implantação e instrumentalização do Prodetur; e criação do Policiamento Especializado de Turismo. O Quadro 20 apresenta as metas físicas e financeiras do PPA 2012-2015 relacionados com o turismo.

Quadro 20 – Metas de turismo previstas no PPA 2012-2015, Roraima

PLANO PLURIANUAL 2012-2015				Metas físicas		Metas financeiras
Dimensão	Programa	Unidade Responsável	Ações	Unidade de medida	Total	Total PPA
(2) Crescimento Sustentável	Desenvolvimento dos Setores Produtivos	Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento	Programa de Desenvolvimento do Turismo (Prodetur) em Roraima	Percentual	300	197.971.764,00
			Programa de Regionalização do Turismo – município beneficiado	Unidade	15	2.499.009,00
			Promoção e Desenvolvimento sustentável do Turismo – município beneficiado	Unidade	15	5.062.815,00
TOTAL						205.533.588,00

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do PPA 2012-2015 – Seplan (RORAIMA, 2012b, anexo II-III).

No PPA 2012-2015, é importante observar que, na dotação de recursos financeiros para o Prodetur-RR, houve um acréscimo, comparado com o PPA anterior, de 13.795% dos recursos. Em 2011, a dotação orçamentária do Prodetur-RR foi de 1.435.000,00 reais e, em 2015, de 197.971.764,00 (RORAIMA, 2012b, anexo II-III).

4.2.6 Ações, planos e programas de turismo implementados pelo Departamento de Turismo de Roraima

Na década de 1990, a execução das metas de turismo era de responsabilidade da Coordenadoria de Turismo (Codetur), subordinada à área de planejamento da Seplan. Dentro das competências, o Prodetur procurou realizar reuniões de sensibilização e explicações sobre o PNMT. Em 1998, realizou-se a 1.^a Oficina de Turismo em áreas indígenas no Brasil, na Maloca da Raposa, município de Normandia, ação do governo estadual em parceria com o Sebrae, Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e Funai.

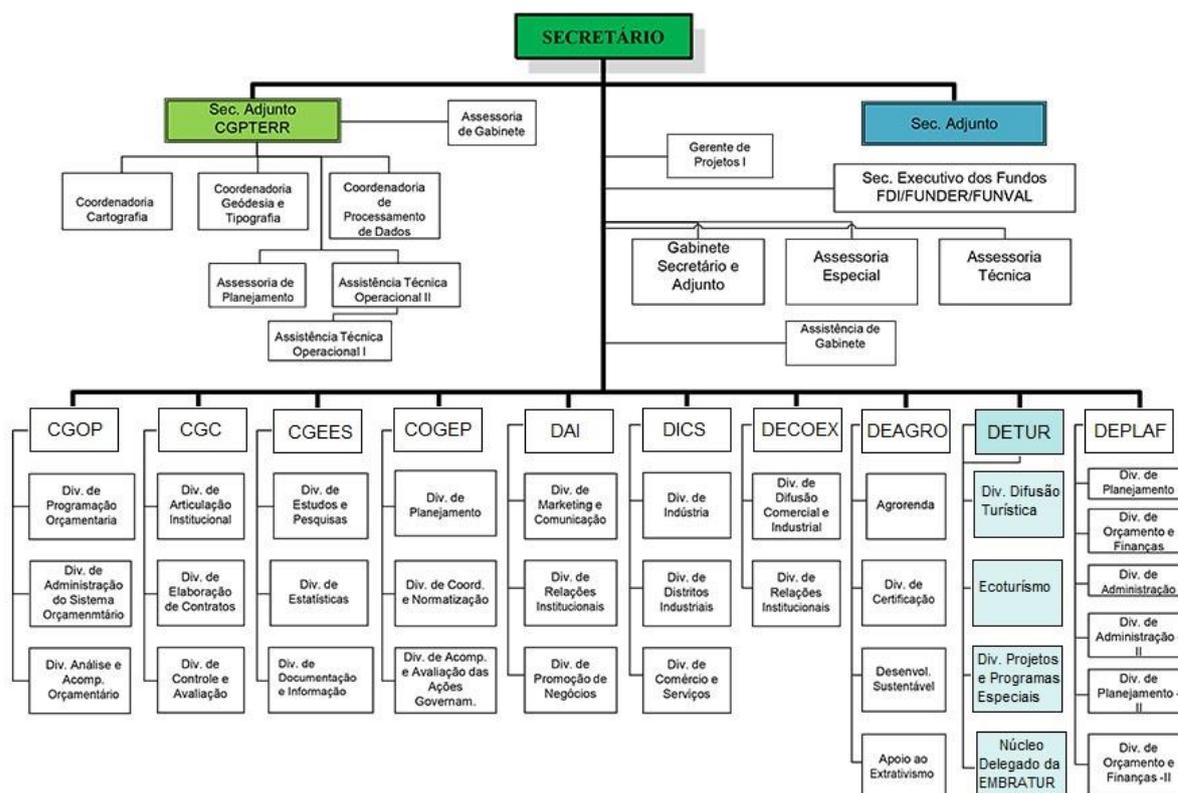
Em 1999, realizaram-se mais 13 oficinas no estado. Em 2000, o governo estadual incluiu os municípios de Uiramutã e Pacaraima no programa, considerando o potencial desses municípios para desenvolver o ecoturismo na região. Em 2001, foram adicionados os municípios de Rorainópolis, Mucajaí, São Luiz do Anauá, São João da Baliza, Caroebe, Bonfim e Normandia. Como resultado desse trabalho, destaca-se a experiência de Mucajaí, que elaborou seu primeiro Plano de Desenvolvimento do Turismo Sustentável e, também, a capacitação e treinamento de novos moderadores nacionais (MIRANDA, 2004).

Não obstante, no Relatório do período 1997-2001, a Codetur apontou as principais dificuldades encontradas na implementação do PNMT: morosidade das decisões políticas nas três esferas de governo, delonga na criação dos Conselhos Municipais de Turismo, dificuldade dos multiplicadores em conscientizar e sensibilizar a população para reuniões, custos elevados para realização de oficinas, indefinição do papel dos monitores municipais pós-oficinas com relação aos compromissos futuros, acomodação, rotatividade dos gestores municipais das áreas de Turismo em Boa Vista, o não comprometimento da Funai no Comité Estadual do PNMT/RR; falta de maior envolvimento dos parceiros e a morosidade na liberação dos recursos financeiros por parte da Embratur, para realização das oficinas no estado (RORAIMA, 2002).

Em 2003, com a criação do Ministério do Turismo e a reformulação da política nacional para o setor, houve maior regionalização das ações de turismo com a criação dos Fóruns de Turismo e as Câmaras temáticas para articular e desenvolver o programa regional. Nesse novo contexto, o governo de Roraima transformou a Codetur em Departamento de Turismo (Detur),

que era integrante da estrutura administrativa organizacional da Seplan, criado em 17 de janeiro de 2003 pela Lei Delegada n.º 7. O Detur, na estrutura organizacional da Seplan, divide-se em quatro departamentos, tal como se mostra na Figura 29.

Figura 29 – Organograma da Seplan



Fonte: Roraima (2015).

Compete ao Detur programar, coordenar, divulgar, incentivar, analisar e avaliar a execução das atividades relacionadas com a elaboração de planos, programas, projetos, estudos e pesquisas para o desenvolvimento do turismo no estado. O Detur forma-se por quatro divisões, compostas em 2018, por 15 servidores responsáveis pelas atividades estratégicas do turismo, sendo 10 efetivos e 5 comissionados. O Quadro 21 mostra as funções de cada divisão vinculada ao departamento.

Quadro 21 – Atribuições das divisões do Detur de Roraima, 2018

Divisão de Projetos e Programas Especiais	Divisão de Difusão Turística
<p>Identificar nas Prefeituras, demandas para treinamento de multiplicadores, na elaboração de projetos (requisitos em termos estadual e federal)</p> <p>Propor ações em consonância com a Política Estadual de Turismo, execução de Convênios com Instituições de Ensino Superior na área de Turismo</p> <p>Disponibilizar às Prefeituras, a sociedade em geral, classe empresarial Dados Oficiais que possam orientar o planejamento e as instalações de empresas turísticas, contribuindo para o ordenamento e uso do território de forma sustentável</p> <p>Coordenar e acompanhar as atividades do Fórum Estadual de Turismo, tais como Atas, Estatuto e demais reuniões ordinária e extraordinária (Secretaria Executiva)</p> <p>Coordenar ações e implantação do Programa Iniciação Escolar para o Turismo.</p>	<p>Promover o Turismo regional, nacional e internacional por meio da Promoção em Comunicação, Publicidade, Propaganda e Marketing, bem como articular, cadastrar projetos de publicidade a serem financiados por meio da verba descentralizada do MTur</p> <p>Fomentar a comercialização dos produtos e serviços turísticos evidenciados em Feiras, Congressos e Eventos da área de Turismo</p> <p>Desenvolver ações de divulgação do potencial turístico do estado, gerenciando a organização do calendário de eventos e do guia turístico estadual</p> <p>Elaborar e manter o banco de dados com acervo fotográfico e de imagens em CD e DVD, bem como material informativo (Folheteria)</p> <p>Coordenar a prestação de informações turísticas nos Centros de Informações Turísticas (CIT), localizados nos principais portões de entrada e fluxo de turistas no estado de Roraima.</p>
Coordenação do Núcleo Delegado da Embratur	Ecoturismo
<p>Gerenciar por instrumento oficial de convênio: cadastramento e regulamentação das empresas de turismo e profissionais especializados nesse segmento</p> <p>Orientar e controlar os serviços prestados por essas empresas e instruir os responsáveis pelos meios de hospedagem de turismo, quanto à utilização da Ficha Nacional de Registro de Hóspedes (FNRH), do Boletim de Ocupação Hoteleira (BOH)</p> <p>Proceder às vistorias de cunho orientativo no <i>trade</i> turístico, com vista à manutenção do controle de qualidade dos serviços e equipamentos turísticos</p> <p>Disponibilizar indicadores do turismo de Roraima</p> <p>Instruir processo de classificação hoteleira (nova classificação), em parceria com órgãos especializados e credenciados no Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro).</p>	<p>Fomentar, incentivar, articular, planejar e elaborar projetos voltados para o desenvolvimento sustentável do ecoturismo, etnoturismo, turismo ecológico, de pesca e social no estado</p> <p>Coordenar e fortalecer campanhas de sensibilização de acordo com a Política Nacional de Turismo no estado, Campanha contra a Exploração Sexual no Turismo</p> <p>Articular com os governos municipais para o estabelecimento de normas, para prática de turismo de lazer, esportivo ou educacional, em áreas naturais, que se utiliza de forma sustentável dos patrimônios natural e cultural</p> <p>Incentivar a conservação de áreas naturais de interesse turístico, promovendo a formação de consciência ambientalista e garantindo o bem-estar das populações envolvidas em parceria com instituições afins</p> <p>Articular com as Prefeituras com vista à implantação e implementação do Programa de Regionalização, na criação das Instâncias de Governança.</p>

Fonte: Detur, 2018.

Até 2016, o Detur funcionava nas instalações da Seplan (Figura 30), mas mudou-se em 2017 para a Casa de Turismo situada na Avenida Glaycon de Paiva, n.º 280, centro de Boa Vista. O propósito da mudança era aproximar fisicamente o Detur da Associação Brasileira de Agências de Viagens em Roraima (Abav-RR), Conventions & Visitors Bureau e a Associação Brasileira de Locadora de Automóveis em Roraima (Abla-RR), todos funcionando no mesmo prédio.

Figura 30 – Sede da Seplan, 2018



Fonte: a autora, 2018.

Havia a intenção por parte do governo de integrar na Casa de Turismo às instituições ligadas ao setor, trabalhando próximas umas das outras, facilitando a troca de conhecimentos, informações, experiências, e sobretudo, fortalecendo as relações entre os profissionais da área. Nesse ambiente integrado, o Detur funciona como consultoria e apoio a projetos de captação de recursos e capacitação demandada pelos operadores. Ressaltamos que a Casa de Turismo, por ser um ambiente dedicado ao turista, precisa ainda de melhorias na sua apresentação física, como se pode observar na Figura 31.

Figura 31 – Sede Casa de Turismo, 2018



Fonte: a autora, 2018.

Depois desta breve descrição sobre a criação e o funcionamento do Detur, apresentamos agora as principais ações, os planos e programas cumpridos pelo departamento desde sua criação em 2003. Em 2005, o Detur concretizou a elaboração do documentário *Roraima: o ponto alto do Brasil*⁴⁸ como uma ferramenta para divulgação do turismo no extremo norte do Brasil. A Figura 32 mostra o conteúdo do vídeo distribuído às agências nacionais de viagens.

⁴⁸ No site oficial do Detur, pode-se acessar o vídeo publicitário publicado no Youtube, em 8 de julho de 2011, com 14.339 visualizações. Disponível em: <<http://www.turismo.rr.gov.br/site/?governoderoraima=videos>>.

Figura 32 – Conteúdo do documentário *Roraima: o ponto alto do Brasil*

GOVERNO DO ESTADO DE RORAIMA
"Amazônia Patrimônio dos Brasileiros"

CONTEXTO PARA EDIÇÃO DE IMAGENS DO FILME DOCUMENTÁRIO		EMBRATUR - SEPLAN/DETUR ANO: 2005 DURAÇÃO: 9'09"
TÍTULO: RORAIMA - O PONTO ALTO DO BRASIL		
Time inicial para edição	Time final ao corte edição	CONTEXTO ABORDADO
30"	1'10"	Abertura com contextualização do Monte Roraima e aspectos históricos.
2'10"	2'28"	Abordagem da existência de Serras e formações rochosas distintas.
2'33"	3'27"	Contextualização de Boa Vista como cidade indutora ao desenvolvimento do turismo integrado.
3'39"	4'20"	Contextualização geográfica, abordagem das formações rochosas de serras e montes, bem como contexto histórico-cultural.
5'19"	5'37"	Abordagem climática sobre a região dos lavrados e entorno.
7'06"	7'55"	Exposição da rica biodiversidade Roraimense, a questão do cultural, artesanato, paisagens naturais, relevos imagens do Tepequém - Amajari.
8'15"	8'40"	Reflexões narrativas conclusivas do filme documentário para a estruturação da nova proposta resumida.

Fonte: Detur, 2005.

Além desse vídeo, o Detur publicou, em 2016, os vídeos: *Serra Grande: município de Cantá; Tepequém e Vídeo turismo*, com visualização no Youtube, um canal com alcance mundial e de acesso gratuito.

Em 2009, por iniciativa do Detur, Roraima participou da quarta edição do Salão de Turismo de São Paulo. O estado foi representado por uma equipe de 34 pessoas: cinco técnicos do Detur para participar da Feira de Roteiros; cinco artesãos; dezesseis artistas para participar da vitrine de manifestações culturais; quatro empresários para fazer parte da roda do negócio; dois *chefs* para a mostra gastronômica e dois assessores de Imprensa da Seplan para cobrir a participação do estado no evento. Cabe destacar, que, na quarta edição do Salão, lançou-se o *Guia turístico Roraima: ecológico, histórico e cultural*, porque era um local favorável para a divulgação e promoção das potencialidades turísticas, além dos tipos de serviços existentes. A Figura 33 mostra a capa do guia.

Figura 33 – Capa do *Guia turístico Roraima: ecológico, histórico e cultural*, 2009



No mesmo ano, mês de novembro, o estado participou também, pela terceira vez consecutiva, da V Feira Internacional da Amazônia (Fiam), organizada pela Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa). O evento realizado nos dias 25 a 28 de novembro em Manaus contou com a participação dos estados amazônicos e de países visitantes, como Equador, Chile, Colômbia, Portugal, e da Guiana Francesa (departamento ultramarino da França na costa atlântica da América do Sul). O objetivo da Fiam foi estimular o desenvolvimento econômico, social, científico e tecnológico como proposta de sustentabilidade para a região.

Em parceria com o Sebrae e o Instituto Federal de Roraima (IFRR), o Detur realizou, ainda em 2009, a segunda edição do Seminário Internacional de Turismo, Etnoturismo e Meio Ambiente no estado. Esse evento buscou esclarecer dúvidas relacionadas com as estratégias ambientais nas regiões turísticas, sobre a fiscalização das atividades turísticas desenvolvidas no meio ambiente, do turismo em área indígena e sobre unidade de conservação e observação de pássaros. Houve palestras e apresentação de trabalhos acadêmicos, obedecendo modelos de construções apropriados para o Ecoturismo.

Segundo o Relatório de Acompanhamento do Plano Plurianual 2008-2011, o Detur, em 2009, fez a distribuição de 500 cartilhas, 500 leques, 100 *flys* e 200 camisetas na mobilização e sensibilização para o enfrentamento do turismo sexual no estado.

A campanha realizada desde 2007 era uma parceria da Seplan com o Conselho Tutelar do estado. A Figura 34 mostra a capa da cartilha distribuída pelo Detur contra o tráfico e a exploração sexual de crianças e adolescentes no estado.

Figura 34 – Capa da cartilha contra o turismo sexual

DENUNCIAR É UM DEVER DE TODOS!

CONSELHO TUTELAR
0800 280 9525

OU DISQUE 100

O QUE É O SERVIÇO 100?

O Disque Denúncia Nacional, ou Disque 100, é um serviço de proteção de crianças e adolescentes com foco em violência sexual, vinculado ao Programa Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, da SPDCA/SDH. Trata-se de um canal de comunicação da sociedade civil com o poder público, que possibilita conhecer e avaliar a dimensão da violência contra crianças e adolescentes e o sistema de proteção, bem como orientar a elaboração de políticas públicas.

**GOVERNO DE RORAIMA**
Trabalho pra valer, trabalho pra crescer.

RORAIMA CONTRA O TRÁFICO E A EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES



EXPLORAÇÃO SEXUAL
NO TURISMO É **CRIME**.

UMA LIGAÇÃO PODE
DERRUBAR UMA REDE INTEIRA.

Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento

**GOVERNO DE RORAIMA**
Trabalho pra valer, trabalho pra crescer.

Em 2009, outras ações efetuadas pelo Detur foram: acompanhamento para a implementação do Centro de Informações Turísticas (CIT) de Pacaraima em parceria com a Universidade Estadual de Roraima (UERR); acompanhamento da criação da Área de Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Tepequém, Amajari; participação no “Arraial da Três Nações”, com o tema Nossa Terra, Nosso Chão; participação no 11.º Encontro Nacional dos Interlocutores do PRT e na reunião de Coordenadores Regionais dos serviços turísticos; participação na Abav 2009 no Rio de Janeiro; e em 2013, participação do II Encontro Prodetur em Brasília.

Em 2015, já na gestão da governadora Suely Campos, o Detur teve como prioridade o desenvolvimento do turismo nos municípios de Pacaraima, Amajari, Mucajaí, Iracema, Caracará e Rorainópolis; a reestruturação do Órgão Oficial de Turismo; a construção do Centro de Convenções do Estado de Roraima; a implantação da sinalização turística no polo de ecoturismo; a elaboração do Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo Integrado e Sustentável (PDTIS); ações do fortalecimento do Corredor Caribe-Amazônia e apoio às pesquisas sobre o turismo no estado. Até a atualidade, nenhuma dessas ações foi executada.

Em 2016, o Detur inaugurou o Centro de Atendimento ao Turista (CAT) no Aeroporto Internacional de Boa Vista – Atlas Brasil Cantanhede. A implantação do CAT teve apoio da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero) por meio da cessão do local para o atendimento aos turistas. Os serviços funcionam durante toda a semana, das 15 horas às 23 horas; o centro é ponto de apoio para os visitantes, prestando informações básicas sobre hospedagem, transporte público, restaurantes, centros de lazer, além de divulgar material sobre roteiros turísticos e eventos culturais no estado. Esse é o único CAT em Roraima, ficando pendente a habilitação dos CAT da Rodoviária Internacional de Boa Vista, dos municípios de fronteira, Pacaraima e Bonfim; e em Rorainópolis, divisa com o Amazonas.

4.2.7 O Detur e o Fórum Estadual de Turismo

Uma das funções principais do Detur é coordenar como secretaria executiva o Fórum Estadual de Turismo, instalado no estado em 21 de novembro de 2003, com a publicação no Diário Oficial, Decreto n.º 5.552 em 19 de novembro de 2003. O Fórum espelhado no Conselho Nacional de Turismo, constitui-se um instrumento propositivo, consultivo e de descentralização das ações definidas no Plano Nacional de Turismo. A Figura 35 detalha as competências e a composição inicial do Fórum.

Figura 35 – Ata da criação do Fórum Estadual de Turismo de Roraima, 2003



Diário Oficial

Estado de Roraima

Francisco Flamarion Portela – Governador do Estado de Roraima



ANO X	BOA VISTA - RR, (QUARTA-FEIRA) 19 DE NOVEMBRO DE 2003 12º ANO DA INSTALAÇÃO DO ESTADO	220
--------------	--	------------

S U M Á R I O

	PÁGINA
ATOS DO PODER EXECUTIVO	
Governadoria do Estado	01
Gabinete Civil	04
Secretaria de Estado de Planejamento e Orçamento	04
Secretaria de Estado da Administração	04
Secretaria de Estado da Fazenda	05
Secretaria de Estado da Educação, Cultura e Desporto	06
Secretaria de Estado do Desenvolvimento	06
Secretaria de Estado da Saúde	07
Departamento Estadual de Trânsito de Roraima	07
Instituto de Terras e Colonização do Estado de Roraima	08
Instituto da Previdência do Estado de Roraima	08
ATOS DO PODER LEGISLATIVO	
Assembleia Legislativa do Estado de Roraima	08
ATOS DO PODER JUDICIÁRIO	
1ª Vara do Trabalho de Boa Vista	09
Outras Publicações	17

Este Jornal circula com 20 páginas

ATOS DO PODER EXECUTIVO

Governadoria do Estado

DECRETO Nº 5.542-E DE 19 DE NOVEMBRO DE 2003.

Cria o FÓRUM ESTADUAL DE TURISMO de Roraima e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RORAIMA, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 62, inciso III, da Constituição Estadual,

DECRETA:

Art. 1º Fica criado o Fórum Estadual de Turismo de Roraima, instrumento de caráter consultivo, consultivo e de descentralização das ações definidas no Plano Nacional de Turismo, responsável por avaliar e ordenar as demandas dos Municípios tendo ainda como finalidade explicitar o pensamento do governo, interpretar as necessidades dos diversos segmentos que compõem a cadeia produtiva do turismo no Estado de Roraima e atender as expectativas das comunidades envolvidas, consolidando seu desenvolvimento.

Art. 2º Compete ao Fórum Estadual de Turismo de Roraima:

I - Propor diretrizes e oferecer subsídios e contribuições que possam promover o desenvolvimento da Política Estadual de Turismo, de maneira integrada com o desenvolvimento turístico de Roraima, da Amazônia e do Brasil.

II - Colaborar na implementação e atualização permanente do Plano de Desenvolvimento Turístico do Estado de Roraima;

III - Auxiliar o titular do órgão executivo estadual de turismo na avaliação da Política Estadual deste setor econômico especializado;

IV - Zelar para que o desenvolvimento da atividade turística no Estado de Roraima se faça sob a égide da sustentabilidade ecológico-econômica, cultural e social em conformidade com a legislação que regula o setor;

V - Emitir pareceres, sempre que solicitado pelo órgão executivo estadual de turismo, sobre questões relacionadas ao turismo estadual e suas interfaces na cadeia produtiva regional como um todo;

VI - Propor ações que visem a incrementar a função social do turismo a fim de contribuir com a municipalização do desenvolvimento sustentável;

VII - Colaborar, dentro de sua competência, para a melhoria da qualidade e produtividade do setor de turismo, visando a geração de emprego e renda e redução das desigualdades sociais;

VIII - Implementar estratégias de Marketing nos mercados nacional e internacional a fim de aumentar a participação dos produtos turísticos roraimenses nos mesmos;

IX - Proceder de modo que a Legislação regulatória da atividade turística seja efetivamente aplicada na jurisdição estadual;

X - Propor ações para o desenvolvimento turístico sustentável a nível interno e fomento do fluxo externo de Roraima.

Parágrafo único. O Fórum reunir-se-á bimensalmente.

Art. 3º O Fórum Estadual é composto por membros titulares e suplentes, na seguinte disposição:

Representante de cada entidade do Poder Público:

Secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico - SEDE - que o presidirá;

Departamento Estadual de Turismo - DETUR;

Secretaria Estadual de Articulação Municipal - SEAM;

Secretaria Estadual do Trabalho e Bem Estar Social - SETRABES;

Secretaria Estadual do Índio - SEI;

Secretaria Estadual de Educação Cultural e Desportos - SECD;

Secretaria Estadual de Segurança Pública - SESP;

Secretaria Estadual de Justiça e Cidadania - SEJUC;

Secretaria Estadual da Fazenda - SEFAZ;

Coordenadoria de Comunicação Social - CCS;

Fundação Estadual de Meio Ambiente Ciência e Tecnologia - FEMACT;

Agência de Fomento do Estado de Roraima - AFERR;

Instituto de Terras de Roraima - ITERAIMA.

2 - Representante de cada Órgão Federal convidado:

Banco do Brasil - BB;

Caixa Econômica Federal - CEF;

Banco da Amazônia - BASA;

Centro Federal de Ensino Tecnológico de Roraima - CEFET;

Universidade Federal de Roraima - UFRR;

Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e de Recursos Naturais Renováveis - IBAMA.

3 - Entidades da iniciativa privada e Organizações não-governamentais, convidadas:

Associação Brasileira da Indústria Hoteleira - ABIH/RR;

Associação Brasileira de Locadoras de Automóveis - ABLA/RR;

Associação dos Artesãos de Roraima;

PÁG. 02Diário OficialBOA VISTA, 19 DE NOVEMBRO DE 2003

Associação dos Micros Empresários de Roraima - AMER;

Federação do Comércio - FECOR;

Federação do Comércio e das Indústrias de Roraima - FACIR;

Federação das Indústrias do Estado de Roraima - FIER;

Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Roraima - FETAG;

Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE/RR;

Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio - SENAC/RR;

Associação dos Municípios de Roraima - AMR;

Câmara Estadual de Turismo - CAMATUR;

Sindicato das Empresas de Transporte Rodoviário de Roraima - SINDAIMA;

Câmara Venezuelana/Brasileira de Comércio e Indústria;

Câmara de Comércio Brasil/Guiana;

Projeto Nova Esperança - PRONESP;

Associação Brasileira de Agentes de Viagem - ABAV/RR;

Sindicato dos Guias de Turismo de Roraima - SINGTUR/RR.

§ 1º - O Presidente do Fórum poderá convidar outras entidades da iniciativa pública e privada a participarem do colegiado.

§ 2º - Ao Diretor do Turismo compete exercer a função de Secretário Executivo do Fórum Estadual de Turismo.

Art. 4º Os Conselheiros e seus suplentes não serão remunerados, sob qualquer hipótese, pela participação no Fórum.

Art. 5º O Fórum Estadual de Turismo de Roraima terá Regimento Interno aprovado pelo próprio colegiado e homologado pelo Presidente do Fórum.

Parágrafo Único. O Fórum terá Câmaras Setoriais para cada pólo turístico devidamente estabelecido e instalado em conformidade com o Plano de Desenvolvimento Turístico do Estado de Roraima em até seis (6) meses após a vigência deste decreto. As referidas câmaras serão regidas de acordo com as respectivas disposições do regimento interno do Fórum de Roraima, devendo promover a municipalização do desenvolvimento turístico sustentável em cooperação com os Conselhos Municipais de Turismo da área.

Art. 6º Os membros do Fórum Estadual de Turismo serão designados pelo Governador do Estado, mediante indicação dos titulares dos órgãos e entidades representadas.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Senador Hélio Campos - RR, 19 de novembro de 2003.

FRANCISCO FLAMARION PORTELA
Governador do Estado de Roraima

DECRETO Nº 5.543-E DE 19 DE NOVEMBRO DE 2003.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RORAIMA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62, inciso III, da Constituição Estadual.

A finalidade do Fórum é avaliar e ordenar as demandas dos municípios, percebendo as necessidades dos diversos segmentos que compõem a cadeia produtiva do turismo no Estado. Compete ao Fórum propor soluções, aprovar projetos e ações a serem investidos para o desenvolvimento do turismo, e promover a integração das instituições públicas e privadas que trabalhem com o segmento. A sua composição inicial foi constituída por 13 representantes do poder público, 6 representantes de Órgãos Federais incluindo Banco do Brasil, Ibama, UFRR e 18 representantes de entidades da iniciativa privada e organizações não governamentais.

Pela importância de formatar uma identidade institucional turística de Roraima, na reunião do Fórum Estadual de Turismo, de 9 de maio de 2007, registrado na Ata 22, aprovou-se o slogan “Roraima, o Brasil do Extremo Norte”, com as seguintes especificações: assinatura Roraima reta e em cor azul; o sol no meio da assinatura, na cor amarela; imagem do Monte Roraima ao lado esquerdo e ao lado direito a árvore de buriti, tal como se mostra na Figura 36.

Figura 36 – Slogan “Roraima, o Brasil do Extremo Norte”



Fonte: Seplan, 2015.⁴⁹

Na 27.^a Reunião do Fórum Estadual de Turismo, realizada em 10 de outubro de 2007, a representante da Secretaria de Estado do Trabalho e Bem-Estar Social (Setrabes) no Fórum, Adriana Gigante, apresentou a minuta do anteprojeto de resolução recomendando estudo de viabilidade técnico-administrativa para o reordenamento institucional e programático do Departamento de Turismo. Nessa reunião, a representante do Instituto de Terras e Colonização

⁴⁹ Disponível em: <<http://www.turismo.rr.gov.br/site/>>. Acesso em: 16 fev. 2018.

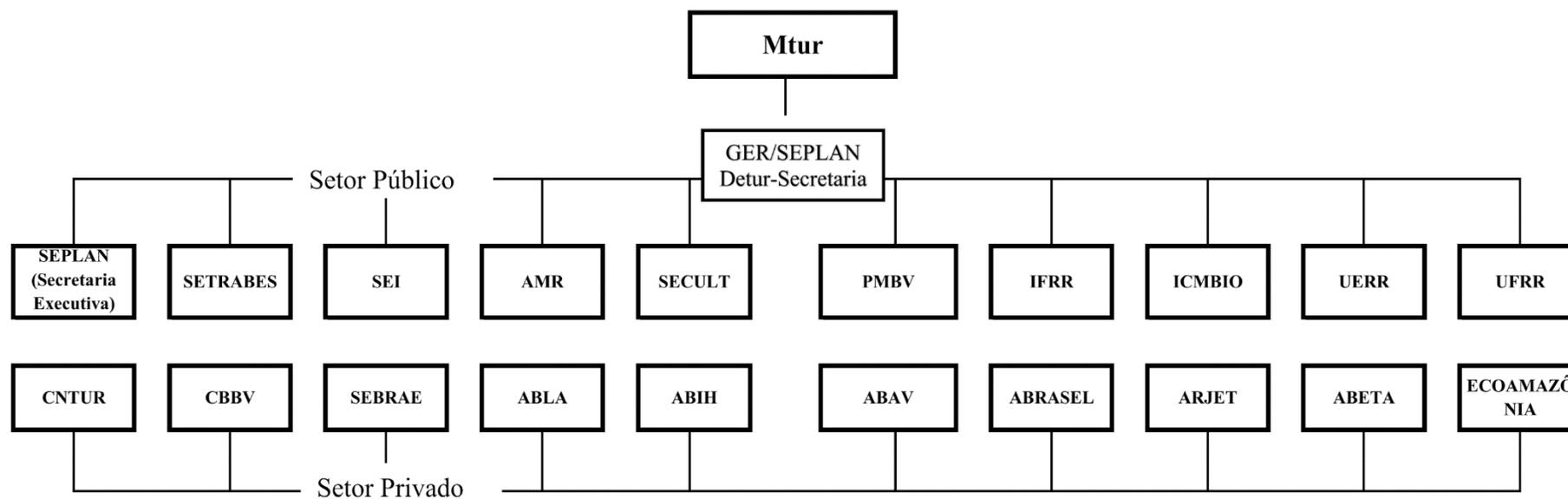
de Roraima (Interaima), Marta Zaccarini, sugeriu que o Governo do Estado criasse a Secretaria de Turismo, e o representante da Câmara Estadual de Turismo (Camatur), Ricardo Peixoto, a criação da Fundação Estadual de Turismo. Nenhuma dessas propostas foi considerada pelo governo até os dias atuais.

Em reunião de 9 de maio de 2013, o Fórum Estadual de Turismo contou com a presença do presidente da Comissão de Comércio, Indústria e Turismo da Assembleia Legislativa do Estado e deputado Francisco Brito Bezerra. Na reunião, aprovou-se a Lei n.º 825 de Turismo de Aventura e, mais uma vez, os participantes, de forma coletiva, indicaram a necessidade de criação da Secretaria de Turismo do Estado. Também se propôs a criação de um Grupo de Trabalho para discutir o Plano Estadual de Turismo. O deputado Francisco Brito Bezerra comprometeu-se em participar do grupo de trabalho e apoiá-lo na Assembleia Legislativa. O professor Bruno de Brito, da Universidade Estadual de Roraima, assumiu a tarefa de apresentar na reunião a seguinte proposta inicial da Política Estadual de Turismo, que tinha como objetivo geral transformar Roraima em destino turístico diferenciado e competitivo, tanto para o mercado nacional quanto internacional. Desse modo, contribuindo para posicionar o setor entre as atividades líderes do estado. Ressaltamos que a proposta final da política até o presente momento não foi concluída.

Em fevereiro de 2016, foram criados dois grupos de trabalho específicos. O GT Tepequém teve como objetivo levantar inconformidades no contexto do meio ambiente, da cultura e do turismo, no âmbito da região Vila do Tepequém – município do Amajari –, visando intervenções urgentes e planejamento, contemplando as dimensões econômica, social, cultural e ambiental, e o GT Planejamento Estratégico das Terras Indígenas para identificar e propor ações para a melhoria da qualidade de vida e as condições plenas do turismo cultural, em consonância com a aprovação dos povos indígenas das comunidades de São Marcos e Yanomami.

Na atualidade, o Fórum Estadual de Turismo está composto por 22 instituições, sendo 12 instituições do setor público e 10 do setor privado. Embora pouco operante, o colegiado continua funcionando como o espaço de propostas de conhecimento, debates, aperfeiçoamento das relações entre governo e iniciativa privada em prol do segmento turístico no estado. A Figura 37 mostra o organograma atual do Fórum.

Figura 37 – Organograma atual do Fórum Estadual de Turismo de Roraima



Fonte: Detur, 2016.

4.2.8 Dados estatísticos do turismo em Roraima

Com a finalidade de perceber o desenvolvimento do turismo em Roraima, esta seção mostra os dados coletados no Ministério do Turismo. Os indicadores turísticos do estado foram elaborados pelo Detur mediante a Ficha Nacional de Registro de Hóspedes (FNRH) e do Boletim de Ocupação Hoteleira (BOH); também com base nos dados disponibilizados pelo Terminal Rodoviário de Boa Vista, Infraero e Embratur entre outras instituições. Todas elas têm contribuído para formar os indicadores turísticos de Roraima.

Na Tabela, apresentamos o *trade* turístico de Roraima entre 2003 e 2017 registrados no sistema Cadastur⁵⁰ do MTur.

Tabela – Prestadores de serviços turísticos em Roraima 2003-2017 registrados no Cadastur

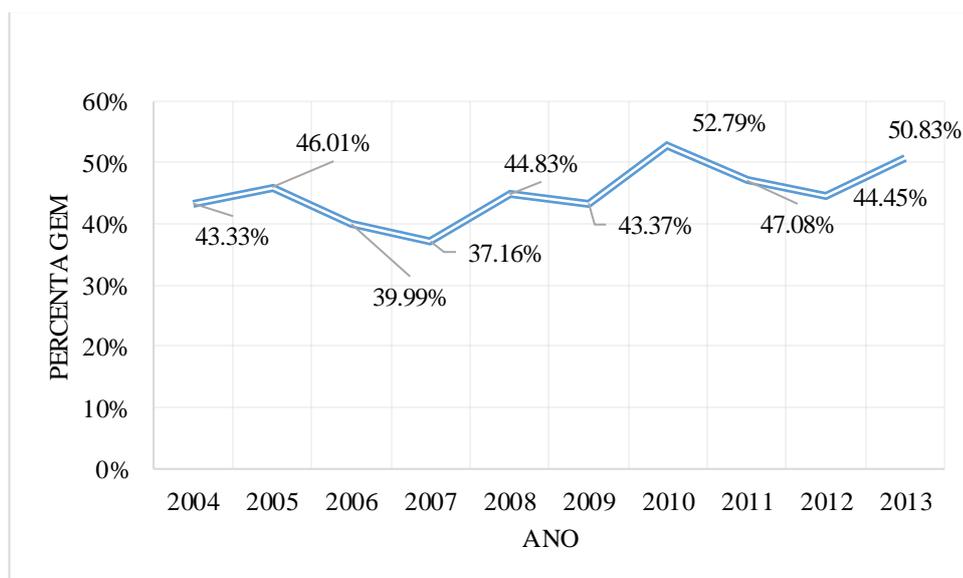
TIPO ATIVIDADE	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2015	2017
Agências de Turismo	20	18	18	6	15	13	35	35	35	35	39	58	53
Meios de Hospedagem	9	7	9	7	7	7	22	18	18	18	21	32	30
Transportadora Turística	3	2	3	1	0	4	7	6	7	6	7	7	9
Organizadora de Eventos	0	0	2	0	1	3	4	4	3	12	23	13	10
Restaurantes/ Bares e Similares	-	-	-	-	-	-	2	3	4	3	19	6	7
Guias de Turismo	8	12	22	0	5	1	9	9	9	11	13	15	12
Bacharel em Turismo	-	-	-	-	-	5	5	7	8	-	-	-	-
Locadora de Veículos	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1	2	3	3
Prestador de Infraestrutura de Apoio a Eventos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4
TOTAL	40	39	54	14	28	33	84	82	85	86	124	134	128

Fonte: Roraima (2008c, 2009b, 2011, 2013).

⁵⁰ É o sistema de cadastro gratuito de pessoas físicas e jurídicas que atuam no setor de turismo; o cadastro é uma importante fonte de consulta para o turista. Os benefícios são: participação em programas de qualificação promovidos e apoiados pelo MTur; acesso a financiamento por meio de bancos oficiais; apoio em eventos, feiras e ações do MTur, visibilidade no site do Programa Viaje Legal. O cadastro é obrigatório (Lei n.º 11.771/08 e n.º 8.623/93) para as seguintes atividades: acampamento turístico, agência de turismo, guia de turismo, parque temático, organizadora de eventos, meio de hospedagem e transportadora turística.

Na Tabela, observamos que o número de cadastro de empresas turísticas em Roraima cresceu, passando de 40 em 2003 para 128 em 2017. A alta foi maior no número de agências de turismo que saltou de 20 para 53 no período. O aumento verificou-se também, na taxa média de ocupação hoteleira do estado (Gráfico 3). Em 2004, a ocupação foi 43,3% e 50,8% em 2013.

Gráfico 3 – Taxa média de ocupação hoteleira 2004-2013 em Roraima

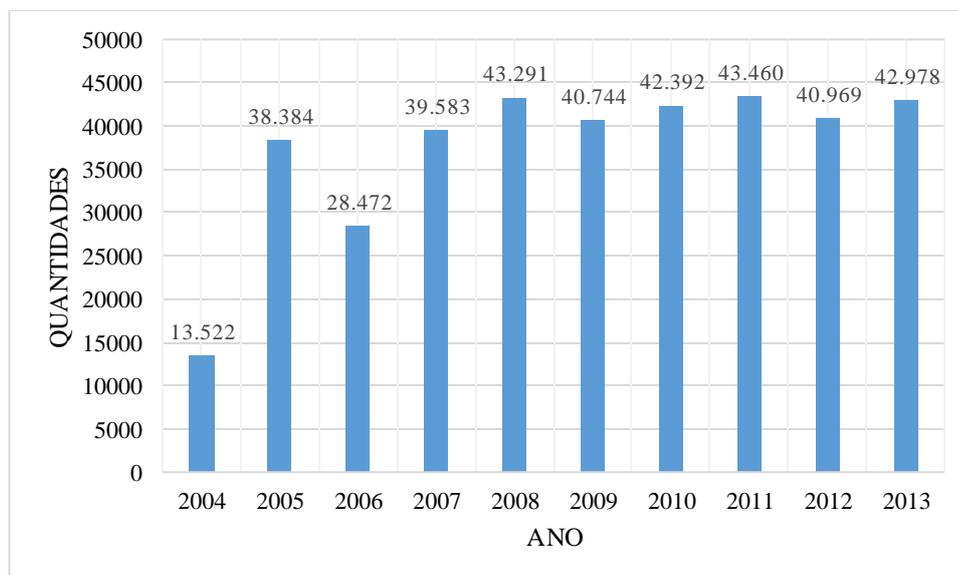


Fonte: Roraima (2008c, 2009b, 2011, 2013).

O Gráfico 4 mostra o movimento anual de hóspedes em Roraima. Os dados apresentados indicam que, a partir de 2008, o movimento de hóspedes registrados foi na casa de 40 mil pessoas por ano. Quanto ao número de embarque e desembarque de pessoas na Rodoviária Internacional de Boa Vista para os anos 2006, 2007, 2008, 2009, 2011, 2012 e 2013,⁵¹ os dados do Gráfico 5 indicam que houve uma variação relativa com recuos e avanços no período. Já para a movimentação do Aeroporto Internacional de Boa Vista, os números registrados mostram crescimento, principalmente entre 2011 e 2013. Vejamos os dados.

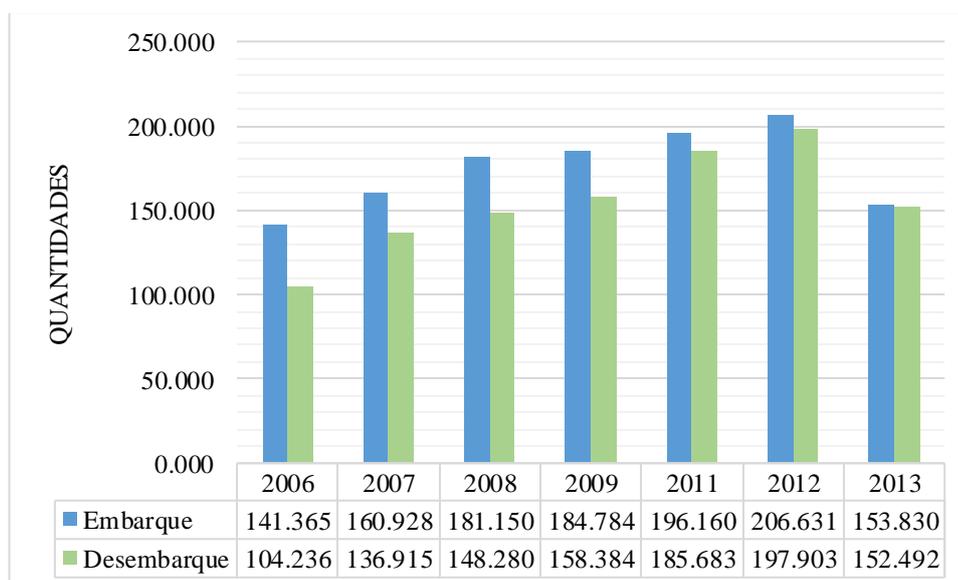
⁵¹ Os dados referentes a 2014-2017 não foram ainda sistematizados pelo Detur.

Gráfico 4 – Movimento anual de hóspedes 2004-2013 em Roraima



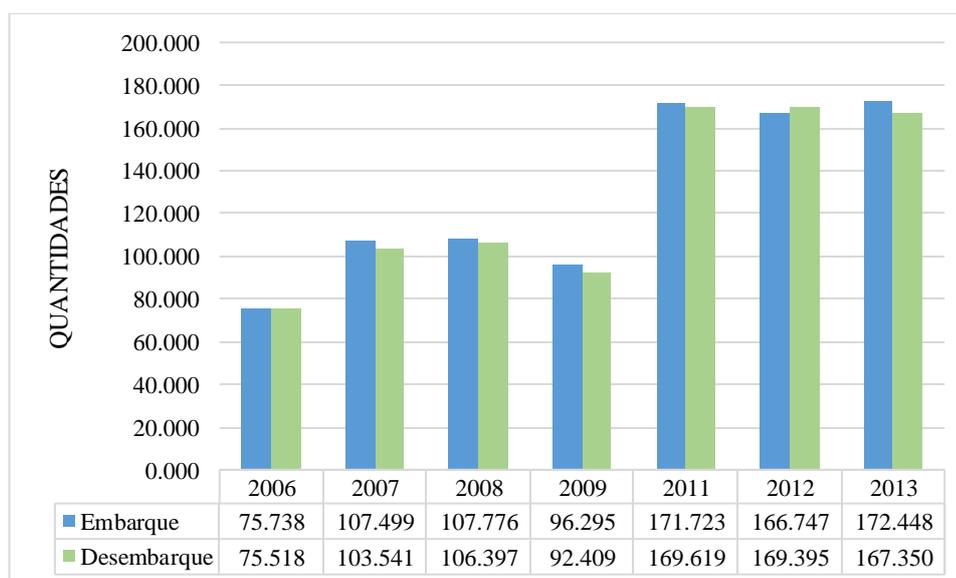
Fonte: Roraima (2008c, 2009b, 2011, 2013).

Gráfico 5 – Embarques e desembarques: transporte terrestre 2006-2009, 2011-2013 em Roraima



Fonte: Roraima (2008c, 2009b, 2011, 2013).

Gráfico 6 – Embarques e desembarques: transporte aéreo 2006-2009, 2011-2013 em Roraima



Fonte: Roraima (2008c, 2009b, 2011, 2013).

4.2.9 Dificuldades observadas na implementação de políticas de turismo pelo Detur

O objetivo desta seção é mostrar a percepção da pesquisadora sobre as dificuldades de implementação de políticas federais pelo Detur. A maior delas foi a não implementação do Programa de Regionalização do Turismo, que dá aos estados as ferramentas para a elaboração de políticas próprias com aporte financeiro do MTur. Como justificativa da devolução dos recursos do Convênio n.º 945/07, no Memo n.º 64/10, a Chefe da Divisão de Ecoturismo do Detur, Rosa Maria da Silva, afirmou que houve atraso nos processos licitatórios para a contratação de um moderador e de um palestrante, para as fases de sensibilização, mobilização e roteirização respectivamente do projeto. O processo na modalidade de pregão eletrônico deu “deserto” nas duas tentativas, em 6 e 21 de janeiro de 2009.

Como razões adicionais, ela acrescentou que houve alteração nos valores das diárias, e com a morte súbita do governador Ottomar de Sousa Pinto, tiveram de trocar o nome do chefe do Executivo estadual para José de Anchieta Júnior. Lembrou, ainda, que qualquer mudança no processo de contratação ou no convênio teria de passar novamente pelo crivo do MTur para emissão de declaração de contrapartida. Todavia, o prazo de prorrogação foi solicitado, mas não foi possível aditar o convênio pelo término da vigência do convênio.

Para contornar a falta de empresas especializadas na gestão de projetos turísticos, o Detur manifestou interesse em celebrar convênio com o Sebrae e, por meio dessa parceria,

buscar aproveitar as oportunidades que o estado teria para gerir os recursos financeiros disponibilizados pelo MTur. O Sebrae apoiaria a gestão do Detur, operacionalizando seus projetos, mas o convênio não se estabeleceu por motivos não declarados.

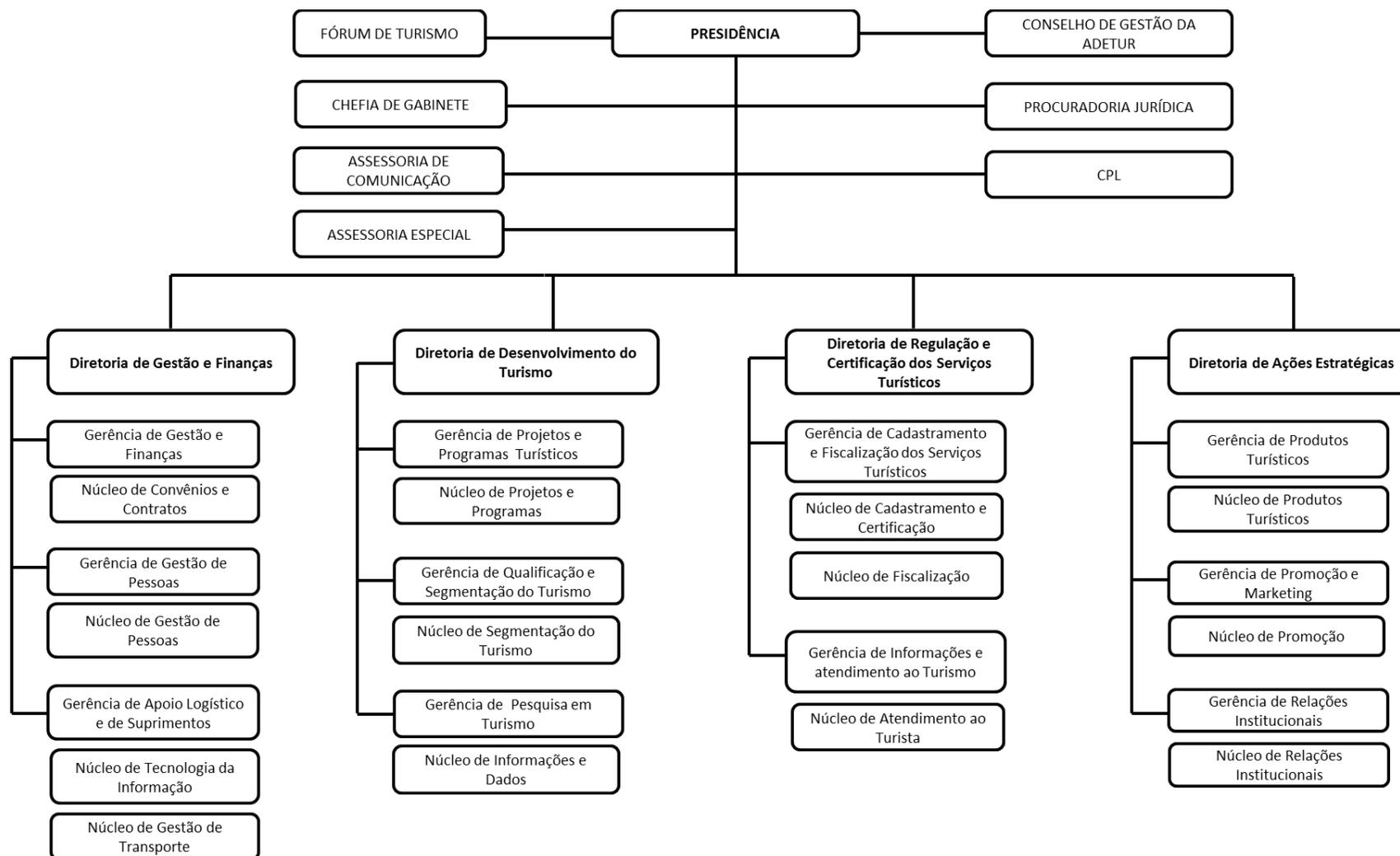
Na execução do PAT 2012, não foram atendidos os requisitos de contratação de empresa especializada em elaborar Planos de Desenvolvimento do Turismo Sustentável para a área turística do Polo Serras, Savanas e Florestas, ficando a convocatória novamente deserta, o que causou prejuízo às demais atividades.

No relatório de avaliação do PPA 2012, a Divisão de planejamento da Seplan pediu ao Detur que revalide o indicador correspondente ao Programa de Regionalização do Turismo, porque os dados não são atualizados, têm defasagem de, pelo menos, dois anos, o que dificulta a avaliação do programa. O Detur justificou a não atualização pela falta de funcionários.

Outro ponto a destacar refere-se à pouca participação do Detur em eventos nacionais e internacionais de turismo. A justificativa do departamento é a crise financeira do estado e o atraso na liberação de passagens, que não chegam em tempo hábil para a realização das viagens, o que prejudica o comparecimento dos técnicos principalmente nos treinamentos realizados pelo MTur.

Embora o estado possa ter dificuldade econômica até mesmo na aquisição de materiais e contratação de serviços necessários à execução das ações do Detur, na análise da pesquisadora, o entrave principal para maior eficiência do departamento é a falta de um número maior de técnicos qualificados que saibam cumprir as tarefas de cada divisão do Detur, principalmente no que se refere ao planejamento e à coordenação de projetos articulados com o MTur. Politicamente, o Detur deseja ser uma Secretaria de Estado como mostra o organograma na Figura 38, mas se um dia essa ideia se concretizar, o departamento precisará de novos profissionais que cumpram com eficácia e eficiência funções de promover o turismo sustentável no estado de Roraima.

Figura 38 – Proposta de organograma do Detur de Roraima, como transformar em Secretaria



Fonte: Detur (2018).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer deste trabalho, procuramos mostrar, no campo teórico, o turismo como atividade complexa que envolve aspectos socioeconômicos sustentáveis, culturais, ambientais e democráticos. Na pesquisa empírica, apresentamos as políticas de turismo do governo federal e as desenvolvidas pelo Governo do Estado de Roraima entre 1992 e 2017.

Embora Roraima reúna características geográficas, físicas e econômicas favoráveis para o desenvolvimento da atividade turística, sua prática no estado tem sido ainda insuficiente. A razão disso está na falta de diretrizes e estratégias governamentais para implementar políticas públicas de turismo. A pouca iniciativa do governo estadual torna-se evidente quando observamos que o estado, no período investigado, nem mesmo conseguiu implementar políticas públicas federais de incentivo ao turismo em suas diversas regiões, como o Programa de Regionalização do Turismo (PRT) e o Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo (Prodetur).

A pesquisa mostrou que o Departamento de Turismo Estadual (Detur), criado em 2003, não conseguiu planejar e institucionalizar projetos locais de turismo. Suas ações resumiram-se, de modo geral, a consultorias para agências locais, participação em alguns eventos nacionais, fiscalização do cadastramento do *trade* turístico e utilização de baixos recursos para a produção de audiovisual que divulgasse o destino Roraima.

O turismo, embora no mundo contemporâneo esteja ligado à preservação dos recursos naturais e ao bem-estar da sociedade, servindo também como importante fonte de geração de renda, não foi priorizado, em Roraima, como política de desenvolvimento se bem que o estado faça parte da Amazônia com sua biodiversidade e etnocultura. A análise dos PPA evidenciou a falta de interconexão das declarações de vontade dos governantes e as metas dos planos traçados que nunca foram alcançadas, como a implementação dos Centros de Atendimento ao Turista nos municípios de fronteira, Pacaraima e Bonfim; em Rorainópolis, na divisa com o Amazonas; e na Rodoviária Internacional de Boa Vista.

A razão principal para o não cumprimento das ações de turismo colocadas nos PPA é, a ausência, no Departamento de Turismo Estadual, de pessoal técnico qualificado, em número suficiente, para programar, coordenar, divulgar, incentivar, analisar e avaliar as atividades turísticas no estado. O Detur, órgão vinculado à Seplan, conta somente com 15 servidores, dos quais 10 são efetivos e 5 comissionados, sem formação profissional para executar as ações governamentais em prol do turismo sustentável.

O turismo faz parte de uma cadeia produtiva de bens e serviços, sendo importante a participação de cada um deles na formulação de políticas públicas para garantir suas necessidades. Nesse contexto, o Fórum Estadual de Turismo em Roraima poderia desempenhar papel importante para a articulação setorial e municipal; mas, ao longo do período investigado, mostrou-se frágil no cumprimento das suas funções de ordenar e avaliar demandas dos municípios para as três regiões turísticas do estado dentro do Mapa do Turismo Brasileiro do MTur. O espaço do Fórum seria mais bem aproveitado se discutisse e propusesse, por exemplo, soluções para elevar às categorias A e B os municípios de Roraima que se encontram hoje nas categorias C e D do MTur.

Quanto à relação do Detur com as demais organizações públicas e privadas que também podem atuar para desenvolver o turismo no estado, vimos, na seção 4, que foram mínimas as interações voltadas para o planejamento e desenvolvimento de ações coletivas. Observamos que o trabalho do Detur foi mais isolado, com pouca articulação com os demais atores envolvidos na cadeia produtiva do turismo. A única parceria consistente foi estabelecida com o Sebrae, para promover o treinamento do empresariado turístico local. É preciso salientar, contudo, que, devido a seu efeito multiplicador por meio da consolidação de parcerias estratégicas, o turismo fortalece direta e indiretamente diversos setores da economia.

Para Roraima aproveitar melhor os benefícios econômicos, sociais e culturais derivados do turismo, é necessário que o governo estadual, como instituição central e decisória do processo de desenvolvimento, forneça maior estrutura técnico-administrativa ao seu Departamento de Turismo; aporte recursos em programas e planos que sirvam para dinamizar o mercado turístico local; e fomente o envolvimento de diferentes atores nessa cadeia produtiva de bens e serviços que hoje se constitui em um dos setores econômicos de maior crescimento mundial.

REFERÊNCIAS

- AIRES, Jussara Danielle Martins. **Relações sociais no turismo**: análise da aplicação do Modelo Irridex de Doxey em Ponta Negra, Natal, RN. 2009. 108 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Turismo) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2009.
- ALLEN, Robert. **How to save the world**. Londres: Kogan Pagwe, 1980. 176 p.
- ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado**: notas para uma investigação. Tradução de José de Moura Ramos. Lisboa: Presença, 1970. 120 p.
- AMARAL FILHO, Jair do. A endogeneização no desenvolvimento econômico regional e local. **Ipea**: Planejamento e políticas públicas, n. 23, p. 261-286, jun. 2001. Disponível em: <www.ipea.gov.br/pub/ppp/ppp23/Parte1.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2017.
- ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. **Ranking todo o Brasil (2010)**. Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/ranking/>>. Acesso em: 24 nov. 2017
- BARBOSA, Andyara. Relações organizacionais para o desenvolvimento regional do turismo. In: BENI, Mário Carlos (Org.). **Planejamento estratégico e capacidade de gestão**: desenvolvimento regional, rede de produção e clusters. São Paulo: Manole, 2012. p. 131-155.
- BARONI, Margaret. Ambigüidades e deficiências do conceito de desenvolvimento sustentável. **Revista de Administração de Empresas**, v. 32, n. 2, p. 14-24, abr./jun. 1992. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-75901992000200003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 08 dec. 2017.
- BARRETTO, Margarita. **Planejamento e organização em turismo**. 6. ed. São Paulo: Papyrus, 1991. 108 p.
- BARROS, Silvio Magalhães; PENHA, Denise Hamú Marcos de la (Coord.). **Diretrizes para uma política nacional de ecoturismo**. Brasília: Embratur, 1994. 48 p.
- BENDRATH, Eduard; GOMES, Alberto. Estado, políticas públicas e organismos internacionais: a educação no foco do debate. **InterMeio**: Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação, Campo Grande, MS, v. 16, n. 32, p. 157-171, jul./dez. 2010. Disponível em: <<http://seer.ufms.br/index.php/intm/article/view/2432/1578>>. Acesso em: 15 out. 2017.
- BENI, Mário Carlos. **Análise estrutural do turismo**. 5. ed. São Paulo: Ed. do Senac, 2001. 516 p.
- _____. A política do turismo. In: TRIGO, Luiz (Org.). **Turismo**: como aprender, como ensinar. São Paulo: Ed. do Senac, 2003. 177 p.
- BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. Tradução de João Ferreira et. al. 13. ed. Brasília: Ed. da UnB, 2009. 2 v, 656 p.

BOULLON, Roberto C. **Planificación del espacio turístico**. 4. ed. México: Trilhas, 2006. 245 p.

BOZA, Martires; CALGARO, Cleide; LUCCA, Margarete. Sustentabilidade, desenvolvimento sustentável e ecodesenvolvimento: um projeto para uma justiça política-social? **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, v. 14, n. 87, ab. 2011. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?artigo_id=9166&n_link=revista_artigos_leitura>. Acesso em: 10 jan. 2018.

BRASIL. Decreto-Lei n.º 2.440, de 23 de julho de 1940. Regula as atividades das empresas e agências de viagens e turismo. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Rio de Janeiro, RJ, 25 jul. 1940, Seção 1, p. 14.371. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-2440-23-julho-1940-412448-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 20 fev. 2018.

_____. Decreto-Lei n.º 5.452, de 1.º de maio de 1943. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Rio de Janeiro, RJ, 9 ago. 1943, Seção 1, p. 11.937. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-5452-1-maio-1943-415500-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 19 fev. 2018.

_____. Decreto-Lei n.º 7.582, de 25 de maio de 1945. Extingue o Departamento de Imprensa e Propaganda e cria o Departamento Nacional de Informações. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Rio de Janeiro, RJ, 28 maio 1945, Seção 1, p. 9.433. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/rescad/1950-1959/resolucaodacamaradosdeputados-57-21-mar-co-1956-319770-norma-pl.html>>. Acesso em: 20 fev. 2018.

_____. Câmara dos Deputados. Resolução da Câmara dos Deputados n.º 57, de 1956. Constitui uma Comissão Parlamentar de Inquérito para estudar os problemas de turismo no Brasil. **Diário do Congresso Nacional**, Rio de Janeiro, RJ, 4 abr. 1956, Seção 1, p. 1.869. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/rescad/1950-1959/resolucaodacamaradosdeputados-57-21-marco-1956-319770-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 19 fev. 2018.

_____. Decreto n.º 44.863, de 21 de novembro de 1958. Institui a Comissão Brasileira de Turismo. (COMBRATUR). **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Rio de Janeiro, RJ, 21 nov. 1958, Seção 1, p. 24.813. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-44863-21-novembro-1958-383896-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 13 fev. 2018.

_____. Senado. Decreto do Conselho de Ministros n.º 534, de 23 de janeiro de 1962. Aprova o Regimento da Secretaria do Comércio do Ministério da Indústria e do Comércio. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 25 jan. 1962, Seção 1, p. 990. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decmin/1960-1969/decretodoconselhodeministros-534--23-janeiro-1962-355763-retificacao-40375-pe.html>>. Acesso em: 21 fev. 2018.

BRASIL. Decreto n.º 53.326, de 18 de dezembro de 1963. Autoriza a criação de escolas técnicas de hotelaria e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 18 dez. 1963, Seção 1, p. 10.757. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-53326-18-dezembro-1963-393398-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 16 fev. 2018.

_____. Decreto-Lei n.º 55, de 18 de novembro de 1966. Define a política nacional de turismo, cria o Conselho Nacional de Turismo e a Empresa Brasileira de Turismo, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 21 nov. 1966, Seção 1, p. 13.416. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-55-18-novembro-1966-371224-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 21 fev. 2018.

_____. Decreto-Lei n.º 1.191, de 27 de outubro de 1971. Dispõe sobre os incentivos fiscais ao turismo e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 27 out. 1971, retificado em 5 nov. 1971. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/De1191.htm>. Acesso em: 10 jan. 2018.

_____. Decreto-Lei n.º 1.376, de 12 de dezembro de 1974. Dispõe sobre a criação de Fundos de Investimento, altera a legislação do Imposto sobre a Renda relativa a incentivos fiscais e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 12 dez. 1974, Seção 1, p. 14.207.

_____. Lei n.º 8.181, de 28 de março de 1991. Dá nova denominação à Empresa Brasileira de Turismo - EMBRATUR, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 1.º abr. 1991, Seção 1, p. 5.765. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8181.htm>. Acesso em: 10 fev. 2018

_____. Ministério do Meio Ambiente. **Estratégia de desenvolvimento sustentável do ecoturismo do estado de Roraima**. São Paulo: Ruschmann Consultores de Turismo, 2002. 858 p.

_____. Medida Provisória n.º 103 de 1.º de janeiro de 2003. Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 1.º jan. 2003, Edição Especial, Seção 1, p. 1.

_____. **Plano Nacional de Turismo 2007-2010**. Brasília, 2007. Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br/publicacoes/item/32-planos-nacionais.html>>. Acesso em: 15 fev. 2018.

_____. Lei n.º 11.771, de 17 de setembro de 2008. Dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, define as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico, revoga a Lei n.º 6.505, de 13 de dezembro de 1977, o Decreto-Lei n.º 2.294, de 21 de novembro de 1986, e dispositivos da Lei n.º 8.181, de 28 de março de 1991; e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 18 set. 2008, Seção 1, p. 1. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11771.htm>. Acesso em: 10 fev. 2018.

BRASIL. Ministério do Turismo. Portaria n.º 105, de 16 de maio de 2013. Institui o Programa de Regionalização do Turismo e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 20 maio 2013a. Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br/legislacao/?p=93>>. Acesso em: 10 fev. 2018.

_____. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo. **Programa de Regionalização do Turismo**: diretrizes. Brasília: Artplant, 2013b. 47 p. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/images/programas_acoes_home/PROGRAMA_DE_REGIONALIZACAO_DO_TURISMO_-_DIRETRIZES.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2018.

_____. Portaria n.º 313 de 3 de dezembro de 2013. Define o Mapa do Turismo Brasileiro e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 4 dez. 2013c. Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br/legislacao/?p=37>>. Acesso em: 10 fev. 2018.

_____. *Plano Nacional de Turismo 2013-2016: o turismo fazendo muito mais pelo Brasil*. Brasília, 2013d. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/images/pdf/plano_nacional_2013.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2018.

_____. **Institucional**. 2015a. Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br/institucional.html>>. Acesso em: 13 jan. 2018.

_____. **Organograma**. 2015b. Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br/institucional/organograma.html>>. Acesso em: 13 jan. 2018.

_____. **Planos de marketing**. 2015c. Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br/assuntos/5299-planos-de-marketing.html>>. Acesso em: 13 jan. 2018.

_____. **Programa de Regionalização do Turismo**. 2015d. Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br/aceso-a-informacao/63-acoes-e-programas/4882-programa-de-regionalizacao-do-turismo.html>>. Acesso em: 13 jan. 2018.

_____. **Avaliação do Programa de Regionalização do Turismo**: roteiros do Brasil: resumo executivo. Brasília, 2015e. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Livro_Regionalizaxo.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2017

_____. **Caracterização e dimensionamento do turismo internacional no Brasil 2011-2015**: relatório descritivo. Brasília: Fipe, 2017. Disponível em: <<http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/2016-02-04-11-54-03/demanda-tur%C3%ADstica-internacional.html>>. Acesso em: 10 nov. 2017.

_____. Extrator de chegadas de turistas internacionais ao Brasil. **Dados e Fatos**, 2018. Disponível em: <<http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/extrator-turistas.html>>. Acesso em: 13 jan. 2018.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. O caráter cíclico da Intervenção Estatal. **Revista de Economia Política**, v. 9, n. 5, p. 115-130, jul./set. 1989. Disponível em: <<http://www.rep.org.br/pdf/35-7.pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2017.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Nacionalismo no centro e na periferia do capitalismo. **Estudos avançados**, São Paulo, v. 22, n. 62, p. 171-193, abr. 2008. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142008000100012&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 28 out. 2017.

BRUNDTLAND, Gro. **Environment and development: a creative challenge**. Bristol, 1986. 16 p. Disponível em: <https://www.regjeringen.no/globalassets/upload/smk/vedlegg/taler-og-artikler-av-tidligere-statsminstre/gro-harlem-brundtland/1986/sir_peter_scott_lecture.pdf>. Acesso em: 18 dez. 2017.

CARDOSO, Fernando. Desenvolvimento: o mais político dos temas econômicos. **Revista de Economia Política**, v. 15, n. 4, p. 148-155, out./dez. 1995. Disponível em: <<http://www.rep.org.br/pdf/60-11.pdf>>. Acesso em: 28 out. 2017.

CARVALHO, Caio Luiz C. Desenvolvimento do turismo no Brasil. **Revista de Administração da USP**, São Paulo, v. 33, n. 4, p. 26-29, out/dez. 1998.

_____. Turismo uma arma poderosa para incrementar o crescimento. **Revista do Instituto Brasileira de Turismo**, n. 23, p. 2-15, dez. 1999.

CARVALHO, Gisélia Lima. Perspectiva histórico-institucional da política nacional de turismo no Brasil 1934-2014. **Mercator**, Fortaleza, v. 15, n. 1, p. 87-99, fev. 2016. Disponível em: <<http://www.mercator.ufc.br/mercator/article/view/1751>>. Acesso em: 15 fev. 2018.

CAVALCANTE, Leila de Sena. **Marketing de destinos turísticos: uma análise sobre a promoção do destino Roraima no Brasil e em suas fronteiras**. 2013. 163 f. Dissertação (Mestrado em Turismo e Hotelaria) – Programa de Pós-Graduação em Turismo e Hotelaria, Universidade do Vale do Itajaí, Balneário Camboriú, SC, 2013.

CHAVEZ, Maria; RODRIGUES, Debora. Desenvolvimento sustentável, limites e perspectivas no debate contemporâneo. **Interações: Revista Internacional de Desenvolvimento Local**, v. 8, n. 13, p. 99-106, set. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_isoref&pid=S1518-70122006000200011&lng=en&tlng=pt>. Acesso em: 3 nov. 2017.

CIBOTTI, Ricardo; SIERRA, Henrique. El sector público en la economía. In: _____. **El sector público en la planificación del desarrollo**. 17. ed. Mexico: Siglo XXI, 2005. p. 7-38.

CMMAD. Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento. **Nosso futuro comum**: [Relatório Brundtland]. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. da Fundação Getúlio Vargas, 1991. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/doc/12906958/Relatorio-Brundtland-Nosso-Futuro-Comum-Em-Portugues>>. Acesso em: 20 nov. 2016.

CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SÔBRE O TURISMO E AS VIAGENS INTERNACIONAIS, Roma, 1963. **Recomendaciones sobre el turismo y los viajes internacionales**. Naciones Unidas, 1963.

COOPER, Chris et al. **Turismo: princípios e prática**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001. 559 p.

COSTA, Andréa Paula de Carestiatto. **Educação ambiental como estratégia de desenvolvimento local**: um estudo de caso. 2000. 270 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia de Comunidades e Ecologia Social) – Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://pantheon.ufrj.br/bitstream/11422/2152/1/584230.pdf>>. Acesso em 14 dez 2017.

CROZIER, Michel. La transición del paradigma burocrático a una cultura de gestión pública. **Revista del CLAD Reforma y Democracia**, n. 7, p. 1-8, ene./1997. Disponível em: <<http://biblioteca.senplades.gob.ec/jspui/bitstream/30000/211/1/SENPLADES-BV-000119.pdf>>. Acesso em: 28 out. 2017.

CRUZ, Mauro. Turismo sustentável vs turismo de massa, uma solução premente. **Artigos e Notícias**, 6 out. 2015. Disponível em: <<http://www.pirenopolis.tur.br/noticias/noticia/Turismo+Sustent%C3%A1vel+vs+Turismo+de+Massa%2C+uma+solu%C3%A7%C3%A3o+premente>>. Acesso em: 05 fev. 2018.

CRUZ, Rita. **Política de turismo e território**. São Paulo: Contexto, 2000.

_____. Turismo, produção do espaço e desenvolvimento desigual: para pensar a realidade brasileira. In: BARTHOLO, Roberto; SAN SOLO, Davis; BURSZTYN, Ivan (Org.). **Turismo de base comunitária**: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Brasília: Letra e Imagem, 2009. p. 92-107.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **Elementos de teoria geral do Estado**. 25. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

DEL FIM NETTO, Antonio; IKEDA, Akihiro. Estratégias de desenvolvimento. In: SICSÚ, João; CASTELAR, Armando (Org.). **Sociedade e economia**: estratégias de crescimento e desenvolvimento. Brasília: Ipea, 2009. p. 33-44. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1734921/mod_resource/content/1/Sicsu%20%20Castelar%20sociedadeeeconomia%20IPEA.pdf>. Acesso em: 18 out. 2017.

DIAS, Reinaldo. **Planejamento do turismo**: política e desenvolvimento do turismo no Brasil. São Paulo: Atlas, 2003.

_____. Gestão local do turismo: competitividade com sustentabilidade. In: **Gestão de hotelaria e turismo** DIAS, Reinaldo; PIMENTA, Maria Alzira (Org.). São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005.

DOXEY, J. **Development of tourism destinations**. London: Torbay, 1975.

EMBRATUR. **Turismo sob a ótica dos monitores municipais**. Brasília, 1996a.

_____. **Política nacional de turismo 1996-1999**: principais diretrizes, estratégias e programas. Brasília, 1996b. 53 p.

_____. **Estudos da competitividade do turismo brasileiro**. Brasília: Ministério do Turismo, 2009.

ENDRES, Ana Valéria. Políticas de turismo, desenvolvimento e o papel do estado: cenários e inquietações. **Em tese**, 2008, v. 5, n. 1, p. 74-97, ago./dez. 2008. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/view/13446>>. Acesso em: 5 dez. 2017.

FAGUNDES, Camila; ASHTON, Mary Sandra Guerra. Desenvolvimento regional através do turismo: geração de emprego e renda. In: ENCONTRO SEMINTUR JR, 1. SEMINÁRIO DE PESQUISA EM TURISMO DO MERCOSUL, 2010, Caxias do Sul. **Anais...** Caxias do Sul, RS: Universidade Caxias do Sul, 2010.

FALEIRO, Angelita. **Desbravando nosso folclore**. São Paulo: Biblioteca 24 Horas, 2010.

FENDT, Roberto. Desenvolvimento é o aumento persistente da produtividade do trabalho. In: SICSU, João; CASTELAR, Armando (Org.). **Sociedade e economia**: estratégias de crescimento e desenvolvimento. Brasília: Ipea, 2009. p. 33-44. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1734921/mod_resource/content/1/Sicsu%20%20Castelar%20sociedadeeeconomia%20IPEA.pdf>. Acesso em: 18 out. 2017.

FERREIRA, Sidney. **Os impactos do turismo nas pequenas cidades**: um estudo em Itapeçerica, Minas Gerais. 2005. 82 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de Lavras, Minas Gerais, 2005.

FIGUEIREDO, Marcelo. **Teoria geral do Estado**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2014. 175 p.

FIGUEIREDO, Silvio Lima. **Ecoturismo, festas e rituais na Amazônia**. Belém, PA: Ed. NAEA UFPA, 1999. 207 p.

FIORI, José Luís. **Para repensar o papel do Estado sem ser um neoliberal**. Rio de Janeiro: Instituto de Economia Industrial, UFRJ, 1990.

FUNK, Fabiana; ALVES, Lucir. Dissociação, desenvolvimento sustentável e desenvolvimento endógeno: o papel do capital social. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE DESENVOLVIMENTO REGIONAL, 3, 2006, Santa Cruz do Sul, RS. **Anais...** Santa Cruz do Sul: PPGDR, 2006. p. 1-15. Disponível em: <<http://www.unisc.br/site/sidr/2006/textos3/26.pdf>>. Acesso em: 10 dez. 2017.

FURTADO, Celso. **Pequena introdução ao desenvolvimento**: enfoque interdisciplinar. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1980. 160 p.

GALBRAITH, Jhon. **O pensamento econômico em perspectiva**: uma história crítica. São Paulo: Pioneira, 1989. 289 p.

GARRIDO, Inez. **Modelos multiorganizacionais no turismo**: cadeias, cluster e redes. 2001. 124 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Núcleo de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2001.

GASTAL, Susana; DALL'AGNOL, Sandra. Turismo em Laguna (SC): impactos e atitude. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, v. 6, n. 1, p. 16-31, 2012. Disponível em: <<http://www.spell.org.br/documentos/ver/7274/turismo-em-laguna--sc---impactos-e-atitude>>. Acesso em: 10 dez. 2017.

GOBIERNO BASCO. **Estudios de economía**: manual de desarrollo local. Vitória-Gasteiz: Departamento de Economía y Hacienda, 1994.

GOELDNER, Charles R.; RITCHIE, J.R. Brent; MCINTOSH, Robert W. **Turismo**: princípios, práticas e filosofias. 8. ed. São Paulo: Bookman, 2002.

GRUPO DE TRABALHO EM CULTURA. Conselhos sobre a implementação local da Agenda 21 da Cultura. **Observatório Itaú Cultural**, n. 4, p. 84-87, 2008. Disponível em: <http://d3nv1jy4u7zmsc.cloudfront.net/wp-content/uploads/itau_pdf/000890.pdf>. Acesso em: 23 jul. 2017.

GRZYBOWSKI, Cândido et al. Notas para a retomada do debate sobre o desenvolvimento brasileiro. In: SICSÚ, João; CASTELAR, Armando (Org.). **Sociedade e economia**: estratégias de crescimento e desenvolvimento. Brasília: Ipea, 2009. p. 153-168. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1734921/mod_resource/content/1/Sicsu%20%20Castelar%20sociedadeeeconomia%20IPEA.pdf>. Acesso em: 18 out. 2017.

GUERRA-GARCÍA, Gustavo. **La reforma del Estado en el Perú**: pautas para reestructurar el Poder Ejecutivo, Lima: Agenda Perú, 1999. 258 p. Disponível em: <<http://agendaperu.franciscosagasti.com/descargas/publicaciones/pub-08.pdf>>. Acesso em: 19 maio 2017.

HADDAD, Claudio. Concentrar no fundamental. In: SICSÚ, João; CASTELAR, Armando (Org.). **Sociedade e economia**: estratégias de crescimento e desenvolvimento. Brasília: Ipea, 2009. p. 143-151. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1734921/mod_resource/content/1/Sicsu%20%20Castelar%20sociedadeeeconomia%20IPEA.pdf>. Acesso em: 18 out. 2017.

HAYEK, Friedrich A. **O caminho da servidão**. Tradução e revisão de Anna Maria Capovilla, José Ítalo Stelle e Liane de Moraes Ribeiro. 6. ed. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 2010. 232 p. Disponível em: <<http://circuloliberal.org/livros/o-caminho-da-servidao.pdf>>. Acesso em: 19 maio 2017.

HENZ, Aline Patrícia; LEITE, Fabiana Caçada de Lamare; ANJOS, Francisco Antonio dos. Refletindo as políticas públicas para turismo: uma retrospectiva brasileira desde a década de 60. In: SEMINÁRIO DE PESQUISA EM TURISMO DO MERCOSUL (SEMINTUR), 6., 2010, Caxias do Sul. **Anais...** Caxias do Sul: PPGTURH/UCS, 2010. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/301766324_Refletindo_as_politicas_publicas_para_o_turismo_uma_retrospectiva_desde_a_decada_de_60>. Acesso em: 15 fev. 2018.

HOFLING, Eloisa de Mattos. Estado e políticas (públicas) sociais. **Cadernos Cedex**, Campinas, SP, v. 21, n. 55, p. 30-41, nov. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32622001000300003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 18 out. 2017.

HOLLANDA, Janir. Boas novas para o mercado doméstico de turismo. **Revista do Agente de Formação Profissional**: Diga lá, Senac, ano 7, n. 27, jun./set. 2002.

HÜFFNER, João. **Estudo sobre os impactos do turismo em áreas naturais em processo de urbanização**: o caso da ilha de Cotijuba, Belém, PA. 2011. 193 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente Urbano) – Universidade da Amazônia, Belém, 2011.

IBGE. **Censo demográfico 2010**. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <<https://censo2010.ibge.gov.br/resultados>>. Acesso em: 15 fev. 2018.

_____. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios contínua - tabela: suplemento de educação**. Rio de Janeiro: Diretoria de pesquisas, 2016. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-noportal/sociais/educacao/17270-pnad-continua.html?edicao=18971&t=resultados>>. Acesso em: 8 abr. 2018.

_____. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios contínua - tabela: rendimento de todas as fontes**. Rio de Janeiro: Diretoria de pesquisas, 2017a. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-noportal/sociais/educacao/17270-pnad-continua.html?edicao=20635&t=resultados>>. Acesso em: 8 abr. 2018.

_____. **Tábua completa de mortalidade para o Brasil – 2016**: breve análise da evolução da mortalidade no Brasil. Rio de Janeiro: Diretoria de Pesquisas, 2017b. 23 p. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-noportal/sociais/populacao/9126-tabuas-completas-de-mortalidade.html?=&t=resultados>>. Acesso em: 6 abr. 2018.

IDEA INTERNACIONAL. Instituto para la Democracia y la Asistencia Electoral. Programa de Formación. **Estado**: funcionamiento, organización y proceso de construcción de políticas públicas. Perú, 2008.

IGLESIAS, Enrique. Reforma económica y reforma social: visión integral. **BID**: Social Reform and Poverty, 1993.

IGNARRA, Luiz. **Fundamentos do turismo**. São Paulo: Pioneira, 1998. 205 p.

INSKEEP, Edward. **Tourism planning**: an integrated and sustainable development approach. New York: John Wiley & Sons, 1991. 508 p.

ISUANI, Ernesto. Três enfoques sobre o conceito de Estado. **Revista de Ciência Política**, v. 27, n. 1, p. 35-48, jan./abr. 1984. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rcp/article/viewFile/60372/58639>>. Acesso em: 3 nov. 2017.

KHAIR, Amir. Caminhos para o desenvolvimento: uma visão estratégica. In: SICSÚ, João; CASTELAR, Armando (Org.). **Sociedade e economia**: estratégias de crescimento e desenvolvimento. Brasília: Ipea, 2009. p. 59-70. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1734921/mod_resource/content/1/Sicsu%20%20Castelar%20sociedadeeeconomia%20IPEA.pdf>. Acesso em: 18 out. 2017.

KLIKSBERG, Bernardo. **Repensando o estado para o desenvolvimento social**: superando dogmas e convencionalismos. Tradução de Joaquim Ozório Silva. São Paulo: Cortez, 1998. 92 p. (Questões da Nossa Época, v. 64). Disponível em: <<http://bibliotecadigital.puc-campinas.edu.br/services/e-books/Bernardo%20Kliksberg-2.pdf>>. Acesso em: 3 nov. 2017.

LANFREDI, Geraldo. **Política ambiental**: busca de efetividade de seus instrumentos. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2002.

LICKORISH, Lionard; JENKINS, Carson. **Introdução ao turismo**. Rio de Janeiro: Campus, 2000. 317 p.

MACHADO, Álvaro. **Ecoturismo**: um produto viável: a experiência do Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro: Ed. Senac Nacional, 2005. 232 p.

MADUREIRA, Eduardo. Da Grande Depressão ao *Welfare State*: mudanças no conceito de desenvolvimento econômico. **Revista Thêma et Scientia**, v. 1, n. 1, p. 72-80, jan./jun. 2011. Disponível em: <<http://www.themaetscientia.fag.edu.br/index.php/RTES/article/view/10/10>>. Acesso em: 18 nov. 2017.

MARTINS, Espedito Cezário. **O turismo como alternativa de desenvolvimento sustentável**: o caso de Jericoacoara no Ceará. 2002. 164 f. Tese (Doutorado em Ciências) – Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Piracicaba, CE, 2002.

MARTINS, Rafael d’Almeida; LOTTA, Gabriela Spanghero. Capital social e redes sociais como alternativa para análise de políticas públicas de educação: o caso de Icapuí-CE. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 69, p. 846-860, dez. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40362010000400010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 03 dic.2017.

MARTINS, Sérgio. Desenvolvimento local: questões conceituais e metodológicas. **Interações**: Revista Internacional de Desenvolvimento Local, v. 3, n. 5, p. 51-59, set. 2002. Disponível em: <<http://www.interacoes.ucdb.br/article/view/570/607>>. Acesso em: 3 nov. 2017.

MATHIESON, Alister; WALL, Geoffrey. **Tourism economic physical and social impacts**. New York: Longman, 1982. 208 p.

MATTOS, Flávia Ferreira de. Ecoturismo e inclusão social na Resex Marinha do Delta do Parnaíba (MA/PI): tendências, expectativas e possibilidades. In: BARTHOLLO, Roberto; SANSOLO, Davis; BURSZTYN, Ivan (Org.). **Turismo de base comunitária**: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009. p. 302-318.

MAZZUCHELLI, Gustavo. Saiba mais sobre o Monte Roraima, que inspirou filmes e cenários de novela. **Webventure**, 25 out. 2016. Disponível em: <<http://www.webventure.com.br/saiba-mais-sobre-o-monte-roraima-que-inspirou-filmes-e-cenarios-de-novela/>>. Acesso em: 15 mar. 2018.

MENDONÇA, Érico; GARRIDO, Inez; VASCONCELOS, Maria do Socorro. **Turismo e desenvolvimento socioeconômico**: o caso da Costa do Descobrimento. Salvador: Omar, 2000. 156 p. (Coleção Selo Turismo, 3).

MENDONÇA, Maria. Gestão de potenciais clusters turísticos: uma proposta de metodologia de diagnóstico. In: BENI, Mário Carlos (Org.). **Planejamento estratégico e capacidade de gestão**: desenvolvimento regional, rede de produção e clusters. São Paulo: Manole, 2012. p. 283-296.

MIRANDA, Humberto Augusto Cardoso de. **Ecoturismo**: sistema de planejamento e gestão em Roraima: abordagem centrada no Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia Legal (Proecotur). 2004. 133 f. Dissertação (Mestrado em Turismo e Hotelaria) – Programa de Pós-Graduação em Turismo e Hotelaria, Universidade do Vale do Itajaí, Balneário Camboriú, SC, 2004.

MOESCH, Marutschka. Dimensão social. In: BENI, Mário Carlos (Org.). **Planejamento estratégico e capacidade de gestão**: desenvolvimento regional, rede de produção e clusters. São Paulo: Manole, 2012. p. 203-218.

MORAES, Leonardo Nogueira de. Dimensão mercadológica de sustentabilidade do desenvolvimento turístico. In: BENI, Mário Carlos (Org.). **Planejamento estratégico e capacidade de gestão**: desenvolvimento regional, rede de produção e clusters. São Paulo: Manole, 2012. p. 283-296.

NACIONES UNIDAS. **Recomendaciones sobre estadísticas de turismo**. Madrid; Nueva York, 2010, serie M, n.º 83. 161 p. Disponível em: <https://unstats.un.org/unsd/publication/Seriesm/SeriesM_83rev1s.pdf>. Acesso em: 8 set. 2016.

_____. **Informe de la Conferencia de las Naciones Unidas sobre el Desarrollo Sostenible**, Río de Janeiro (Brasil), 20-22 junio 2012. Doc. A/CONF.216/16-El futuro que queremos. Nueva York, 2012. 101 p. Disponível em: <<http://sustentabilidad.unab.cl/wp-content/uploads/2015/03/informe-de-la-conferencia-de-las-naciones-unidas-sobre-el-desarrollo-sostenible-2012-unab.pdf>>. Acesso em: 15 jul. 2016.

_____. ¿Qué es «Río+20»? **El Futuro que Queremos**, [2017]. Disponível em: <<http://www.un.org/es/sustainablefuture/about.shtml>>. Acesso em: 14 fev. 2017.

NÓBREGA, Mailson da. A saída é consolidar o sistema capitalista. In: SICSÚ, João; CASTELAR, Armando (Org.). **Sociedade e economia**: estratégias de crescimento e desenvolvimento. Brasília: Ipea, 2009. p. 169-182. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1734921/mod_resource/content/1/Sicsu%20%20Castelar%20sociedadeeeconomia%20IPEA.pdf>. Acesso em: 18 out. 2017.

OLIVEIRA, Antonio Pereira. **Turismo e desenvolvimento**: planejamento e organização. São Paulo: Atlas, 2000.

OLIVEIRA, Elton Silva. **Impactos socioambientais e econômicos do turismo e suas repercussões no desenvolvimento local**: o caso de Itacaré, Bahia. 2008. 153 f. Dissertação (Mestrado em Cultura e Turismo) – Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus, Bahia, 2008.

OMT. **Por qué el turismo**. [2015a]. Disponível em: <<http://www2.unwto.org/es/content/por-que-el-turismo>>. Acesso em: 3 set. 2016.

_____. **Código de ética mundial para o turismo**. Tradução do original em espanhol. Revisão do Ministério do Turismo em 2015. Brasília, 2015b. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/PREVIEW_MTUR_Codigo_de_Etica_Turismo_120_210mm_Portugues.pdf>. Acesso em: 14 fev. 2017.

_____. **Panorama OMT del turismo internacional**. Madrid, 2016. Disponível em: <<https://www.e-unwto.org/doi/pdf/10.18111/9789284418152>>. Acesso em: 31 out. 2016.

ORTIZ, Renato. **Cultura e modernidade**. São Paulo: Brasiliense, 1991. 288 p.

PEARCE, David. Foundations of an Ecological Economics. **Ecological Modelling**, v. 38, n. 1, p. 9-18, set. 1987. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/222367247_Foundations_of_an_Ecological_Economics>. Acesso em: 7 dez. 2017.

PÉREZ RAMÍREZ, Bartolomé; CARRILLO BENITO, Emilio. **Desarrollo local**: manual de uso. Madrid: Esic Editorial, 2000. 668 p.

PESSOA, Samuel. Duas visões a respeito das estratégias de desenvolvimento. In: SICSÚ, João; CASTELAR, Armando (Org.). **Sociedade e economia**: estratégias de crescimento e desenvolvimento. Brasília: Ipea, 2009. p. 71-82. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1734921/mod_resource/content/1/Sicsu%20%20Castelar%20sociedadeeeconomia%20IPEA.pdf>. Acesso em: 18 out. 2017.

PIRES, Paulo. Sustentabilidade: dimensão ambiental. In: BENI, Carlos (Org.). **Planejamento estratégico e capacidade de gestão**: desenvolvimento regional, rede de produção e clusters. São Paulo: Manole, 2012. p. 181-202.

PNUD. **O que é desenvolvimento humano**. Disponível em: <<http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/conceitos/o-que-e-desenvolvimento-humano.html>>. Acesso em: 10 ago. 2017.

RODRIGUES, Adyr. **Turismo e geografia**. São Paulo: Hucitec, 1997. 274 p.

RODRIGUES, Rodrigo; TEIXEIRA, Eryl. Gasto público e crescimento econômico no Brasil: uma análise comparativa dos gastos das esferas de governo. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 64, n. 4, p. 423-438, dez. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71402010000400005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 20 dez. 2017.

RORAIMA. Lei n.º 113, de 21 de dezembro de 1995. Aprova o Plano Plurianual do Governo do Estado de Roraima para o exercício de 1995 a 1999. **Diário Oficial do Estado**, Boa Vista, RR, 26 dez. 1995. Disponível em: <<http://www.tjrr.jus.br/legislacao/phocadownload/leisOrdinarias/1995/Lei%20Estadual%20113-1995.pdf>>. Acesso em: 16 mar. 2018.

_____. **Lei n.º 248**, de 11 de janeiro de 2000. Dispõe sobre o Plano Plurianual – PPA, para o quadriênio 2000-2003. Boa Vista: Seplan, 1999. Disponível em: <<http://www.seplan.rr.gov.br/site/?governoderoraima=ppa>>. Acesso em: 15 fev. 2018.

_____. Decreto n.º 5.552, de 19 de novembro de 2003. Cria o FÓRUM ESTADUAL DE TURISMO DE RORAIMA e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado**, Boa Vista, 19 nov. 2003, ano 10, n. 220, p. 1-2.

_____. Lei n.º 414, de 08 de janeiro de 2004. Dispõe sobre o Plano Plurianual – PPA, para o quadriênio 2004-2007. **Diário Oficial do Estado**, Boa Vista, 08 jan. 2004, ano 14, ed. 006, p. 1. Anexo I, II, III, p. 3-234. Disponível em: <<http://www.seplan.rr.gov.br/site/?governoderoraima=ppa>>. Acesso em 15 fev. 2018.

_____. Lei n.º 633, de 7 de janeiro de 2008. Dispõe sobre o Plano Plurianual-PPA, para o quadriênio 2008-2011. **Diário Oficial do Estado**, Boa Vista, RR, 11 jan. 2008a, ano 18, n. 737, p. 1-59. Disponível em: <<http://www.tjrr.jus.br/legislacao/phocadownload/leisOrdinarias/2008/Lei%20Estadual%20633-2008.pdf>>. Acesso em: 23 nov. 2017.

RORAIMA. **Carta-Consulta**: Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo. Boa Vista: Detur, 2008b. 43 slides.

_____. **Estatística do turismo de Roraima 2007**. Boa Vista: Detur, 2008c.

_____. **Guia Turístico Roraima**: ecológico, histórico e cultural. São Paulo: Empresa das Artes, 2009a. (Série Guias Empresa das Artes de Turismo do Brasil).

_____. **Estatística do turismo de Roraima 2008**. Boa Vista: Detur, 2009b.

_____. **Indicadores do turismo de Roraima 2010**: ano base 2009. Boa Vista: Detur, 2011.

_____. **Roraima**: indicadores gerais 2012: indicadores econômicos, sociais e ambientais do estado de Roraima. Boa Vista, 2012a. 74 p.

_____. Lei n.º 837 de 17 de janeiro de 2012. Dispõe sobre o Plano Plurianual – PPA, para o quadriênio 2012-2015. **Diário Oficial do Estado**, Boa Vista, 17 jan. 2012b, ano 22, ed. 1.711, p. 1. Anexo I, II, III, p. 3-141. Disponível em: <<http://www.imprensaoficial.rr.gov.br/diarios/doe-20120117.pdf>>. Acesso em: 5 fev. 2018.

_____. **Indicadores turísticos 2011**. Boa Vista: Detur, 2013.

_____. Seplan. **Organograma**. 2015. Disponível em: <<http://www.seplan.rr.gov.br/site/index.php?governoderoraima=organo>>. Acesso em: 13 jan. 2018.

_____. **Produto Interno Bruto estadual e municipal**: nova base 2010-2013. Boa Vista: Divisão de Estudos e Pesquisas, 2016. 31 p. Disponível em: <<http://www.seplan.rr.gov.br/pouiytreupload/estatisticas/?action=download&file=L1BJQiBFU1RBRFVBTCBFIE1VTkIDSVBBTCAYMDEwIGEGMjAxMy5wZGY=>>. Acesso em: 23 jan. 2018.

RUSCHMANN, Doris van de Meene. **Turismo e planejamento sustentável**: a proteção do meio ambiente. Campinas, SP: Papirus, 1997. 199 p.

_____. **Turismo no Brasil**: análise e tendências. São Paulo: Manole, 2002.

SABEL, Charles Fredrick. Learning-by-monitoring: the dilemmas of regional economic policy in Europe. In: OECD. **Networks of enterprises and local development**: competing and co-operating in local productive systems. Paris: LEED/OECD, 1996. p. 23-51.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. 3. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2008. 95 p.

SALLUM JUNIOR, Basílio. **O impeachment de Fernando Collor: sociologia de uma crise**. São Paulo: Editora 34, 2015.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2000. 176 p.

SARAIVA, Enrique. **Introdução à teoria política pública**. In: _____; FERRAREZI, Elisabete (Org.). *Políticas públicas*. Brasília: Enap, 2006. p. 21-42.

SARTI, Antonio; QUEIROZ, Odaléia. Espaço, paisagem, lugar, território e região: a organização do espaço turístico. In: BENI, Mário Carlos (Org.). **Planejamento estratégico e capacidade de gestão: desenvolvimento regional, rede de produção e clusters**. São Paulo: Manole, 2012. p. 3-27.

SARTORI, Juliana. 6 cachoeiras com água cristalina no Brasil. **Guia da Semana**, São Paulo, 2016. Disponível em: <<https://www.guiadasemana.com.br/turismo/galeria/6-cachoeiras-com-agua-cristalina-no-brasil>>. Acesso em: 23 jan. 2018.

SCHYMURA, Luiz Guilherme. Uma ação vital para o desenvolvimento econômico. In: SICSÚ, João; CASTELAR, Armando (Org.). **Sociedade e economia: estratégias de crescimento e desenvolvimento**. Brasília: Ipea, 2009. p. 111-120. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1734921/mod_resource/content/1/Sicsu%20%20Castelar%20sociedadeeeconomia%20IPEA.pdf>. Acesso em: 18 out. 2017.

SÉCCA, Flavia Deucher. **Porto Belo (SC) e suas peculiaridades sócio-espaciais frente ao desenvolvimento turístico regional**. 2004. 159 f. Dissertação (Mestrado em Turismo e Hotelaria) – Centro de Educação Balneário Camboriú, Universidade do Vale do Itajaí, SC, 2004.

SEN, Amartya Kumar. A perspectiva da liberdade. In: _____. **Desenvolvimento como liberdade**. 6. reimp. São Paulo: Schwarcz, 2007. p. 9-54.

SERRA do Tepequém – Roraima, BR. **Lugares da Terra**, 27 fev. 2012. Disponível em: <<http://lugaresdaterra.blogspot.com.br/2012/02/serra-do-tepequem-roraima-br.html>>. Acesso em: 19 fev. 2018.

SILVA, Enio. O Estado democrático de direito. **Revista de Informação Legislativa**, v. 42, n. 167, p. 213-230, jul./set. 2005. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/794/R167-13.pdf>>. Acesso em: 16 nov. 2017.

SILVA, Fabiana dos Santos; COSTA, Sarany Rodrigues da; CARVALHO, Conceição de Maria Belfort de. Políticas públicas de turismo no Brasil: estratégias para administração da atividade no país. In: SIMPÓSIO DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO E TECNOLOGIA (SEGET), 10., 2013, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: AEDB, 2013. Disponível em: <<https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos13/29818264.pdf>>. Acesso em: 15 fev. 2018.

SILVA, Josué. Para uma estratégia de desenvolvimento brasileiro. In: SICSÚ, João; CASTELAR, Armando (Org.). **Sociedade e economia: estratégias de crescimento e desenvolvimento**. Brasília: Ipea, 2009. p. 45-50. Disponível em: <<https://edisciplinas.usp.br/>>

pluginfile.php/1734921/mod_resource/content/1/Sicsu%20%20Castelar%20sociedadeeecono
mia%20IPEA.pdf>. Acesso em: 18 out. 2017.

SILVA, Orlando Sampaio. Os grupos tribais do Território de Roraima. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 23, p. 69-89, dez. 1980. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/ra/article/view/110844/109244>>. Acesso em: 6 abr. 2018.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. **O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e transformação da realidade**. [Salvador]: Associação dos Advogados de Trabalhadores Rurais da Bahia, 2002. 11 p. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/aatr2/a_pdf/03_aatr_pp_papel.pdf 2002>. Acesso em: 16 nov. 2017.

TURISMO mundial cresceu 4,4% em 2015. **Época Negócios**, 18 jan. 2016. Notícia. Disponível em: <https://epocanegocios.globo.com/Economia/noticia/2016/01/turismo-mundial-cresceu-44-em-2015.html>>. Acesso em: 16 nov. 2017.

UDERMAN, Simone. **Padrões de organização industrial e políticas de desenvolvimento regional: uma análise das estratégias de industrialização na Bahia**. 2006. 221 f. Tese (Doutorado em Administração) – Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2006. Disponível em: <http://www.adm.ufba.br/sites/default/files/publicacao/arquivo/uderman_2006_final.pdf>. Acesso em: 16 nov. 2017.

UNITED NATIONS. **2017 International Year of Sustainable Tourism**. Disponível em: <<http://www.tourism4development2017.org/about/>>. Acesso em: 16 fev. 2016.

UNRIC. Centro de Informação Regional das Nações Unidas para a Europa Ocidental. **Transformar o nosso mundo: Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável: 17 objetivos para transformar o nosso mundo**. Bruxelas, 2016. 38 p. Disponível em: https://www.unric.org/pt/images/stories/2016/ods_2edicao_web_pages.pdf >. Acesso em: 23 jul. 2017.

VEIGA, José. **Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI**. Rio de Janeiro. Garamond, 2010. 226 p.

VIEIRA FILHO, Nelson; FERREIRA, Martha. Empreendedorismo e turismo na era do conhecimento. In: VIEIRA FILHO, Nelson; DIAS, Reinaldo. **Hoteleria e turismo: elementos de gestão e competitividade**. Campinas, SP: Alínea, 2006. v. 1, p. 11-32.

WEBER, Marx. **Ciência e política: duas vocações**. Tradução de Jean Melville. 2. ed. São Paulo: Martin Claret, 2009. 127 p.

WOOLCOCK, Michael. Social capital and economic development: toward a theoretical synthesis and policy framework. **Theory and Society**, v. 27, p. 151-208, 1998. Disponível em: <<https://pdfs.semanticscholar.org/df77/cc45a44c1c9b9eddba200b096ed69929d2bc.pdf>>. Acesso em: 16 nov. 2017.

WORLD TOURISM ORGANIZATION. **Agenda 21 for the Travel and Tourism Industry**. WTO: Madrid, Spain.1996. Disponível em: <<https://www.e-unwto.org/doi/abs/10.18111/9789284403714.1>>. Acesso em: 16 dez. 2017.

_____. **Tourism towards 2030**: global overview. Advance edition presented at UNWTO 19th General Assembly 2011. Madrid: Cedro, 2011. Disponível em: <http://www.wise.co.th/wise/Knowledge_Bank/References/Tourism/UNWTO_Tourism_Toward_2030.pdf>. Acesso em: 19 dez. 2017.

WORLD TRAVEL & TOURISM COUNCIL. **Análisis del impacto económico**. Madrid, 2016. Disponível em: <<https://sp.wttc.org/research/economic-research/economic-impact-analysis/>>. Acesso em 18 nov. 2017.